

ALGUMAS OBRAS DO
PE. NEGROMONTE



QUE FAZER DE SEU FILHO (Problemas fundamentais da educação)

NOIVOS E ESPOSOS (Problemas do Matrimônio)
A EDUCAÇÃO SEXUAL (Para os Pais e Educadores)
A VIDA DE JESUS PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE — Ilustrações de Santa Rosa.

Para o curso secundário

MINHA VIDA CRISTÃ (Para a 1.ª série ginásial)
A DOCTRINA VIVA (Para a 2.ª série ginásial)
AS FONTES DO SALVADOR (Missa e Sacramentos) (Para a 3.ª série ginásial)
O CAMINHO DA VIDA (Moral Cristã) (Para a 4.ª série ginásial)
HISTÓRIA DA IGREJA (Para o 1.º ano colegial)

Para o curso elementar

MANUAL DE RELIGIÃO

Para o curso normal

PEDAGOGIA DO CATECISMO

Para o curso primário

MEU CATECISMO — 1.º ano
MEU CATECISMO — 2.º ano
MEU CATECISMO — 3.º ano
MEU CATECISMO — 4.º ano

Todos ilustrados



LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

Rio de Janeiro: Rua do Ouvidor, 110 e Praça 15 de Novembro, 20, 2.º and.
São Paulo: Rua dos Gusmões, 100-104
Belo Horizonte: Rua Curitiba, 482
Recife: Rua do Hospício, 155
Pôrto Alegre: Rua dos Andradás, 717

PADRE ÁLVARO NEGROMONTE

Diretor do Ensino Religioso na Arquidiocese do Rio de Janeiro

Noivos e Esposos

(Problemas do Matrimônio)



5.ª EDIÇÃO

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

Rio de Janeiro — São Paulo — Belo Horizonte —
Recife — Pôrto Alegre — 1955

ÍNDICE GERAL



PRIMEIRA PARTE

UM POUCO DE DOCTRINA

NIHIL OBSTAT
P. Francisco Lemé Lopes, S. J.
Censor ad hoc
Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1947



PODE IMPRIMIR-SE
Rio, 5 de novembro de 1947
Mons. Caruso
Pro Vigário Geral.

| | |
|---|----|
| <i>A Crise do Matrimônio</i> | 9 |
| — Golpe profundo, 10. — E os erros se multiplicaram, 11. — A propaganda, 13. — Os fatos, 15. — O próprio matrimônio, 17. — Sinais promissores, 19. — Um programa, 21. — Uma resposta, 23. | |
| <i>O Sacramento do Matrimônio</i> | 25 |
| — Instituído por Deus, 25. — Ato religioso, 26. — Restaurado por Cristo, 28. — O sacramento, 29. — A palavra de S. Paulo, 30. — A Igreja, 32. — A lei natural, 33. — Mas como sacramento..., 35. — A santidade, 37. — A vida comum, 38. — Para os filhos, 41. — Consequências, 42. | |
| <i>Indissolubilidade</i> | 43 |
| — Instituição natural, 44. — União perpétua, 44. — Indissolubilidade natural, 45. — O que Deus uniu..., 46. — Ensina a Igreja, 49. — Os filhos, 51. — A educação dos filhos, 55. — A felicidade conjugal, 57. — A situação da mulher, 60. — Em face da família, 63. — Em face da sociedade, 64. — O próprio matrimônio, 67. — O divórcio como exceção, 68. — A marcha do divórcio, 69. — Se o divórcio é um processo..., 73. — Conclusão, 74. | |
| <i>Fidelidade</i> | 76 |
| — A unidade, 77. — O adultério, 78. — Fidelidade do amor, 80. — Abominações, 82. — Em face da moral, 85. | |
| <i>Geração de Filhos</i> | 87 |
| <i>I — O Débito Conjugal</i> | 88 |
| — Direito e dever, 89. — Direito de recusar-se, 91. — Obrigação de caridade, 92. — Dever de recusar-se, 93. — Nem tudo é lícito, 94. — A temperança, 95. | |

| | |
|---|-----|
| II — <i>Quantos Filhos?</i> | 100 |
| — Não pecam, 103. — Ogino-Knauss, 104. — Exigências, 105. — Confiança em Deus, 106. — | |
| III — <i>Néo-Maltusianismo</i> | 108 |
| — Aplicações imorais, 110. — Consequências, 112. — Inescusável, 117. — Falsos motivos, 118. — O cônjuge inocente, 126. — Não peca, 128. — Pretextos..., 130. — Atitude do confessor, 131. — Conclusão, 133. | |

PRIMEIRA PARTE



SEGUNDA PARTE

A PREPARAÇÃO

| | |
|---|-----|
| <i>Preparação Remota</i> | 139 |
| I — <i>Para o Amor</i> | 140 |
| — Formação necessária, 141. — O amor conjugal, 142. — O verdadeiro e o falso, 144. — Amor e paixão, 145. | |
| II — <i>Para a Castidade</i> | 147 |
| — A castidade conjugal, 148. | |
| III — <i>Para a Vida em Comum</i> | 150 |
| — Afastar tropeços, 150. — A expensas próprias, 151. — Algumas correções, 152. | |
| IV — <i>Para a Autoridade e a Submissão</i> | 155 |
| — A cabeça, 156. — A personalidade da mulher, 157. — “A ordem do amor”, 160. — Treinem as jovens, 161. — E os rapazes, 163. — Ajustamento, 165. | |
| V — <i>Para a Educação dos Filhos</i> | 167 |
| — Conhecimento indispensável, 167. — Perigosa ilusão, 168. — Como fazer, 169. — O papel do pai, 170. | |
| VI — <i>Para a Vida Cristã</i> | 172 |
| — Piedade profunda, 173. — Em face do matrimônio, 174. — Absoluta necessidade, 175. | |
| <i>Qualidades do Cônjuge</i> | 178 |
| — Religião, 180. — A idade, 190. — A saúde, 192. — Inteligência e cultura, 195. — Amor ao trabalho, 198. — A família, 201. — Valor moral, 204. — Onde encontrar, 206. — Tal como é..., 210. | |
| <i>Noivado</i> | 216 |
| — Finalidade, 216. — Longo ou breve, 217. — Atitudes, 218. — Intimidade, 220. — O que é pecado, 221. — Sacrifício do amor, 224. — O casamento, 226. — “Somos filhos de santos”, 228. | |

UM POUCO DE DOCTRINA

A crise do matrimônio

“Verificamos e lastimamos como muitos homens ou ignoram totalmente a grande santidade do matrimônio cristão, ou impudentemente a negam, ou ainda a vão calcando aos pés, baseados sobre princípios de uma nova e pervertida moral.”

(ENCÍCLICA “CASTI CONNUBII”)

O matrimônio cristão — “princípio e fundamento da sociedade doméstica como de toda a sociedade humana” (1) — atravessa a mais dura crise que já teve de enfrentar. Não é de hoje que as paixões se rebelam contra as exigências naturais e as imposições cristãs do matrimônio. Erros há, que datam de séculos, contra a natureza do matrimônio, sua dignidade de sacramento, seu caráter religioso. As mentes formadas na conformidade da doutrina da Igreja iam resistindo à infiltração deletéria. Mas os erros amadureceram e disseminaram frutos. Das argumentações eruditas passaram às massas e generalizaram atitudes contrárias à moral. Os vícios começaram a ser escusados e justificados pelas doutrinas. Os homens entraram em condescendência e cumplicidade. Mil causas se aglutinaram num enredamento complexo para pre-

(1) Encíclica “Casti Connubii”, que citarei sempre como Encíclica

cipitar o homem na mais tremenda indisciplina moral da história do Cristianismo. E o resultado aí está!

GOLPE PROFUNDO

O primeiro e mais profundo golpe no matrimônio nos tempos modernos foi vibrado pelo Protestantismo. Os “reformadores” do século XVI negaram-lhe qualquer caráter religioso e sacramental. Lutero renovou os erros dos gnósticos e albigenses, ensinando que o matrimônio é tão imoral como o adultério e a fornicção. Mas, incoerente e desabrido, dizia que a concupiscência da carne é invencível — e concluía, contraditório e inconsequente, pela obrigatoriedade do matrimônio e pelo absurdo da virgindade e do celibato. Para tirar-se do impasse, afirmava que Deus não imputa aos homens as desordens do matrimônio.

Uma verdadeira seara de erros perigosíssimos.

a) O matrimônio não é religioso, mas *profano*. Eis a primeira e mais terrível “profanação” do matrimônio. Calvino chegou a dizer que o matrimônio é tão sagrado como o trabalho do campo... Daí nascerão todas as demais profanações, como de sua fonte.

b) As teorias da “necessidade fisiológica”, da nocividade da continência, etc., hoje tão correntes e perniciosas, estão em Lutero.

c) A equiparação da vida conjugal com as desordens extra-conjugais, ensinada por ele, levaria os costumes às facilidades atuais.

O resto é consequência.

Os evolucionistas ensinaram que a constituição da família veio tardia, por imposição da sociedade, no desejo de organizar-se. Negavam assim ao matrimônio

caráter religioso, tanto quanto os “reformadores”, e punham o matrimônio às mãos dos homens, à sua mercê, como obra deles, por eles criada e afeiçoada, por eles também, decerto, desmontável e reformável!

Os próprios comunistas, declarando o matrimônio uma invenção burguesa e artificial, nada acrescentavam. E só inovaram nos processos de nivelamento com as uniões livres — nivelamento que Lutero teoricamente ensinara e que os evolucionistas insinuavam, mas sem coragem de realizar.

Sacudindo o jugo divino e fazendo-se árbitros dos destinos humanos, os Estados (preparando a hipertrofia totalitária), arrogaram-se o direito de fazer casamentos! Assim, não somente desconheciam o caráter sagrado do matrimônio, mas o negavam, considerando nulo e inexistente o verdadeiro matrimônio, dando força legal apenas ao chamado “casamento civil”. Se podiam fazer, podiam também desfazer: veio o divórcio!

E OS ERROS SE MULTIPLICARAM (2)

Sim, se os homens criaram e organizaram o matrimônio, as suas leis, costumes e instituições dependem também da vontade humana. Podem estabelecer novas e abrogar as antigas. O matrimônio pode variar de povo a povo e de circunstância em circunstância. Os homens e suas leis dirão o que é moral ou imoral nas uniões matrimoniais, no uso da função genésica, na aceitação ou mudança de cônjuge, na duração e natureza do contrato matrimonial.

(2) Não faremos aqui senão indicações. O assunto está tratado, com maestria, abundância de informações e profundidade, no estudo de Paul Bureau — *L'Indiscipline des Moeurs*. Escrito embora para a França, serve muito para nós.

Os que consideram o homem um simples animal, cuidando apenas de suas condições materiais — hígdas, dizem eles —, tratam o matrimônio como mero elemento de reprodução da espécie, à maneira do que se faz com os bichos. E, se a grande maioria ainda recua ante as últimas consequências, já existem os que não titubeiam em afirmar que o ideal é aproveitar mulheres vigorosas e bem dispostas à procriação e fazê-las fecundar por homens igualmente bem escolhidos, para que desses “reprodutores” de bom padrão saiam produtos hígdos! (3)

Neste rumo vão os que ensinam a esterilização dos anormais, a limitação da natalidade entre os que temem descendência inferior ou doentia, etc., etc., com todas as degradações do neo-maltusianismo.

Os que chegam a justificar (quando não aconselham ou preceituam) o aborto e o infanticídio à espartana são apenas corajosamente consequentes e lógicos. Fracassado o anticoncepcional, gerado um produto indesejável, resta eliminá-lo, libertando a família e o Estado de ônus pesados e pouco proveitosos. São, explicam os purificadores da raça, as exigências da sociedade. E assim vemos como os burgueses democráticos estão distantes dos nazistas esterilizadores e dos comunistas expurgadores!

O essencial mesmo para a felicidade do homem — porque a felicidade se faz do prazer —, é que ele exerça livremente sua capacidade sexual. E esta é lícita, desde que ele respeite os “interesses” da sociedade e a liberdade da outra parte: é uma transação tão lícita como qualquer outra, uma vez que os sujeitos estejam em condições de dispor de si. A repulsa que

(3) Ver N. Haire: *Hymen or the Future of Marriage*.

ainda se encontra em certos meios reacionários não tardará a desaparecer, precisa desaparecer — acrescentam eles. O caminho é para a mais ampla liberdade, sem qualquer censura, numa sociedade livre de tabus.

Assim, a honra das mulheres, a virgindade, a fidelidade conjugal, etc., não passam de preconceitos, que não podem durar muito e já estão sendo superados. (4) Os casamentos de experiência, os de camaradagem, ainda não encontram defensores entre nós. Mas, se lhes faltam os teóricos, na prática não se podem queixar... As mancebias e uniões adúlteras andam bem escusadas e recebidas.

A PROPAGANDA

A dignidade do matrimônio, seus fins, seu caráter religioso, seu vínculo indissolúvel, sua própria necessidade estão padecendo uma espécie de guerra total.

Livros e folhetos — desde a publicação ligeira, de pura divulgação popular, ao livro sedizente científico — andam de mão em mão. Editores se especializam na infeliz empreitada. A idéia central é sempre substituir o conceito de matrimônio como instituição divina e natural, por um conceito inteiramente humano, que deixa o casamento nas mãos dos homens como coisa sua e a seu bel-prazer. Ou fazer tábua rasa de tudo o que não seja o amor — palavra com que romances e folhetins denominam a paixão impura, para assim soltar mais facilmente as rédeas do instinto. Desde que se amem, é tudo permitido!

(4) Nos Estados Unidos, “a fidelidade conjugal deixou de ser moda”, afirma um escritor norte-americano sem peias nem censuras.

Recrudescem, desde há tempos, a campanha neo-maltusiana. Uma enxurrada de livros mal orientados justifica e ensina o mais desabrido anticoncepcionismo, alimentando o egoísmo dos cônjuges, abrindo caminho à infidelidade de esposas, derrubando a barreira que ainda protegia certas virgindades condescendentes... Nem faltam os conselhos “científicos”, em benefício da prole, com medo a taras hereditárias — ou os “sociológicos”, por uma melhor educação — ou os “econômicos”, que nem reclamam justificativa...

Na mesma esteira navegam os divorcistas. Seus argumentos refutados nas escolas e nos seminários, em livros de alto saber, grande tomo e muito preço, andam na mão do povo, quebrando resistência, fazendo corrente, firmando convicções, preparando ruínas.

Muito mais difundidos e eficazes vêm outros meios de propaganda antimatrimonial. O cinema martela sem cessar os temas amorosos, num amoralismo absoluto, com desprezo da organização doméstica em favor da mais desenfreada liberdade de costumes. Não admira que os temas sejam divórcios, adultérios e amor livre, quando os “astros” e as “estrelas” outra vida não vivem, na realidade. Os teatros, as emissoras radiofônicas, as revistas descem às raias do incrível, na desmoralização do casamento e da fidelidade conjugal, na glorificação do amor livre, no culto da pornografia e da obscenidade. E é de ver como são preferidas as peças mais desabridas, os programas mais inconvenientes, os “artistas” mais audaciosos, as sessões mais apimentadas. As anedotas correm de boca em boca, as piadas rebentam gargalhadas soezes, as facécias se firmam em modismos de falar. É a aceitação inconsciente pela opinião pública.

Os erros, difundindo-se, criam uma mentalidade de vício e dissolução. O daltonismo moral chega a tais deformações que o vício passa a ser aceito, defendido e louvado, enquanto a virtude passa a ser mal vista e ridicularizada.

E os homens vão cedendo à pressão da propaganda. Relaxa-se a resistência moral, condescendem os tribunais, modelam-se novas leis à feição das capitulações, a sociedade inteira se acomoda...

Só a Igreja resiste! E Ela só! Porque mesmo os católicos vão capitulando. Sem formação, sem doutrina, sem resistências morais porque sem prática e sem Sacramentos, são vítimas igualmente fáceis dos erros correntes. “Esses erros extremamente perniciosos — reconhece a Encíclica — e esses costumes depravados começaram a difundir-se mesmo entre os fiéis, e tendem a insinuar-se insensível e cada vez mais profundamente”.

OS FATOS

Sempre houve crimes contra a santidade do matrimônio, no Brasil como em toda parte. É, porém, evidente que os tempos atuais não suportam comparação com os passados. A propaganda deu frutos. As idéias desabrocharam em atos: passaram para a vida. A diferença é enorme: os crimes contra o matrimônio já não são censurados e punidos, mas aceitos, atenuados e justificados pela opinião pública. E mais, muito mais: as censuras são para a virtude, enquanto o vício recolhe aplausos.

A infidelidade conjugal dos homens, se era um crime antigo, não tinha a complacência da sociedade

nem a extensão de hoje. Os que conservam a fidelidade jurada à esposa ao pé do altar ou não são cridos, ou reputados por fracos... A emancipação da mulher ainda não atingiu as últimas consequências neste particular. Mas, em certos círculos sociais, já não se lhe imputa como grande falta partilhar com outrem o "amor". E todos apontam numerosos casos de senhoras notòriamente havidas por infiéis, vivendo tranquilamente com o marido e bem aceitas nas mais altas rodas. De como se multiplicam essas infidelidades dão testemunho as separações por elas motivadas.

Nos que conservam de pé a fachada da instituição encontram-se, frequentemente, profundas devastações interiores. A *limitação da natalidade* generalizou-se de maneira surpreendente nas cidades e já vai atingindo as camadas inferiores da sociedade e as zonas rurais. São exceções as famílias numerosas. As moças, ontem piedosas, agora casadas, depois do segundo filho, afastam-se misteriosamente dos sacramentos... As de menor formação cristã já casam dispostas a não procriar. Gabam-se disto com uma liberdade absoluta, sem segredo nem pudor. Os anticoncepcionais são notòriamente comerciados nas farmácias, ensinados nos livros, aconselhados nos consultórios médicos. As senhoras que, fiéis à sua missão, aparecem grávidas pela terceira ou quarta vez, são alvo de toda sorte de censuras, vítimas dos mais desmoralizantes conselhos, quando não de apodos, baldões e dos ataques tremendos do ridículo! Generalizou-se de tal modo o pecado da limitação que ninguém quer mais acreditar que algumas senhoras honestas e piedosas não concebam por motivos naturais, sem evitar...

Embora menos difundido, vai tomando vulto o desgraçado e aviltante *crime do aborto*, que tanto re-

pugna à fé como aos próprios sentimentos naturais. Já não falamos do chamado "aborto terapêutico", — que se poderia basear num falso e mal orientado sentimento de humanidade que mata o pequenino indefeso para resguardar o adulto. Recorre-se ao aborto pelos mais fúteis motivos. Falharam os anticoncepcionais: manda-se "pôr aquilo fora". A esposa infiel concebeu do amante e não quer complicações maiores. A noiva antecipou-se e o noivo não foi cauteloso: é necessário salvar o bom nome... a custo da vida inocente do filhinho duplamente desgraçado. Decidiram não querer filhos! Sei de casos em que o aborto foi feito para facilitar uma viagem da recém-casada. As parteiras enriquecem no criminoso ofício. Há médicos, degradando a missão, especialistas em abortos. Fala-se de mandar matar o filho com mais tranquilidade que de extrair um dente!

Caminha igualmente a largos passos a *esterilização*. Mais difícil que os anticoncepcionais, é contudo, muito mais eficiente e durável. Usada, em geral, nos casos em que se aproveita uma laparotomia indicada por outro motivo, vai sendo, no entanto, procurada também propositadamente. Métodos modernos (*made in U. S. A.!*) estão criando tão grandes facilidades que a operação é feita em minutos, nos próprios consultórios, sem hospitalização.

O PRÓPRIO MATRIMÔNIO

Em muitos casos já é a própria *existência do matrimônio* que se acha comprometida. As *uniões ilícitas* tornam-se frequentes. Aqui são pessoas solteiras, "sem compromissos", que não querem correr os

riscos do casamento. Lá são casados que abandonaram o cônjuge e se uniram a outrem. Ali são os desquitados que, livres pelo lado civil, mas ligados pelo indissolúvel do religioso, recorrem a nova união legal ou resolvem menos burocraticamente o problema. E esses casais assim unidos são recebidos na sociedade como os legítimos, sem repugnância nem desagrado, principalmente tratando-se da alta burguesia, numa indiferença lamentável e num perigoso desrespeito à formação da família.

Por sua vez, o *desquite* avança nos costumes brasileiros com grande rapidez. A resistência se enfraquece, os motivos pululam, as leis se compadecem, os tribunais cedem. Já vi avaliados em 70.000 os desquites atuais. O perigo das separações agrava-se com a facilidade de novas uniões sem nenhum caráter nem moral.

Ainda não temos o *casamento de experiência* ou de *camaradagem*, tão preconizados por “moralistas” da América do Norte. Mas, na verdade, já muitos se “acamaradam” (os antigos diziam “amigar-se”...) para, se der certo, casarem-se depois... Poucas vezes dá certo; ou o depois tarda muito! Desgraçada amostra desta situação deu a capital de um Estado com 600 casamentos de amasiados em quinze dias de santas missões.

Ainda não temos o *divórcio*. As diversas tentativas fracassaram. Creio que por motivos eleitorais. As convicções já lhe são favoráveis. A propaganda, bem feita, encontra propício o terreno, quebradas as resistências intelectuais e morais. Na votação da Constituição de 46 numerosos constituintes declararam que só votavam contra o divórcio em vista dos compromis-

sos assumidos com a Liga Eleitoral Católica. (5) Não tenho dúvida de que, introduzido o divórcio, muitos se lhe atirarão com uma avidez pouco comum. Mesmo entre pessoas piedosas conta ele fervorosos adeptos, assim por motivos pessoais como por fraqueza intelectual.

Para muitos o *casamento religioso* não passa de uma *exigência social*, a que é necessário submeter-se apenas por satisfação aos “preconceitos” da sociedade. Outros, mais libertos já, satisfazem-se com o contrato civil — com tanto mais facilidade quanto assim fica a porta aberta para o *desquite* ou para o *casamento religioso*!

De quanto está subestimado o *sacramento do matrimônio*, o melhor, porque o mais desgraçado testemunho, é o modo de noivar. Se o noivado é a preparação próxima para o matrimônio, o seu teor há de ser a medida por que se afere o conceito da vida conjugal. Nada ali se parece com a preparação para um sacramento. O sagrado, o sobrenatural não têm lugar nas relações com que os noivos se apressam em intimidades que a Lei Divina e os bons costumes reprovam. E pelo que acima apontamos se vê como na vida dos casados pesa pouco a sacramentalidade do matrimônio. Nas dificuldades inevitáveis raros apelam para a graça sacramental. Um naturalismo devastador e esterilizante ocupa nos cristãos o lugar que por direito pertence ao espírito de fé. Isto diz tudo, para quem tem os olhos em Deus.

SINAIS PROMISSORES

No meio de todas estas misérias, de proporções alarmantes, que apenas apontamos de longe, há, em

(5) Houve quem não soubesse, ao menos manter esses compromissos e honrar a palavra empenhada a troco dos votos.

contraposição, evidentes sinais de reação. A moral católica toma posição, disposta a reconquistar o terreno perdido.

Em cartas pastorais alguns bispos chamaram a atenção dos fiéis, de modo claro e enérgico, sem eufemismo que os vícios não comportam, nem timidez que os tempos reputariam covardia. O clero se põe em dia, preparando-se cada vez melhor para a luta contra os inimigos do matrimônio — e se ainda resta muito o que fazer, é verdade que prega mais, esclarecendo inteligências, corrigindo abusos.

Cresce o número dos lares virtuosos. Jovens casais, formados sob as influências benéficas da Ação Católica, dão-se totalmente aos deveres do matrimônio, vencendo corajosamente as resistências do mundo pagano, dando um exemplo magnífico, que força a admiração, quando não serve de estímulo. E outros conservam o velho padrão moral dos lares brasileiros, imunes da corrupção, indiferentes a censuras e pérfidos conselhos, numa admirável resistência moral, que nem o ridículo abate.

Médicos católicos, isolados ou em associações, tomam consciência cada vez mais nítida de seus deveres, reagindo com desassombro à desmoralização dos que põem a serviço do mal seu caráter de técnicos e sua responsabilidade de profissionais. Pela autoridade junto aos clientes, fazem um bem incalculável, não raro superior ao que possam fazer teólogos e confesores. O prestígio que desfrutam, “propter necessitatem” (Ecl. 38.1), e a missão de cuidar diretamente dos corpos (tão cara aos tempos atuais) dão-lhes uma certa isenção que propicia oportunidades de largos benefícios morais.

Estuda-se a doutrina do matrimônio. Cursos especiais versam o tema ora para os pais de família, ora para os noivos, ora para a mocidade em geral. Os membros da Ação Católica voltam ao assunto com elogiável frequência e a possível solidez, preparando verdadeiras sementeiras da boa doutrina.

A literatura católica sobre o matrimônio toma um impulso notável. Multiplicam-se os livros originais e traduzidos. Ainda resta muito o que fazer para atingirmos a altura dos inimigos: mas vamos em progresso. Os leitores, ávidos de tudo que se refere ao tema, correspondem largamente aos esforços dos autores.

Estamos longe de pensar que isto baste para fazer face à maré montante da imoralidade no setor do matrimônio. Há muito o que fazer, e com toda a urgência, organização e energia. Apontamo-lo não apenas por verificação honesta, mas também para quebrar a resistência dos pessimistas, estimular a inércia dos conformados e, sobretudo, acender o ânimo dos lutadores. Pois, isto é sinal de que a crise do matrimônio pode resolver-se.

UM PROGRAMA

Foi a verificação dos erros e atentados contra o matrimônio que moveu o Santo Padre Pio XI a escrever a Encíclica *Casti Connubii* “sobre o matrimônio cristão em face das atuais condições, necessidades, erros e vícios da família e da sociedade”. (6) Depois de expor a inalterável doutrina da Igreja sobre o matrimônio, afirmando sua instituição divina natural ou sobrenaturalmente encarada, o Santo Padre aponta

(6) É o título da própria Encíclica.

como bens do matrimônio a Prole, a Fidelidade, e o Sacramento. Denuncia em seguida as ciladas, fraudes, perigos e ardis, com que os tempos presentes ameaçam e combatem a constituição da família. Termina apontando “os oportunos remédios para desarraigar por completo os perniciosos abusos mencionados e restituir ao matrimônio, por todo o mundo, o respeito que se lhe deve”.

O ponto básico do programa pontifício é a reintegração do matrimônio no plano divino, pois todos os males nascem do afastamento desse plano, e o único remédio possível é a volta a ele.

Para isto aponta a Encíclica meios acessórios, que são os caminhos que conduzem ao objetivo visado. É necessário domar os ímpetos da paixão; mas para isso é necessária uma piedade profunda, que informe toda a vida, pois são insuficientes para a reforma dos costumes os meios naturais e científicos. A preparação cristã para o matrimônio formará nos candidatos o firme desejo de cumprir todos os deveres que ele impõe. A cuidadosa escolha do cônjuge, feita por motivos cristãos, sob a prudente assistência paterna, contribuirá para o respeito aos Mandamentos divinos. Não esquece o Papa a influência do elemento econômico: pede para os pobres uma situação material em que “a honestidade do matrimônio não fique exposta a graves dificuldades” — o que se consegue por melhores condições econômico-sociais, pela generosidade dos ricos e pela assistência do poder público. Uma sólida educação cristã preparará os futuros cônjuges no cumprimento dos deveres, no domínio das paixões, no combate ao egoísmo destruidor dos lares, e à impureza corrosiva da dignidade do matrimônio, firmando desde os fundamentos a comunidade conjugal.

Em tudo isto é indispensável o exato conhecimento da doutrina do matrimônio, na palavra infalível da Igreja, agora mais necessária do que nunca, já que os homens a estão substituindo por seus errados conceitos. Para a divulgação desta doutrina convoca o S. Padre a bispos, sacerdotes e leigos, certo de que é preciso primeiramente conformar as inteligências com a verdade para retificar as vontades e orientá-las para a perfeita submissão dos homens a Cristo e à sua Igreja.

UMA RESPOSTA

“Devemos considerar que é da maior importância serem os fiéis bem instruídos acerca do matrimônio, pela palavra oral e escrita, não rara e superficialmente, mas com frequência e solidez, com razões profundas e claras, para que estas verdades fiquem bem impressas no entendimento e penetrem no âmago dos corações”.

Os que se dão ao apostolado intelectual estão cuidando dos males pela raiz. Não basta o conhecimento da verdade, sem a formação moral. Mas esta será precária e ruirá ao primeiro embate, se assentar na areia de conselhos e não na rocha da verdade evangélica. Só uma aguda miopia mental ou um lamentável imediatismo subestimariam a pura difusão da doutrina, a pretexto de que precisamos de agir e não de falar... Não; precisamos de falar frequente e doutrinariamente, com palavras claras que o povo entenda, com argumentos sólidos que calem e permaneçam — porque à escassez da doutrina deve-se muito desvio, muita queda, muita ruína.

“E já que os modernos destruidores do matrimônio trabalham tanto com discursos, livros, opúsculos e outros meios, para perverter as inteligências, corromper os corações, ridicularizar a castidade e exaltar os mais vergonhosos vícios... deveis envidar todos os esforços para... contrapor eficazmente a verdade ao erro, o esplendor da castidade à torpeza do vício, a liberdade dos filhos de Deus à escravidão das paixões, à iníqua facilidade dos divórcios a perene estabilidade do amor conjugal e o inviolável juramento de fidelidade prometida até a morte” (Encíclica).

Ao apelo premente do grande Pontífice este modesto livro quer ser mais uma resposta, ao lado de tantos outros igualmente bem intencionados. Fala claro e firme, como a doutrina da Igreja que deseja expor e da qual não se afasta. Dentro da matéria escolhida, encara com realismo os problemas e procura resolvê-los com critério cristão, em face dos tempos atuais. Como “A EDUCAÇÃO SEXUAL”, seu irmão mais velho, escandalizará a fariseus, desencantará aos curiosos, decepcionará aos corrompidos — mas abrirá caminho às almas justas, retificando e tranquilizando consciências.

Um moço me disse um dia: “Padre, desde que li seu livro, há seis meses, nunca mais pequei contra a castidade”. Para quem escreve com os olhos em Deus, não há melhor crítica nem maior recompensa!

O sacramento do matrimônio

“Este é um grande sacramento.”
(Ef. 5. 32)

O matrimônio é um sacramento. Ato sagrado, nascido na mente divina, organizado para o serviço de Deus, ordenado por Cristo para a santificação das almas, sinal produtor da graça santificante. Eis o que é o matrimônio para os cristãos.

Importa saber-lhe a doutrina, encará-la no seu aspecto sobrenatural — que é a nossa atmosfera de cristãos —, aderir a seus princípios, encarnar a sua moral, viver a sua realidade, pairar com ele nas alturas em que Deus o colocou. Ou, então, rolar pelos despenhadeiros das paixões, precipitando-se de abismo em abismo, até as abominações que afrontam os castigos divinos e degradam a própria humanidade. Não há meio termo.

INSTITUÍDO POR DEUS

Está no Gênesis, na primeira página da história da humanidade, a origem do matrimônio. Criado o homem, não quis Deus que ele ficasse só: “Não é bom que o homem esteja só: façamos-lhe uma companheira semelhante a ele” (Gn. 2. 18). E do homem

adormecido tirou a carne e o osso de que formou a mulher. Adão, que já pressentira, na vocação misteriosa da própria natureza e na existência de casais entre os viventes que o rodeavam, a necessidade de uma companheira, reconheceu na mulher a sua carne e exclamou: “Eis aqui a carne de minha carne e o osso de meus ossos” (v. 23). E acrescentou que “o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua esposa: e serão dois em uma só carne” (v. 22).

Poderíamos notar como é profundamente humano e ao mesmo tempo divino tudo o que aqui se passa. Como Adão se encontra na mulher — carne de sua carne. Como pensa em filhos — falando em deixar pai e mãe —, e como coloca tão alto o amor conjugal que lhe sotopõe a piedade filial.

Preferimos, porém, frisar que Deus quis entregar pessoalmente a mulher a Adão: “E da costela que tinha tirado de Adão formou o Senhor Deus a mulher e a levou a Adão” (Gn. 2.22). Não deixou ao acaso a surpresa do encontro, como fêz aos animais: levou a mulher ao homem, presidiu a primeira manifestação do amor conjugal, ouviu do primeiro esposo o primeiro epitalâmio, palpou na robustez do instinto o gosto da paternidade e a generosidade do abandono dos pais pela esposa — numa palavra: assistiu ao matrimônio dos primeiros pais de todos os homens e lhes deu até a bênção nupcial: “E Deus os abençoou e lhes disse: “Crescei e multiplicai-vos” (Gn. 1. 28).

ATO RELIGIOSO

Este caráter religioso do matrimônio os homens reconheceram em todo lugar e em todos os tempos, até que, muito tardiamente, os revolucionários laicistas

se lembraram de inventar o casamento civil! Na corrupção do instinto genesiaco desvirtuaram-se algumas propriedades essenciais da primitiva instituição, mas o seu caráter religioso se manteve. Erraram os homens que permitiam, aqui ou ali, o divórcio ou a poligamia, mas não presumiam legislar em substituição ao Criador e Senhor.

A realização do matrimônio foi sempre um ato religioso. Estava nos costumes e nas leis religiosas dos povos. Nas tribos mais primitivas o ritual do matrimônio se encontra entregue aos sacerdotes — e se, às vezes, o realiza o chefe, é que o poder civil e a função sacerdotal pertencem a um só.

Nem é difícil perceber no matrimônio um ato religioso por excelência.

É o matrimônio a mútua doação dos cônjuges. Como Adão, cada homem recebe das mãos de Deus a sua esposa, e a esposa o seu marido. Sim, porque, sendo uma doação de pessoas, em Deus é que se baseia, que Ele é o Senhor de cada homem, e não o homem dono de si próprio. Além disto, somos todos “imagem e semelhança” de Deus: das mãos de Deus recebe cada qual o cônjuge como quem recebe o próprio Deus. Isto para os cristãos tem ainda um sentido mais vivo, pois Jesus declarou expressamente a sua identificação ainda que fosse com o mínimo de seus irmãos (Mt. 18.5).

O fim do matrimônio é também religioso: gerar servos de Deus, destinados ao culto divino, — e para os cristãos dar ao Pai novos filhos que serão “conciadãos dos Santos e domésticos de Deus” (Ef. 2. 19).

Atentando bem na grandeza da finalidade do matrimônio, ver-se-á quanto a geração participa da onipotência do Criador. Produz um novo ser, nova

vida, preparando o homem em cuja existência inter-vém o próprio Deus, criando a alma que infunde no corpo gerado pelos pais. Trabalham os pais ombro a ombro com Deus na geração dos filhos, realizando no tempo, humanamente, a mesma operação que o Pai realizou na eterna geração do Filho.

É tão profunda a marca divina do matrimônio que os homens só a negaram e esqueceram quando se lhes tinha corrompido e obnubilado o sentido religioso da vida.

RESTAURADO POR CRISTO

O desígnio do Pai ao enviar seu Filho ao mundo foi “restaurar todas as cousas em Cristo” (Ef. 1.10). E Jesus declarou que não veio destruir, mas aperfeiçoar (Mt. 5.17). Era um trabalho de reconstrução e embelezamento da natureza humana, devastada pelo pecado. A graça divina não destrói nem mutila a natureza. Respeita-lhe tudo o que acha intacto, restaura o que está corrompido, põe-na no caminho da perfeição que só por ela se alcança, como participação que é da vida divina. O Cristianismo não nega, portanto, os princípios do direito natural. Ao contrário: respeita-os como ninguém, precisa-lhe as conclusões, firmando-lhe os ensinamentos na luz infalível da Revelação.

Foi o que fez Jesus. Encontrou o matrimônio decadente e corrompido. Mesmo no povo de Deus se introduzira a poligamia, e o repúdio era uma porta aberta ao divórcio. Veremos mais de espaço com que energia censurou o Restaurador a dureza dos corações que se afastaram dos ditames naturais, com que fir-

meza anunciou a indissolubilidade do vínculo conjugal, com que autoridade afirmou a grandeza moral do matrimônio primitivo (cfr. Mt. 19.1-10). A unidade e a indissolubilidade ali estão, restauradas e garantidas. O matrimônio é uma instituição natural e, portanto, divina — obra de Deus que os homens não podem modificar: “O que Deus uniu, o homem não separe” (Mt. 19. 6).

Aliás, começou Jesus seus milagres numas bodas, antecipando até a sua hora. Levou tão longe as atenções ao matrimônio que, embora tivesse de ser concebido por obra do Espírito Santo e nascesse de uma Virgem, quis que esta Virgem fosse casada. Dos 33 anos que viveu sobre a terra passou-os quase todos na vida de família, na obscuridade da obra mais fecunda que se possa imaginar, mostrando aos homens que os caminhos da perfeição se aprendem nas virtudes quotidianas e nos deveres monótonos e obscuros da vida de família.

O SACRAMENTO

“Eu vim para que tenham a vida com mais abundância”, declarou Jesus (Jo. 10. 10). E inseriu a vida sobrenatural — a vida superabundante — em todas as manifestações da vida humana. Há uma correspondência perfeita dos Sacramentos com as necessidades dos homens, desde o nascimento, com o Batismo, até a morte, com a Extrema-Unção. É evidente que Cristo não poderia faltar com um Sacramento para a função vital por excelência, a fonte mesma da vida.

Dada a força natural do instinto procriador, foi ele, sem dúvida, o que mais se degradou na pobre hu-

manidade decaída. De fonte de vida, em que Deus o criou, se fêz causa de morte. Dentro da vida humana regenerada, nenhuma outra função precisava tanto da ação purificante e santificadora da graça. Só pela graça divina poderá o homem domar este instinto, o mais rebelde aos ditames da razão, o mais insubmisso às deliberações da vontade, o mais trêfego e resvaladiço, o mais caprichoso e desbridável. De tal maneira se tinha corrompido que era necessário atravessá-lo pela corrente purificadora da graça.

Restaurando a unidade e a insolubilidade do matrimônio, exigindo continência mesmo aos casados que abandonaram o cônjuge infiel, impôs Cristo aos homens um jugo que os próprios discípulos acharam duro, reputando preferível não casar. Dadas as contingências, é naturalmente impossível a castidade que a lei natural dita e a lei cristã reclama expressamente. Donde devemos razoavelmente concluir que Cristo havia de socorrer com sua graça a fraqueza humana, a fim de pedir-lhe o que lhe supera a capacidade enfermada pelo pecado. Na própria doutrina de Cristo sobre o matrimônio estava insinuada a instituição do Sacramento.

A PALAVRA DE S. PAULO

No capítulo 5.º da Epístola aos Efésios, falando dos mútuos deveres dos cônjuges, diz S. Paulo:

“As mulheres sejam sujeitas a seus maridos, como ao Senhor; porque o marido é cabeça da mulher, como Cristo é cabeça da Igreja, seu corpo, do qual Ele é o Salvador. Ora, assim como a Igreja está sujeita a Cristo,

assim o estejam também as mulheres a seus maridos em tudo. Maridos, amai a vossas mulheres, como também Cristo amou a Igreja e por ela se entregou a si mesmo, para a santificar, purificando-a no batismo da água pela palavra da vida, para apresentar a si mesmo esta Igreja gloriosa, sem mácula nem ruga ou coisa semelhante, mas santa e imaculada. Assim também os maridos devem amar as suas mulheres, como os seus próprios corpos. O que ama a sua mulher, ama-se a si mesmo. Porque ninguém aborreceu jamais a sua própria carne, mas nutre-a e cuida dela, como também Cristo o faz à Igreja, porque somos membros do seu corpo, da sua carne e dos seus ossos. Por isso, deixará o homem seu pai e sua mãe, e se unirá a sua mulher; e serão dois numa só carne. Este Sacramento é grande, mas eu o digo em relação a Cristo e à Igreja”.

Para o Apóstolo:

a) O matrimônio cristão é cousa sagrada, significa a própria união de Cristo com sua Igreja. Nisto baseia ele a submissão da esposa ao marido — como a Igreja é submissa a Cristo.

b) O amor conjugal há de ser, não simples atração procriadora, mas sentimento pessoal (como quem ama a si próprio), desinteressado e sobrenatural (como “Cristo amou a sua Igreja”).

c) Significando a união de Cristo com a Igreja, significa a própria graça santificante, porque “Cristo amou a sua Igreja e se sacrificou por ela, a fim de santificá-la”.

d) É, portanto, o matrimônio cristão uma união sobrenatural, pelo *exemplo* que lhe propõe o Apóstolo e pelo *motivo* em que o baseia. E tudo bem examinado, à luz da teologia, mostra que o matrimônio é um Sacramento — “um grande Sacramento”, conclui S. Paulo.

Aliás, os Santos Padres viram sempre no matrimônio uma instituição sagrada. Para eles a união do homem com a mulher, mesmo no Antigo Testamento, era um sinal da futura união de Cristo com a Igreja. O sono em que foi mergulhado Adão figurava a morte de Cristo, de cujo lado ferido saiu a Igreja como Eva do lado de Adão. Na expressa declaração de que, para unir-se a sua esposa, deixará o homem o pai e a mãe, viram o Verbo abandonando o Pai para se unir à Igreja. Até à fecundidade espiritual da união de Cristo com a Igreja gerando pelo Batismo os filhos de Deus foi comparada à fecundidade de Adão e Eva, de quem nasceram todos os homens.

A IGREJA

Instituído por Deus, restaurado por Cristo, elevado à dignidade de sacramento, tornando-se um ato religioso por sua natureza, foi o matrimônio entregue à Igreja, que o administrou e regulou, desde os seus primórdios. Ela exerceu sempre e em toda parte o poder que de Cristo recebeu sobre o matrimônio, e o exerce “como quem tem autoridade” (Mt. 7. 29), como quem age em terreno que lhe pertence, pois lhe foi outorgado por Quem tem todo o poder no céu e na terra (Mt. 28. 18). Ainda no berço, legisla condenando as uniões ilícitas (At. 15. 29); censura, por S. Paulo, o incestuoso

de Corinto (1 Cor. 5. 5); prega, em muitos passos, a santidade da vida conjugal. Através dos tempos, é a defensora das disposições naturais e da lei cristã do matrimônio repelindo os gnósticos e os maniqueus (que o tinham por essencialmente mau), os protestantes (que o profanavam, negando-lhe cunho sacramental), os laicistas (que o consideram simplesmente civil), os corrompidos todos que lhe negam a unidade, a indissolubilidade, a finalidade ou a própria existência — como fazem os comunistas.

A este título da outorga divina pode a Igreja acrescentar o de conquista. Foi ela que restabeleceu o direito de todos os homens ao matrimônio, suprimindo a degradante condição dos escravos: que libertou a mulher, equiparando-a ao homem, na perfeição de todos os direitos; que reduziu a autoridade do chefe da família aos justos limites, com o respeito à personalidade da esposa e dos filhos. Só os que desconhecem a História poderão negar que “a Igreja cercou esta instituição divina de tantas leis fortes e previdentes que nenhum homem dotado de espírito reto pode desconhecer que, até nesta matéria do matrimônio, o melhor guarda e o mais firme defensor e amigo da sociedade foi a Igreja, cuja sabedoria triunfou, no decorrer dos tempos, das injustiças dos homens e das inúmeras vicissitudes sociais”. (Leão XIII: Encíclica “Arcanum”).

A LEI NATURAL

Importa, contudo, esclarecer que a Igreja não tem uma doutrina “sua” sobre o matrimônio no sentido de tê-la criado ou podê-la substituir e reformar a seu bel prazer.

Há, sem dúvida, uma parte disciplinar que é “da Igreja”, criada por ela para governo de seus filhos, por ela várias vezes reformada através dos tempos e sempre com exemplar sabedoria, por ela frequentemente dispensada quando o julga necessário ou útil a sua prudência.

Quando, porém, se trata das propriedades do matrimônio, então não é doutrina “da Igreja”: são princípios da lei natural, pertencem à própria condição do homem, e não podem, por isto mesmo, ser mudados. São intangíveis, universais, constantes. Feri-los é ferir a natureza humana, idêntica em todas as raças, em todos os tempos e em todos os paralelos. Violá-los é atentar contra a natureza das cousas. Negá-los é pecar contra a luz. São tão claros e concludentes os dados da experiência e da razão que só pela corrupção da natureza decaída se pode compreender afastem-se os homens de normas tão imperativas. Se, com efeito, não se obscurecesse a razão nem se eclipsasse pela concupiscência, não se inclinassem as paixões antes para o que lhes apraz que para o que intima a natureza não se teriam introduzido no matrimônio os erros que lhe ameaçam os últimos redutos, comprometendo a própria sobrevivência da humanidade.

Diante da derrocada, a Igreja reafirma os princípios da lei natural, argumenta com a própria natureza das cousas — anterior aos homens, independente deles, superior a eles. Mestra e guardiã da verdade, defende a lei natural, legítima expressão da Lei Eterna, esplendor da Sabedoria Divina nas obras da criação, no plano do bem comum do universo.

Os que argumentam, pois, contra a Igreja, chamando-a de intolerante (porque não abre mão da doutrina) e retrógrada (porque ensina hoje o que doutrina em plena Idade Média), enganam-se, basean-

do-se em dois falsos supostos: que a Igreja criou uma doutrina sobre o matrimônio e que este depende da vontade dos homens.

À Igreja é tão impossível recuar ou evoluir, mudando esta doutrina, como destruir a natureza humana, deter o crescimento das crianças, extinguir a lei da gravidade, etc.

A doutrina não é “da Igreja”: é da própria natureza. No meio dos homens que se desgarram, iluminada pelo Espírito Santo que a dirige e sustém, conserva a Igreja a verdade das cousas, fiel intérprete da natureza, eco da voz universal da criação. Inútil esperar modificações, que seriam traição a seu múnus de guarda do tesouro que lhe confiou o Senhor dos homens e das coisas.

MAS COMO SACRAMENTO...

Sim, como Sacramento, o matrimônio pertence à Igreja, porque é especificamente cristão.

O contrato matrimonial feito entre pagãos escapa à autoridade da Igreja e se rege pelos simples ditames naturais. Realizado, porém, entre cristãos, é Sacramento. Tocando o terreno sobrenatural, é, agora sim, da Igreja, total e exclusivamente dela.

Como o próprio contrato é que foi por Cristo elevado à condição sobrenatural, para os cristãos não pode existir casamento válido que não seja, ao mesmo tempo, Sacramento. Assim, ou o casamento não existe, ou existe, e com êle, inseparável, o Sacramento.

Donde decorre que os cristãos, nesta matéria, hão de submeter-se totalmente à Igreja, guarda e administradora exclusiva dos bens espirituais que lhe outorgou

o Cristo. Só lhes é possível pensar no matrimônio, pensando no Sacramento.

Ato religioso na sua origem, na sua finalidade, na estimação e nos costumes dos povos, tornou-se o matrimônio no Cristianismo ato sagrado e sobrenatural. Agora, feito produtor eficaz da graça divina, ele purifica a fonte da vida, sobredoura a instituição natural, comunica luzes para a criação da prole, eleva o amor à esfera do divino, dá força aos homens para domar as rebeldias da concupiscência, insere-se visceralmente na finalidade do cristão, que é a santidade. (7)

Isto dita outra atitude em face do matrimônio. Mesmo para os pagãos a união do homem e da mulher, una e indissolúvel, para a geração e educação de filhos, foi sempre um ato de grande seriedade e responsabilidade, porque envolve duas vidas que produzirão outras vidas. Para os cristãos é um ato sagrado — um Sacramento! Nele se pensa com a mente em Deus, o coração no céu. A preparação que êle exige é santa: vai-se para o matrimônio como se vai para a comunhão. Os que caminham para o altar, onde se casam, devem estar tão santificados como os que vão para a mesa eucarística. São dois Sacramentos que se recebem! Podemos levar longe a comparação, de todo procedente. A necessidade da preparação, a exigência do estado de graça, o sacrilégio dos que se aproximassem em pecado, tudo!

É um Sacramento: temos de aceitá-lo como tal, agradecendo a Cristo ter feito do contrato natural, tão cheio de encargos, uma fonte de graça que santifica, alivia e ajuda no cumprimento dos deveres árdus. É um Sacramento: procuremos nele o que êle pode

(7) Aos que quiserem melhor idéia da sacramentalidade do matrimônio aconselho a leitura do magnífico capítulo "Sacramentalité du mariage" do livro *Du Sens et de la Fin du Mariage*, de Domns.

dar para a vida presente e a futura. Não há fugir-lhe. Em face dele ou beneficiar-se ou profaná-lo.

A SANTIDADE

Em vista disto, a santificação tornou-se um dos fins do matrimônio. Todo homem existe para servir a Deus neste mundo e glorificá-lo no outro. A salvação eterna é a razão de ser e o fim último da nossa existência. E' pelo amor que o homem realiza sua finalidade: *adhaerere Deo per caritatem*, diz Santo Tomás. Mas o amor humano não é contrário ao amor de Deus; antes deve ser-lhe encaminhamento e facilidade. Por isto é que o amor, no matrimônio, foi santificado pelo Sacramento, para servir à santificação dos cônjuges. Realizem-se ou não os outros fins — que vêm depois, — este se deve realizar. É a função mesma do Sacramento: produzir a graça. Como o matrimônio supõe a graça nos que o recebem, é um aumento de graça santificante o seu primeiro efeito — um aumento de santidade. É mais a graça sacramental: os auxílios divinos para cumprir santamente os deveres que a vida matrimonial impõe.

A sacramentalidade do matrimônio santifica tudo o que nele encontra: os cônjuges se tornam ministros do Sacramento e distribuidores da graça a si mesmos. O ato sexual se santifica com o Sacramento: só no matrimônio pode ser realizado, e o Sacramento há de ser recebido em estado de graça; e ele, realizado dentro dos designios de Deus, longe de se opor à graça divina, coopera com ela na santificação dos cônjuges, quer indiretamente, amainando a concupiscência e possibilitando uma vida mais tranquila no serviço do Senhor, quer mesmo diretamente, como ato santo, de justiça e de amor, animado do sobrenatural.

Êste espírito de santidade enche toda a vida que o matrimônio estabelece. Já não se pensa em enfrentar humanamente apenas as dificuldades da vida comum e da vida especificamente conjugal. Os tropeços naturais da educação dos filhos, as resistências das paixões, os obstáculos das deficiências, as oposições do ambiente, as dores, contradições e decepções, as tentações contra o amor ou a fidelidade, tudo pode ser superado. A graça divina remedeia tudo, mesmo quando as soluções não se encontram na terra e obrigam a esperar no céu!

Compenetrados da santidade do matrimônio, os cristãos farão dela a primeira preocupação. Tê-la-ão sempre em vista ao pensarem no matrimônio — e como isto modificará e descolocará o problema!; ao cuidarem da escolha do cônjuge — e procurarão em primeiro lugar quem lhes possa facilitar a santificação; ao noivarem — e as relações entre nubentes assumirão o aspecto da preparação que damos aos neo-comun-gantes; ao cuidarem da realização do casamento — e as cerimônias sagradas irão retomar o cunho que nunca deviam ter perdido; ao estabelecerem a vida conjugal — cujos problemas só poderão ser resolvidos no tribunal em que as almas serão afinal julgadas; ao educarem os filhos — que só podem ser formados para a santidade; em todas as oportunidades da vida — toda ela vivida em função da eternidade!

A VIDA COMUM

O matrimônio se caracteriza pela doação das pessoas. O ato sexual é simbólico desta entrega e aceitação. É como o sinal sensível do dom total. Não são apenas os corpos que se identificam: “uma só

carne”. São duas vidas que se entregam, pondo reciprocamente à disposição tudo quanto têm para viverem a mesma sorte: “vida comum”. Não falamos dos bens materiais, indispensáveis: mau grado a comunidade da vida doméstica, ainda é possível uma “separação de bens”.

Estamos no mundo moral, psicológico, biológico: falamos da *vida*. Esta, em sua totalidade, é posta em comum. Não se trata de uma cooperativa, de uma sociedade de “mútuo auxílio”: trata-se de duas vidas que se fundem de modo a terem a mesma sorte — *consortes* — qualquer que seja o ângulo de observação. Tudo em cada um interessa a ambos: *una caro, una vita*. “É a comunhão, o uso e a sociedade de toda a vida”, diz Pio XI, na Encíclica. E Santo Tomás: “É o fato de pôr em comum todos os atos necessários à vida”.

Como no homem o específico é a vida moral, a comunidade conjugal tem em vista, principalmente, o aperfeiçoamento recíproco dos cônjuges. Cada qual põe tudo o que possui de elevado a serviço do bem-estar moral do outro. Quanto mais elevado é o cônjuge, tanto mais pode contribuir para o aperfeiçoamento do outro: e isto força o trabalho da própria perfeição.

É neste sentido que se deve entender o “adjutorium simili sibi” que Deus deu a Adão, e o “mutuum adjutorium” a que se refere o Código Canônico (c. 1013. § 1). O homem completa-se com a mulher, e esta com o homem. Não são os moralistas, são os psicólogos que o dizem. Ela precisa do auxílio da força, do raciocínio dedutivo, do senso comercial, da autoridade, etc.; ele da delicadeza, da penetração intuitiva, da generosidade, do sentimento, da graça, etc. Completam-se, pondo em comum os bens que a Pro-

vidência distribuiu desigualmente para se encontrarem no matrimônio. (8)

Ainda no plano moral a comunicação de dons do casal é de grande valor. A virtude se condiciona ao psíquico. Completando-se psicológica e moralmente, facilitam os cônjuges a sua perfeição espiritual. É de notar como o homem se controla menos na dor que na alegria, enquanto com a mulher se dá justo o contrário. Sabem todos como muito mais fàcilmente se toleram as dificuldades da vida, ao lado de quem ajude a sofrer: é paradoxalmente verdadeira a palavra do poeta: — “a gente sofre menos quando vê sofrer alguém por nós”. Ai das velhices que não têm o amparo de um amor espiritualizado, toda dedicação, de outra vida em que se amparem! Que seria mesmo da plena robustez física e mental, que se sentisse desajudada na vida, naquele isolamento que o próprio Deus não quis para o primeiro homem?

Um cônjuge piedoso e esclarecido vale para o outro como o melhor diretor espiritual. Mil oportunidades há que só ele tem para um bom conselho, uma palavra de serenidade, um estímulo à virtude, uma barreira aos pequeninos males quotidianos — sem contarmos a força do exemplo, mais poderosa que quaisquer palavras. Sobem as facilidades ao desejável, quando vivem ambos as mesmas realidades sobrenaturais, porque então “se auxiliam mutuamente para uma formação sempre melhor e para a perfeição interior, de modo que em sua vida comum crescem cada

(8) Grande cabedal desperdiçam os que vivem *vida à parte*, como certos maridos cuja esposa nada conhece de seus negócios e relações. Adiante, quando insistirmos na maior igualdade possível entre os candidatos, compreender-se-á que só assim se facilita a perfeita comunidade de toda a vida: sentimental, intelectual, espiritual.

vez mais na virtude”, procurando “imitar o perfeitíssimo modelo de toda a santidade proposto por Deus aos homens, que é N. S. Jesus Cristo, e com auxílio divino atingir também a suma perfeição cristã, como nos mostra o exemplo de muitos santos” (Encíclica).

PARA OS FILHOS

Veremos, mais de espaço, que a geração e educação dos filhos é o fim primário do matrimônio, como, aliás, nos está a gritar a própria natureza da função sexual. Aqui, porém, salientamos apenas que este aperfeiçoamento dos cônjuges, este “constante cuidado de se aperfeiçoarem reciprocamente” (Encíclica), é de certo modo mais digno do que a geração de filhos, embora normalmente a suponha e para os filhos se oriente. O homem se aperfeiçoa agindo cada vez mais, de acordo com a lei moral. A perfeição é impossível, com a violação da lei moral. Donde se conclui a geração de filhos nos casais que usam sexualmente do matrimônio. E para os filhos se orienta a perfeição dos pais, porque aquilo que já de si é indispensável à vida humana, ainda mais necessário se torna em vista da educação, para a qual se ordena toda a comunidade conjugal, porque é da natureza que os pais entesourem para os filhos mais os bens espirituais que os materiais. Por isto Santo Tomás ensina que, embora o primeiro fim do matrimônio seja a geração, o mútuo aperfeiçoamento dos cônjuges, tão ligado à educação, lhe é especificamente superior: o primeiro corresponde ao animal, o segundo, ao homem.

CONSEQUÊNCIAS

Quando concluirmos sôbre as propriedades do matrimônio, reclamando-lhe unidade e indissolubilidade, e mostrarmos que são exigências indeclináveis, já sabem todos que isto não é doutrina da Igreja; é a própria natureza que o reclama. Quando ensinarmos as normas eclesiásticas do matrimônio, condenando as intromissões indébitas e inaceitáveis dos homens neste terreno, compreenderão todos que a Igreja guarda e defende um legado divino, saído das mãos de Deus no paraíso e recebido por ela das próprias mãos de Cristo. Quando, cansados do mais suave de todos os jugos, que é o do Senhor, quiserem os homens sacudir a moral e comprazer-se nas paixões, lembrar-se-ão de que são livres apenas em contrair ou não o matrimônio, mas, contraindo-o não lhe podem alterar um til, e têm de submeter-se a todas as imposições que a natureza dita e o Evangelho expressa. Quando as paixões, acalentadas, nutridas e dominadoras, pretenderem impor as suas razões contrárias à continência, à procriação, à fidelidade ou ao próprio vínculo, apelando até para as novas uniões, respondam-lhes com o tesouro de graças que o matrimônio encerra e que os cristãos vivem, desgraçadamente, a malbaratar. Quando as dores, as provações, as dificuldades econômicas e morais, o peso dos anos e da vida, os desgostos com o cônjuge ou com os filhos afligirem o coração, levantem os olhos para o céu, onde o Pai vela pelos filhos, e o Doador de todos os bens nunca se esgota, e o Remunerador não deixa sem recompensa os que nele esperam.

Indissolubilidade

“O matrimônio, mesmo no estado natural, e certamente muito antes de ser elevado à dignidade de Sacramento pròpriamente dito, foi divinamente instituído de modo a implicar a perpetuidade e a indissolubilidade do vínculo, que nenhuma lei civil pode dissolver.”

(ENCÍCLICA)

O matrimônio foi instituído por Deus, e por Cristo reparado e elevado à primitiva grandeza. Por isto sua natureza, sua constituição e suas leis não dependem dos homens mas de Deus. Aos homens cabe submeter-se à natureza, e não investir contra ela; dobrar-se aos ditames do Senhor, e não infringi-los; adorar a Sabedoria Divina, e não reformar-lhe as disposições. Aos que acharem dura a condição do matrimônio indissolúvel apontou Cristo o caminho: ficar solteiros, na continência perfeita (Cfr. Mt. 9. 11). Os que pretendem viver ao sabor das paixões, vivam; mas, ao menos, se reconheçam culpados e não acrescentem aos pecados contra a castidade a blasfêmia de pretender corrigir a obra divina, como se Deus tivesse laborado em erro. Nem se rebelem contra o Senhor por ter Ele instituído o matrimônio de modo a acautelar a felicidade dos cônjuges, a geração e educação dos filhos, a estabilidade das famílias e a segurança social — e não de modo a satisfazer as paixões desenfreadas dos homens animais que não percebem as cousas que são do espirito (1 Cor. 2. 14).

INSTITUIÇÃO NATURAL

Deus associou os seres vivos ao seu poder criador, outorgando-lhes a capacidade de reproduzir-se. No Gênesis promulgou Deus esta lei, de modo positivo, reiterando-a expressamente. A maneira, porém, depende da natureza dos seres: é meramente orgânica nos vegetais; é puramente instintiva nos irracionais; no homem é humana, isto é, dirigida pela razão.

De qualquer modo é *natural*: acompanha a natureza do ser. Como se trata da produção de um novo ser semelhante ao que o produz, toda a sua natureza está envolvida no ato. Sendo o homem especificamente racional, não lhe bastam os instintos, como ao simples animal. *Toda a natureza humana está interessada*: — e o que dá a nota específica da humanidade é o espírito. O ato transmissor da vida é, portanto, nos homens um ato fundamentalmente humano, isto é, moral.

A natureza deste ato depende da finalidade que lhe traçou Deus, e não dos homens, cujas paixões poderiam desvirtuar os desígnios da natureza. Por isto, o ato procriador só é legítimo quando realizado dentro do quadro natural e divino de sua própria destinação.

UNIÃO PERPÉTUA

“A estabilidade do matrimônio provê do cuidado e à educação dos filhos, obra que se deve prolongar por muitos anos, e é repleta de graves e pesados trabalhos que se realizarão muito mais facilmente com a união de forças dos cônjuges.”

(ENCÍCLICA)

A função sexual é feita em vista da espécie e não dos indivíduos, pois tem como finalidade a propagação

da vida e não a satisfação das paixões. O prazer é aqui um convite e uma compensação. O fim primeiro é a geração dos filhos.

Mas o homem não pode ser gerado ao modo dos animais. Não basta a união transitória dos sexos para assegurar a existência do novo ser em condições dignas. Nos animais, a união é episódica nas espécies em que a mãe satisfaz sózinha às necessidades da descendência; mas se prolonga, noutras espécies, de acordo com a necessidade que têm os filhos dos cuidados do casal. O homem é, sem contestação, o animal que mais demoradamente necessita da ação conjunta dos progenitores.

a) A ordem física dispensa qualquer demonstração: compare-se um animal de meses com um menino de anos.

b) Na ordem psíquica e moral — para formar um homem de verdade — quanto se exige de cultura espiritual, moral e científica! A educação é obra da *união permanente* do homem e da mulher.

Deve-se concluir como Grasset: “No ponto de vista biológico o casamento só tem um fim, uma razão de ser: a fundação da família com todos os deveres que comporta a concepção biológica da família humana, isto é, os deveres de formação física e intelectual, e de educação dos filhos”.

A perpetuidade da união conjugal decorre, pois, de sua própria finalidade natural.

INDISSOLUBILIDADE NATURAL

“Na estabilidade absoluta do vínculo uma garantia de perenidade, aliás exigida pela própria natureza da generosa doação de toda a pessoa e da íntima união dos corações.”

(ENCÍCLICA)

A natureza do matrimônio exige a indissolubilidade. Trata-se de um contrato de caráter todo peculiar. É essencialmente diferente dos contratos positivos, a que os homens, anteriores a eles, determinam condições e estabelecem a natureza. O próprio objeto é absolutamente incomparável.

a) No contrato matrimonial faz-se outorga da própria pessoa, em vista da diferença do sexo, cuja função está por natureza organizada para a conservação da espécie.

b) É, por isto mesmo, um *contrato natural*, isto é, um contrato de constituição ditada pela própria natureza da coisa; — e como a natureza das coisas é imutável, anterior e superior aos homens, o contrato natural supera a vontade dos contraentes e não se submete a exigências nem a condições suas.

c) Os homens poderão não realizá-lo; realizando-o, porém, nada poderão dele alterar. Ele depende dos contraentes apenas quanto à existência; quanto à natureza, não! (9)

É o matrimônio uma instituição natural e divina, cuja existência se realiza por contrato livre das vontades humanas, mas cuja natureza as transcende.

O QUE DEUS UNIU...

Criando um só homem e uma só mulher para a primeira união, quis o Senhor deixar ver a absoluta unidade que exige no casamento.

Adão mesmo o percebeu, logo que se viu ao lado de Eva: — assim seriam os demais casais, constituídos

(9) Nada há de estranhar. Encontramos, na vida civil, numerosos casos em que a nossa liberdade só se exerce quanto à realização do contrato: as condições nos são impostas; e, muitas vezes, sob pena de nulidade, se as modificarem as partes mesmo de pleno e comum acordo.

pelas inarrraigáveis leis da natureza. Esta adesão — “o homem deixará pai e mãe e aderirá à esposa” — é tão total e indestrutível que funde “os dois em uma só carne” (Gn. 2.24). E assim foi.

A poligamia, a poliandria, o divórcio, vieram com a dissolução da grandeza humana, com a vitória dos instintos sobre o espírito, do homem animal sobre o espiritual. O próprio povo hebreu chegou a deturpar a sublimidade primitiva, introduzindo o repúdio.

Cristo veio para aperfeiçoar a Lei. Ora, “no princípio não foi assim” o matrimônio. Foi uno e indissolúvel que Deus o fêz. A natureza humana corrompida pelo pecado original resvalava de abismo em abismo — e ainda não estava reparada pela Redenção e ajudada pela Graça. O próprio Deus cedeu da severidade primitiva, “por causa da dureza dos vossos corações” — explicou Jesus. Agora, com a Graça superam os homens as próprias fraquezas: não há mais lugar para concessões. Volta-se ao que era no princípio: um só homem e uma só mulher. Portanto, “o homem não separe o que Deus uniu”. E como se tratava de homens carnais, afeitos à exceção do repúdio, insiste Cristo, para cabal compreensão do tema: “Todo aquele que repudiar sua mulher e se casar com outra comete adultério. E a mulher que abandonar o marido e se casar com outro, comete adultério” (Ver S. Marcos, 10.2-12).

Não pode ser mais claro nem mais categórico: condena o divórcio, afirma a unidade e indissolubilidade do matrimônio, apela para a própria natureza deste e para a vontade do Criador, acentua o pecado que cometem por igual a mulher ou o homem, estigmatiza as uniões construídas com os destroços da união anterior, numa palavra, restitui ao matrimônio a primitiva grandeza.

Em S. Mateus há um inciso que tem sido indêbitamente interpretado. No capítulo 19. 9 é esta a resposta de Jesus: “Eu, porém, vos digo que todo aquele que repudiar sua mulher — *a não ser por causa de infidelidade* — e casar com outra, comete adultério, e o que se casar com a repudiada, comete adultério”. Qual a verdadeira interpretação deste texto? Será a que lhe dão os divorcistas? Permite Jesus o divórcio em caso de infidelidade? Não, não permite Jesus o divórcio, em caso algum. O inciso “a não ser por causa de infidelidade” refere-se ao repúdio, ao abandono, à separação da mulher.

Em caso de infidelidade pode o homem separar-se da esposa: não pode, porém, casar-se de novo. É fácilimo provar que é este o pensamento de Jesus. Vejamos.

a) A Doutrina do Novo Testamento é toda pela indissolubilidade do vínculo matrimonial e pela condenação do divórcio.

b) Os textos mais difíceis se explicam pelos lugares paralelos mais fáceis e claros. Ora, S. Lucas e S. Marcos afirmam precisamente a condenação do divórcio, ressaltando a condescendência de Moisés e acentuando que “no princípio não foi assim” — tal como o faz S. Mateus.

c) O próprio texto de S. Mateus repele a interpretação divorcista. 1. Lá está, rente e definitivo: “O que Deus juntou, o homem não separe”. 2. E a afirmação de que “já não são dois, mas uma só carne”. 3. Os próprios fariseus, que interrogaram, compreenderam tão bem nas palavras do Mestre a

absoluta condenação do divórcio, que replicaram: “Então por que mandou Moisés dar carta de repúdio?” 4. Os discípulos o compreenderam igualmente: “Se tal é a situação do homem com a mulher, é melhor não casar”. 5. E, finalmente, a declaração de Jesus, dizendo que comete adultério quem casa com a repudiada ou quem repudia e de novo se casa, só tem sentido, se se mantém inquebrantável o vínculo conjugal.

d) S. Paulo, ao referir-se à doutrina de Cristo sobre o matrimônio, é categórico: no capítulo 7.º de Romanos afirma que a mulher está sujeita à lei “enquanto o marido vive”, e que está livre, se o marido morrer. E para maior clareza acrescenta: “Se, portanto, unir-se a outro homem, vivendo ainda o marido, será chamada adúltera: mas, morto o marido, está livre da lei do marido, e não será adúltera, se unir-se a outro homem” (Rm. 7. 2-3).

A doutrina de Cristo é, pois, uma condenação absoluta do divórcio, e a mais cabal afirmação da indissolubilidade.

ENSINA A IGREJA

Continuadora do Cristo, é a Igreja Católica a fiel guardiã de sua doutrina divina. Se isto ensinou o Mestre, isto ensina a Igreja. E foi esta, de fato, em todos os tempos e em todos os lugares, a sua doutrina. Dos documentos mais antigos da literatura eclesiástica às mais recentes doutrinações da Santa Sé, a identidade de doutrina é perfeita. Atribuir-lhe outro ensino é

atitude de ignorância ou má fé. Afirmar que a indissolubilidade é criação do Concílio de Trento é cancelar da Igreja — e do mundo — quinze séculos de vida. Fazer da Igreja o erro de Bispos, que fraquejaram ante potentados, ou de teólogos que decaíram da verdadeira fé, é responsabilizar a Instituição pelas culpas de indivíduos — aliás, poucos. Acusar a Igreja de abrir mão da indissolubilidade em favor dos poderosos é inverter da sua história páginas da mais alta beleza moral, em que Papas e Bispos se dispõem aos sofrimentos e à morte, por amor à doutrina que receberam do Cristo e que lhes incumbe, precisamente, conservar e transmitir. (10)

Constante objeto de erro é a confusão que muitos estabelecem entre *nulidade* e *anulação* de casamento. Um ligeiro esclarecimento bastará.

Dá-se a nulidade, quando o contrato é celebrado com impedimento que o vicia totalmente. Nesse caso houve apenas aparência de casamento, mas não houve casamento, pois ele foi *nulo*, isto é, inexistente.

Anulação, porém, é quando se desfaz um contrato que realmente existe.

No primeiro caso, declara-se que o contrato nunca existiu; no segundo, destrói-se um contrato que existe. É evidente a diferença, e basta atentar um instante para percebê-la.

(10) Os que desconhecem a luta dos Pontífices Romanos contra o poderoso Henrique IV, Felipe I e Felipe II, de França, Henrique VIII, de Inglaterra, ou Napoleão Bonaparte — para citar apenas alguns, e de maior vulto — devem, antes de falar, estudar a doutrina e a história da Igreja, a fim de não blasfemar do que ignoram.

Logo se vê que é imprópria a denominação de anulação de matrimônio: a Igreja não anula matrimônios, mas declara a sua nulidade. (10a)

O único caso de possível anulação é para os casamentos não consumados: como não se deu a posse dos corpos, os cônjuges podem ainda recuar da sua doação. Mesmo neste caso, a Igreja procede com sumo cuidado, (como costuma, aliás, em tudo) e só anula o matrimônio em vista de poderosos motivos. Os demais casos, imprópriamente chamados de anulação, são mera *declaração de nulidade*.

É muito expressiva a linguagem da Igreja na sua legislação, dizendo:

“O casamento válido, marcado com o selo sacramental e consumado, não pode ser dissolvido por nenhum poder humano, nem por motivo algum, senão só pela morte” (Cânon 1118).

II

Depois de termos visto ligeiramente os princípios, consideremos as vantagens da indissolubilidade e os males do divórcio. Tudo muito sumariamente, como convém ao plano deste livro.

OS FILHOS

“Quantos, pois, e quão grandes benefícios resultem da indissolubilidade do matrimônio, entende-o, sem esforço, qualquer que refletir um instante sobre o bem dos próprios cônjuges e da prole, como sobre a salvação de toda a sociedade.”

(ENCÍCLICA)

(10a) É muito elucidativa a estatística das declarações de nulidade pela Igreja. Em 3 anos foram introduzidas 96 causas remuneradas, sendo declaradas nulas 24; e 102 gratuitas das quais 45 foram declaradas nulas.

a) *A indissolubilidade é uma garantia à geração dos filhos.*

A criança reclama um lar estável, que lhe assegure a subsistência e educação. Os pais sentem a responsabilidade atual e vindoura, em face dos pequenos seres que dão à vida. Qualquer animal é imensamente mais auto-suficiente que a criança. Terminada a infância, em que a carência dos cuidados dos pais é absoluta, começa a adolescência, com as mais graves exigências quanto à formação da personalidade e do caráter. O casal só se sente em segurança para a geração dos filhos, se unido por laços indestrutíveis.

b) *O divórcio elimina a prole.*

O filho é um entrave a nova união. Num lar que se pode desfazer não há lugar para filhos. Nenhum dos cônjuges quer assumir os riscos de sua criação e educação, cujo peso já é grande para os dois em conjunto. O remorso perseguirá a consciência daquele que abandonou o filho — e o remorso não é um desejável companheiro na vida... Deste modo, observa o P. Leonel Franca, “a prole que, na ordem natural, era o fim do matrimônio, no regime divorcista é sempre um risco, amanhã talvez um obstáculo, mais tarde um remorso”. Eis por que basta a simples possibilidade do divórcio para esterilizar os lares.

Os que quiserem provas abundantes, dados estatísticos, datas, etc. em favor destas afirmações poderão recorrer ao inigualável livro do P. Franca. No capítulo “O divórcio e a prole”, ele demonstra como o regime do divórcio atira os povos nos mais largos caminhos da limitação da natalidade e mesmo da esterilidade completa — resvaladeiro que não só-

mente prejudica os lares, mas arruína as nações. A França passa de 31 nascimentos por mil habitantes a 16 apenas. Entre os divorciados são mais numerosos os casais sem filhos. A Inglaterra desce de 35 por mil a 16, e em 1930 já possui 1.500.000 casais sem filho, enquanto 2.500.000 casais só têm um filho. Na Alemanha baixa de 40,9 a 14,7 apesar da intensa campanha pelo aumento de população, uma das condições que o nazismo apontava para o domínio da raça germânica.

Na America do Norte o aumento de população é devido à imigração e à fecundidade dos adventícios, principalmente italianos e poloneses. Os casais tipicamente “americanos”, nos quais é mais frequente o divórcio, são tão infecundos que um eugenista afirma estar a “raça americana ameaçada de aniquilamento”. (11)

Por toda parte se observam certos fenômenos tão constantes que se devem contar contra o divórcio: a) as classes mais ricas são as que mais se divorciam e as que menos reproduzem; b) as famílias católicas, em que os divórcios são mais raros, têm mais alto coeficiente de natalidade; c) nas regiões onde há mais divórcios, há menos berços; d) os protestantes, mais fáceis ao divórcio têm menos filhos.

Todos conhecem casos em que a união do casal só se conserva por causa dos filhos. As estatísticas informam que os casais sem filhos são os que mais se divorciam. E certamente já não procriaram para

(11) Cfr. “Esterilização dos tarados” de H. Nogueira, in *Ensaio de Biologia*.

mais facilmente se divorciarem. Não é temerária a suposição: dados estatísticos norte-americanos dizem que 17% dos casais são estéreis; e destes, 71% se divorciam; ao passo que dos casais fecundos — 83% do total dos casais, somente 8% se desfazem. E ainda nestes os divórcios diminuem à medida que cresce o número de filhos.

Se os filhos criam dificuldade ao divórcio, os que querem conservar aberta a porta terão o cuidado de evitá-los...

Há, porém, crime ainda mais grave. O divórcio não elimina a prole apenas no sentido de não produzi-la. Tertuliano disse, com sua costumeira energia, que “impedir de nascer é apressar o homicídio”. (12) Mas, afinal, impedir a produção da vida é menos grave que destruí-la. Pois bem; os estudiosos do assunto têm verificado que a vigência do divórcio coincide com o aumento de abortos e infanticídios.

Não farei a este degradante crime a honra de um capítulo; mas não posso deixar de estigmatizá-lo, pois se torna, dia a dia, mais frequente, para vergonha da humanidade. A doutrina católica não transige, como não transige o Mandamento Divino: “Não matarás”. *Nunca é lícita a provocação do aborto*, qualquer que seja a causa. Nem a fementida piedade pelos filhos existentes; nem o falso direito ao bom nome, a que se renunciou com a desonra; nem a desumana e anti-jurídica preferência pelo adulto; nem a fereza bárbara dos pais permitindo indêbitamente a extinção do filho; nem a exorbitante autoridade do médico que passasse de salvador a agressor da vida; nem cousa

(12) Homicidii festinatio prohibere nasci.

alguma do mundo pode jamais autorizar a morte do nascituro.

É um crime nefando, que tanto fere o direito da pessoa humana como os próprios sentimentos da humanidade.

Com sua propagação e frequência não se assemelham os homens aos animais — que estes não aberram da natureza —, mas se degradam até onde os mais selvagens não desceram. Desgraçados os tempos, em que as crianças são agredidas ainda no ventre materno, por vontade e por mãos das próprias mães. Gritante amostra da insanidade dos tempos! Tremenda demonstração do rebaixamento moral dos homens que se afastam de Deus! Lição sobremodo indicativa da progressão de um mal, que as sociedades corrompidas pretendem autorizar: do aborto por compaixão chegou-se ao aborto por vaidade e esporte. Transijam com semelhantes misérias os que se dementaram: a Igreja não transige. A pena de excomunhão fere a quantos tomaram parte no covarde assassinio da indefesa criança, desde os conselheiros aos executores. (Consultar *O Caminho da Vida*, do P. A. Negromonte, 3.^a ed., pág. 217).

Enquanto o lar estável é o ambiente favorável à criança, o lar desfeito ou ameaçado é o seu maior inimigo.

A EDUCAÇÃO DOS FILHOS

“Ninguém ignora que a prole não se pode bastar e prover no que diz respeito à vida natural, e muito menos no que concerne à vida sobrenatural, mas necessita, durante muitos anos, do auxílio alheio para sua formação e educação.”

(ENCÍCLICA)^o

a) *A família indissolúvel garante a formação dos homens.*

É a educação que dá aos homens o seu pleno desenvolvimento. A transmissão da vida humana seria sobremaneira imperfeita e até mesmo nociva, se não se garantissem os cuidados da educação. Já não iremos repetir que para isto é necessária a ação dos pais em conjunto, pelo menos até o momento em que a nova geração possa produzir outra — como afirmam os cientistas. As qualidades do pai e da mãe se conjugam na estruturação moral do filho, como os seus elementos biológicos se uniram para a produção do corpo. Mas esta era possível por um ato transitório, ao passo que aquela exige tempo e esforço. Marido e mulher põem em comum instintos e sentimentos para a educação dos filhos, só realizável pela convergência das forças morais e psicológicas dos dois sexos, que se completam no matrimônio. De modo que só o casamento indissolúvel é o ambiente próprio à formação integral do homem.

b) *O divórcio prejudica a educação.*

Sim; ele começa desfazendo o lar. Os filhos são as maiores vítimas deste desabamento. Pequenos, vão para novo lar, no qual serão estranhos e intrusos. Ou orfanarão do ambiente educativo de que necessitam, saindo do lar paterno e internando-se em colégios — órfãos de pais vivos — e vivendo ali uma situação horrível, em que os pais só os poderão visitar em dias e horas diferentes... Maiorezinhos, achar-se-ão na dura contingência de tomar partido entre aqueles dois, que deviam ser amados com o mesmo amor uno e indivisível. E se verão disputados por ambos, cada qual mais cioso de vencer a partida, porfiando talvez em diminuir no coração do filho o amor ao outro, considerando um furto qualquer demonstração de amor

filial que não seja a si próprio, cultivando a própria estima com concessões aos caprichos do filho, embora saiba que o está perdendo com essas atitudes, que uma situação normal manda corrigir e evitar. E que será desses filhos, se o novo lar lhes trouxer irmãos, por cuja causa se vejam postergados, aborrecidos e injustiçados?

A criminalidade infantil anda alarmando mesmo os observadores menos atilados. Marcando-lhe as causas numerosas, acentuam todos o abandono em que se deixa a infância. É inegável que o divórcio é uma das causas mais eficientes deste abandono. A frequência às casas de assistência a menores desvalidos, desajustados e delinquentes mostra que eles são produzidos pelos divorciados ou por aqueles que vivem à maneira de divorciados — concubinários, desquitados, mães solteiras, lares desfeitos.

A FELICIDADE CONJUGAL

“Encontra-se nela (na indissolubilidade) uma poderosa defesa contra as tentações de infidelidade, quer interiores quer exteriores: desaparece qualquer temor ou ansiedade de que, no tempo da adversidade ou da velhice, um dos cônjuges se ausente; firma-se, ao invés, uma tranquila segurança.”

(ENCICLICA)

a) *O casamento indissolúvel é o ambiente propício à felicidade dos cônjuges.*

O amor conjugal é, por natureza, exclusivo e absoluto. Não admite partilhas nem condições. A sua doação, se não fôr a expressão da entrega perpétua e recíproca de duas almas, é apenas o encontro dos corpos, à maneira dos brutos — e só se chama de amor, por uma profanação da palavra. Por isso mesmo, uni-

dade e indissolubilidade são exigidas pela própria natureza do matrimônio.

A paixão pode querer forçar os laços sagrados: a indissolubilidade a sustenta e acalma. Só pode avaliá-lo devidamente o benefício da indissolubilidade quem apreciar o valor da sua influência sobre a paixão.

A perene convivência de cada dia revela faltas, cria embaraços, suscita dificuldades, imprevisíveis no noivado. Somente a absoluta certeza da perpetuidade da vida em comum dá margem à tolerância mútua, ao domínio de si, à responsabilidade assumida. E assim o casamento indissolúvel é uma escola de elevação moral, firmeza de caráter e cumprimento do dever. É na elevação moral que o homem encontra a felicidade.

O que faz os casais infelizes é a infidelidade dos cônjuges, a quebra dos votos sagrados, a falta de compreensão mútua, — tudo contrário à simples noção da indissolubilidade matrimonial.

b) *O divórcio prepara a ruína dos cônjuges.*

Pode parecer paradoxo, pois é precisamente o contrário o que afirma a propaganda divorcista, superficial mas eficiente. É justamente em nome do direito à felicidade que se reclama o divórcio. São fáceis e conhecidas as “tiradas” dos oradores divorcistas. Vamos, porém, argumentar um pouco.

1) *O divórcio prepara casamentos infelizes.* Se poderão mais tarde separar-se, unem-se com incrível precipitação, irrefletidos e levianos. Ao passo que a indissolubilidade obriga, desde logo, a uma escolha cuidadosa e ponderada, porque definitiva.

2) *O divórcio facilita os conflitos conjugais.* Passado o enlevo da lua de mel, ao aparecerem defeitos, imperfeições, divergências, etc., o regime di-

vorcista sente a porta abrir-se. O verdadeiro matrimônio diz ao cônjuge: “Suporta; compreende; adapta-te; perdoa; a união é perpétua e será pior agravar a situação”. O divórcio aconselha diferentemente. Às vezes, é mesmo indicado agravar a situação para apressar a “solução”.

3) *O divórcio inclina à infidelidade.* Não há virtude que isente da tentação. Por mais severo que seja o esposo, por mais pudica que seja a mulher, há sempre lugar para a fascinação, justificada às vezes. Aqui são dotes naturais, ali um trato amável que falta em casa. A indissolubilidade diz: “Resiste! Por que pensar numa situação impossível? Ceder seria desonrar-te!” O divórcio, porém, segreda: “Eis o homem que te faria feliz!” Ou: “Eis a mulher com quem sonhavas!”

Os motivos podem ser vários. É uma situação econômica difícil. Vive-se em casa com dificuldades. Aparece o moço rico... Precisa-se do motivo legal: o adultério ou o abandono do lar.

E assim, o divórcio fomenta todas as paixões, enquanto a indissolubilidade exige a prática da virtude. Digam os que ainda não perderam o senso moral de que lado pode estar a felicidade.

As próprias estatísticas respondem. Com aquela abundância de conhecimentos que enriquecem seus livros, o P. L. Franca nos oferece valiosos dados que bem mostram a maneira pela qual o divórcio mina a felicidade dos cônjuges. Entre as suas desgraçadas consequências contam-se a *morte prematura*, o *suicídio* e a *loucura*. Entre os divorciados a vida é mais breve que entre os casados, viúvos ou

solteiros. (13) Isto não parece indício de felicidade!...

Citando números quanto à loucura, o P. Franca mostra que, sobre cem mil habitantes, enquanto enlouquecem na Baviera 52 homens e 63 mulheres casadas, enlouquecem 556 homens e 588 mulheres divorciados — dez vezes mais, portanto. Que espécie de felicidade é esta?

São numerosíssimos os dados com que demonstra a frequência dos suicídios entre os divorciados, maior que entre os demais. E em toda parte. As suas estatísticas abrangem cerca de 20 países. O número de suicidas divorciados é 5 e 6 vezes maior. Estranha felicidade esta, que leva ao suicídio!

A SITUAÇÃO DA MULHER

“De um lado, a dignidade e o mínus da mulher reintegrados e honrosamente restaurados; do outro, a esposa indignamente deprimida e ameaçada de ser abandonada pelo homem depois de ter servido à sua paixão.”
(ENCÍCLICA)

A bandeira que os divorcistas agitam com mais frequência e calor é a da emancipação da mulher. A indissolubilidade é a escravidão, dizem eles, e o divórcio a libertação. Os oradores se desmandam em surrados lugares comuns: falam na prisão do casamento, em grilhões, na inferioridade da mulher no verdadeiro matrimônio; apelam para a igualdade de direitos, etc. e concluem, ilusórios, suarentos e ofegantes, pelas van-

(13) Ver o capítulo “Divórcio e felicidade conjugal” da obra citada.

tagens do divórcio que liberta a mulher. E as mulheres incautas vão acreditando. Isto é que é pior! A verdade, porém, é outra.

a) *A indissolubilidade protege a mulher.*

A própria organização biológica da mulher exige um regime de união indissolúvel. Do contrário, ela se coloca numa posição de lamentável inferioridade. De fato. 1) Mais cedo do que o homem, envelhece a mulher. As estatísticas mostram que a grande frequência dos divórcios é cerca do 10.^o ano do casamento, precisamente quando a mulher só se sentiria garantida pelo poder do afeto, pois desfalecem os atrativos físicos. 2) Feita antes a separação, resta-lhe a beleza, talvez. Mas, fundando-se na beleza, será uma união muito precária, que não pode assegurar a resistência, que a indissolubilidade garante. 3) A organização psíquica da mulher, muito mais afetiva e emocional, exige a tranquilidade do lar indissolúvel, e resiste menos à decepção do lar desfeito. As estatísticas mostram como muitas mulheres divorciadas terminam no suicídio e na loucura. 4) Muito mais fraca que o homem em sua natureza física, a mulher se eleva no lar pelo afeto, pelo respeito, que só a virtude infunde. Isto só se verifica no lar indestrutível.

Só o casamento indissolúvel assegura à mulher uma grandeza tal que a torna verdadeiramente igual ao homem: 1) fazendo-a esposa, dando-lhe, na família, um lugar igual ao do pai, não pela ilusória igualdade da natureza, mas pela excelsa dignidade das funções; 2) ornando-a com a auréola da maternidade que a incorpora definitivamente à constituição do lar; 3) garantindo-a contra o abuso da força ou das movediças paixões masculinas, a cujo arbítrio entregue, tornar-se-á, deste ou daquele modo, uma simples escrava.

b) *O divórcio degrada a mulher.*

Na constituição da família, disse muito bem De Bonald, “as quotas não são iguais: o homem entra com a proteção de sua força, a mulher com as exigências de sua fraqueza. Em caso de separação, não são iguais os resultados. O homem sai com toda a sua autoridade; a mulher não sai com toda a sua dignidade, e de tudo o que ela levou para o casamento — virgindade, juventude, beleza, fecundidade, consideração, fortuna — só poderá retomar o dinheiro”. Nem sempre, acrescentemos.

É grande a diferença entre o homem divorciado e a mulher divorciada. Perfeitamente iguais em face da moral, está a mulher em condição social muito inferior. Sem a auréola da virgindade, sem a consideração da realeza no lar, sem a superioridade da virtude, resta-lhe, talvez, a beleza ou a facilidade para atrair. Por isto muitos a procurarão... Poucos a quererão para esposa. Ou, se a quiserem, será também por pouco tempo...

O divórcio facilita a vitória do homem e precipita a derrota da mulher. Há uma luta natural dos sexos, como há a sua natural atração. A luta natural é uma arma de defesa. Mas a sua exacerbação é um perigo. Ora, armada com a igualdade ilusória, a mulher não irá cuidar da adaptação ao lar e ao esposo — que é o caminho normal da sua vitória — mas atirar-se à luta — na qual a vitória é do mais forte.

E a mulher sai vencida.

Que o divórcio degrada a mulher confessam os próprios divorcistas. Uns, como T. Gautier, vêem nela “uma bela escrava destinada a nossos prazeres”. Outros apelam para a força masculina, a fim de manter a ordem doméstica desmantelada pelo divórcio. Nem falta quem advogue a poligamia, que é a forma pagã

da escravidão da mulher. É assim que o divórcio libertará... A menos que os divorcistas queiram a “liberdade” da mulher!

EM FACE DA FAMÍLIA

“De um lado, com a estabilidade do vínculo, os matrimônios estão plenamente garantidos; do outro, ao contrário, com a possibilidade, ou antes, com a probabilidade do divórcio, o vínculo conjugal se torna instável ou, pelo menos, sujeito a dúvidas.”

(ENCÍCLICA)

a) *A indissolubilidade garante a estabilidade da família.*

Não repetiremos quanta é a necessidade que os filhos têm dos diuturnos cuidados dos pais. Nem que só na família indissolúvel há segurança para a geração e tranquilidade para a educação dos filhos. A família só se sente verdadeiramente família, se indissolúvel. É a perpétua organização dos lares monogâmicos que estabelece definitiva a instituição doméstica. Só uma situação desta rigidez permite pôr em comum as forças geradoras e o tesouro das almas. Na doação do matrimônio vão em conjunto virtudes e deficiências. Ai das uniões, se as faltas puseram em risco a perenidade da doação! Pelo contrário, é de esperar que a força da união indestrutível quebre as arestas e faça o polimento, corrigindo defeitos e propiciando ocasiões para a virtude. (14)

b) *O divórcio desfaz a família.*

Ele prepara casamentos infelizes, estabelece conflitos conjugais, facilita a infidelidade. Enquanto os

(14) Os que quiserem ver a fundo as imensas vantagens da indissolubilidade para a família leiam o admirável livro de Foerster — *Morale Sexuelle et Pédagogie Sexuelle*.

cônjuges souberem que a união é indestrutível, fecharão todas as portas à tentação, suportar-se-ão mutuamente, procurarão fortalecer o afeto que lhes foge, defender-se-ão das próprias fraquezas, combaterão o egoísmo, em face do bem doméstico e social. Outra cousa há de acontecer, com a possibilidade do divórcio. A experiência ensina que se destroem os lares com mais facilidade do que se desfaz a compra escriturada de um terreno.

Grave, também é a incompatibilidade que o divórcio estabelece entre as famílias. Provoca queixas, estabelece discórdias, suscita ódios entre famílias inteiras.

EM FACE DA SOCIEDADE

“Nem são menores as vantagens que da indissolubilidade provêm para toda a sociedade, pois a experiência ensina que a inquebrantável estabilidade conjugal é uma fonte abundante de honestidade dos costumes e que a manutenção desta ordem assegura a felicidade e a salvação do Estado.”

(ENCÍCLICA)

a) *A indissolubilidade cimenta a sociedade.*

Dizem todos que a família é a célula da sociedade. E Paul Bureau (15) acrescenta: “Mais que a célula social, as famílias legítimas são a matriz da própria humanidade, o laboratório sagrado onde se prepara, forma e conserva, a cada instante, a sociedade inteira”.

Do ponto de vista moral, um povo vale o que valem seus lares. As virtudes domésticas transbordam para

(15) *L'Indiscipline des Moeurs*. É um grande livro cheio de princípios, observações, fatos e dados estatísticos. Quem tiver um pouco de fôlego e quiser apreender quanto *vale* a família organizada, leia-o.

a vida social. Da firmeza da instituição familiar depende a estabilidade política. Da honradez dos homens, formados no macio rumor dos lares, se constrói a grandeza de uma nação.

Só a família indissolúvel é capaz de produzir estes frutos. Só ela ensina o respeito a uma autoridade superior às paixões. Só ela forma no dever, mesmo quando exija sacrifício. Só ela ensina a noção do verdadeiro amor, em vez do instinto. Só ela põe o bem geral acima dos interesses individuais.

b) *O divórcio é nocivo à sociedade.*

É assim que o P. Leonel Franca resume as consequências sociais do divórcio:

“Esterilidade conjugal estimulada; infância educada fora dos seus lares; instabilidade das famílias; diminuição progressiva do senso de responsabilidade, fidelidade e lealdade; relações entre os sexos inspiradas mais nos instintos inferiores que na consciência moral — são males que atingem os povos nos próprios princípios de sua vitalidade. Acertadamente o nosso grande jurista Carvalho de Mendonça: “Admitir o divórcio com a dissolução do vínculo é destruir a família e, portanto, desorganizar a sociedade”.

É fácil assentar a argumentação que concluiu deste modo: basta recapitular as páginas anteriores. O divórcio cuida do bem individual, opondo-se, por isto, ao bem geral. O egoísmo cuida só de si, embora sacrifique os outros; mas o bem geral se alimenta de sacrifícios dos indivíduos, das renúncias e abnegações de cada um. O divórcio enfraquece a autoridade do

lar, erige o prazer individual em norma, ensina a preferir o interesse ao dever, a procurar a felicidade à custa embora da desgraça alheia. Não há, portanto, instituição tão anti-social como o divórcio.

Se em qualquer tempo era e será o divórcio uma instituição inaceitável, agora o é mais do que nunca. A nossa época venceu o egoísmo liberal do século XIX, e se inclinou acentuadamente para a sociedade. O signo moderno é o social. O bem da sociedade, que teoricamente sempre prevaleceu, está hoje prevalecendo de fato sobre os interesses particulares. A tendência é tão evidente que na própria Inglaterra, o povo mais individualista do mundo, a política se deslocou tanto que um partido socialista assumiu o governo pela primeira vez na sua história. Os cuidados sociais tornam-se o denominador comum das preocupações. Em favor de todos cortam-se fundo regalias que os indivíduos desfrutavam desde séculos. As constituições políticas configuram os povos com esta feição. A voz da Igreja, clamando contra o liberalismo político e econômico, encontrou eco, e os homens tomam o caminho que nunca deveriam ter abandonado. A assistência social se organiza em bases científicas, multiplicando-se em obras preventivas de âmbito providencialmente compreensivo.

Ora, o divórcio é precisamente o contrário do interesse social: destrói a família, sacrifica a sociedade e abandona os filhos, em favor dos interesses individuais. Perfeita inversão do signo moderno, o divórcio é hoje uma instituição anacrônica. São extemporâneos os que o pedem no Brasil. São retardatários os que o conservam alhures.

O PRÓPRIO MATRIMÔNIO

“Qualquer matrimônio que se contraia, ou se contrai de modo que seja um verdadeiro matrimônio — e então traz consigo aquele vínculo perpétuo, que, por direito divino, está unido a todo matrimônio verdadeiro, ou se pretende contrai-lo sem o vínculo perpétuo — e então não há matrimônio.”

(ENCÍCLICA)

a) *A indissolubilidade engrandece o matrimônio.*

O casamento é uma função do amor. Mera atividade dos sentidos, seria instintivo, como o ato procriador dos animais. Sem a elevação do amor, o casamento seria paixão. Então, sim, apagada a chama, estaria desfeita a união — simples função dos sentidos. Mas o dom de si, que o matrimônio requer, tem outro aspecto: é absoluto e integral; não admite reservas nem condições. E só assim logra domar o mais poderoso e inconstante dos instintos, contendo-o na superioridade da lei moral, enquadrando-o na unidade e estabilizando-o na indissolubilidade.

b) *O divórcio avilta o matrimônio.*

Já podemos avaliar a que fica reduzido o casamento no regime divorcista: pouco mais que o concubinato. Sem a grandeza da esposa, sem a educação dos filhos, sem a doação dos corações, desceria à condição dos brutos — o que, no homem, é uma degradação. A tendência fora do matrimônio indissolúvel, é o amor livre, para o qual as várias etapas descendentes do divórcio são o caminho normal. A natureza não permite que suas leis sejam impunemente fraudadas. Ou a grandeza da indissolubilidade ou a degradação do divórcio.

O DIVÓRCIO COMO EXCEÇÃO

“Acontecerá na certa que a desenfreada vontade de se divorciar, alastrando-se cada dia mais largamente, contagie muitas almas e transborde como uma torrente que rompeu os diques.”

(ENCÍCLICA)

Aceita a monogamia indissolúvel como regra, por que não admitir o divórcio como exceção necessária, como remédio a certas situações verdadeiramente penosas? Será possível negar que elas existem, às vezes sem culpa dos infelizes cônjuges, com notável prejuízo da educação dos filhos? E os benefícios da indissolubilidade, tão inegáveis na tese, estão impossíveis no caso. Então, o divórcio não traria seus males, porque já existem; e resolveria a situação dos cônjuges infelizes.

Não, não é possível o divórcio nem como exceção.

a) Porque da própria natureza do matrimônio é que seja monogâmico, e indissolúvel — e os homens não podem mudar a natureza das cousas: têm que respeitá-la e submeter-se-lhe.

b) Porque a tendência das paixões humanas é erigir esta exceção em regra — tal como ensina a lamentável experiência das diversas nações que permitiram a introdução do divórcio.

c) Porque o divórcio nunca se limita aos tais casos excepcionais. Não é como o remédio, para o qual só apelam os verdadeiramente doentes. Ou é como certos remédios que estimulam os homens a excessos, pensando em depois recorrer a eles. Assim o “remédio” se torna um veículo dos males que pretende curar. É esta, aliás, a lição da experiência.

Repisam muitos, com ares de sentimentalismo, a falta de humanidade, de justiça, de caridade, que é impor aos cônjuges infelizes a vida em comum. Respondemos que não é a única instituição que impõe sacrifícios. De modo geral, todas as leis os exigem, como os exige o próprio dever. Pensemos nos sacrifícios que impõe o patriotismo, assim na paz como principalmente na guerra. Pensemos nas renúncias sentimentais que a saúde pública reclama com a separação de cônjuges e filhos, mesmo em casos de morte. E nos casos dolorosos que se criam com a reclusão de pais de família. Ou nas vítimas da ciência e do progresso — como, por exemplo, os automóveis e aviões.

Estas infelicidades são inevitáveis — como sempre serão onde estiverem as imperfeições dos homens — e as instituições que as permitem, visam ao bem geral.

A MARCHA DO DIVÓRCIO

“E estes males aparecerão cada vez mais graves, se refletirmos que jamais haverá freio tão poderoso que contenha em limites determinados e preestabelecidos a permissão do divórcio.”

(ENCÍCLICA)

É tal a facilidade de progresso do divórcio que não o podemos admitir nem como exceção, para os chamados casos dolorosos. Padeçam resignados os casais infelizes, em benefício da comunidade, da própria constituição da família, ameaçada pela marcha crescente dos fatos, pelas facilidades da jurisprudência, da legislação complacente e das paixões insaciáveis.

A mera possibilidade de divórcio é um estímulo. É, pelo menos, um germe de dissolução.

a) Quando, no regime natural da família, surgem dificuldades e desentendimentos, o primeiro movimento é de repressão: urge não agravar uma situação que é definitiva. E, se apesar de tudo, ela se agrava, o apelo é antes à resignação — e só nos casos desesperados a separação, em que o vínculo se mantém.

b) No regime divorcista, não! Há uma porta aberta, convidando à fuga... Os que conhecem, por pouco que seja, a alma humana, sabem como isto muda as disposições psicológicas dos cônjuges.

Divórcio gera divórcio. Uma vez estabelecido, não há deter-lhe a marcha, que a força das fraquezas humanas acelera em progressões assustadoras. É esta a tremenda lição da experiência. Não temos aqui espaço para maiores demonstrações. Leiam os interessados os abundantes quadros estatísticos que apresenta o P. L. Franca em o *Divórcio*, e de que damos apenas umas indicações, ou o citado livro de Paul Bureau.

Na *França*, passado o período de loucura da Revolução, em que em 30 meses houve 6.000 divórcios só em Paris, quando o divórcio, depois de suprimido (1816), voltou pelos tenazes esforços do judeu Nacquet, interessado por motivos pessoais, pode-se ver a marcha do mal. No primeiro ano (1884) são 1.654; no segundo 4.123; e em 1913 são 16.335. Dez vezes maior, em menos de 30 anos.

Na *Alemanha*, nos 4 primeiros anos deu 9.152 em média. Em 1905 já eram 11.147, em 1913 eram 17.835 para depois da guerra acelerar-se até os 35.451 de 1925.

Na *Bélgica*, no ano da introdução da lei (1830), houve apenas 4 lares desfeitos. País católico, ofereceu forte resistência em seus costumes moldados no respeito ao Sacramento do Matrimônio. O crescimento foi mais lento. Mas, 50 anos depois os 4 casos se transformaram em 214. E em 1922 já atingia a 3.718. Se os números parecem pequenos, as proporções são enormes.

Na *Holanda*, em pouco mais de vinte anos (1884-1905) o número quase quadruplicou.

Na *Hungria*, quintuplicou em 15 anos (1896-1910).

Na *Inglaterra*, cujo espírito conservador todos conhecem e cujo povo prefere ocultar as paixões e os seus desmandos, a legislação divorcista venceu fortes resistências. Mas desde que se criou um tribunal civil para os divórcios (dados antes de 1857 pela Igreja Anglicana — protestante), as dificuldades diminuíram muito. Em menos de 25 anos os divórcios quintuplicaram! E em 1920 o juiz Darling afirmava que o tribunal dos divórcios era “o mais procurado dos tribunais”.

Na América temos os exemplos do Uruguai e do México entre os mais expressivos.

No *Uruguai*, onde (como na França, na Inglaterra e alhures) a lei entrou para atender a casos pessoais do legislador e do presidente da República, a dissolução foi rápida, chegando a ser quase 20 vezes maior em 20 anos (1908-1927). A dissolução no Uruguai é tanta que pode transbordar para os países vizinhos...

Mas o campeão dos divórcios são os *Estados Unidos*. Contam-se logo por dezenas de

milhares. Em 1887 são 27.919, e em 1916 já são 114.000; 10 anos depois 180.853 os lares subvertidos pelo divórcio — ou sejam 15% dos casamentos rotos e desfeitos. Povo sem fortes freios morais, sem tradições católicas e servido ademais pela rapidez do progresso material, chegou a excessos desconhecidos em todo o mundo, menos a Rússia soviética. Há Estados em que há um divórcio para cada 2 ou 3 casamentos. E no de Nevada, em 1923, houve mais divórcios que casamentos.

Relaxam-se facilmente as causas dos divórcios. Começa-se pelo adultério, maus tratos e injúrias graves. Já seria uma imensa porta aberta. Quem quiser divorciar-se já sabe o que deve fazer... Novas facilidades vão aparecendo, até o consentimento mútuo ou a vontade expressa pela mulher apenas — como no Uruguai. E alguns são bastante sinceros para proclamar às claras o seu ideal. “Não basta o divórcio por consenso mútuo. Para ser justo, para ser lógico, cumpre chegar... ao divórcio por vontade de um só” (Paul Margueritte). Outro acha que é “bastardo este divórcio que mortifica demais os que chega a libertar” (Otávio Uzanne).

Mais fácil que a lei é a jurisprudência. Os juízes vão-se acostumando, vão cedendo, vão-se inclinando natural ou acumpliciadamente à complacência. E a interpretação varia tanto!... Que entender por maus tratos, injúrias graves e crueldades? Já se chegou ao divórcio por mau trato e crueldade num caso em que o marido fumava perto da mulher com dor de cabeça!

Vem a fraude, e precipita os processos. Ainda quando se exigem os mais graves motivos de divórcio, realizam-no os cônjuges por mútuo consentimento,

fingindo os motivos legais. Confessa-se adultério, acusa-se de sevícias, arma-se o abandono do lar. Na facilitação do divórcio especializam-se advogados e empresas, de que são ridículas miniaturas as que entre nós anunciam divórcios no Uruguai e no México.

Não há facilitar com tão desgraçada instituição. É anti-natural, inimigo destruidor da família, aliado poderoso das paixões humanas: basta conceder-lhe o direito de existir, para ele produzir todas as devastações.

SE O DIVÓRCIO É UM PROCESSO...

O divórcio inverte a ordem natural, preferindo a felicidade pessoal ao bem coletivo; erige em fim primário do matrimônio o que só pode ser secundário; esteriliza os lares; prejudica a educação dos filhos; torna-se em princípio crescente de dissolução das famílias; atenta contra a estabilidade social de agora e principalmente do futuro; despovo a nação; acelera a corrupção dos costumes; enfraquece a autoridade dos pais; destrói a piedade filial; ameaça os próprios lares felizes: — como pode ser um progresso?...

A história ensina que só em estado de corrupção os povos introduzem o divórcio em seus costumes. As nações sadias de inteligência e ricas de energia moral não sentem a desgraçada “necessidade” por que clamam os povos batidos pela decadência — qualquer que esta seja.

Visto que a família monogâmica é a base natural da sociedade humana, a sua destruição é uma desgraça — não um progresso. E considerando que ela é historicamente o ponto de partida, e que a poligamia foi posteriormente introduzida pela decadência dos

costumes e superada pela civilização, há de ser logicamente um regresso, uma volta à barbaria, o que quebra a unidade da família.

Os que falam diversamente têm uma noção singular do progresso.

“Todas as nações civilizadas aceitaram o divórcio: não o termos é sinal de atraso... Os Estados Unidos, o país mais adiantado do mundo (dizem os tais), têm o divórcio: precisamos de tê-lo também”. A seguir esta linha de argumentação, logicamente, pedirão amanhã os assaltos dos “gangsters” à mão armada, em pleno dia, no centro das nossas grandes cidades — porque os tem o “país mais adiantado do mundo”...

Os que prezam os valores morais, os que não confundem a civilização humana com aperfeiçoamentos de técnica, os que ainda estimam a virtude acima do cimento armado e da produção em grande escala, estes, em vez de pedirem simiescamente o divórcio para o Brasil, darão graças a Deus por nos ter poupado, e graças tanto mais fervorosas quanto somos das poucas exceções do mundo!

III

CONCLUSÃO

Dentro da finalidade deste livro, nossa conclusão é uma advertência.

a) *Os casados* redimam pela resignação os possíveis erros cometidos na realização do seu casamento. Apelem para a paciência e a mútua tolerância, que desgastam arestas e melhoram imensamente as dificuldades da vida. Sentindo diante de si fechadas as

portas em definitivo, tratem de amenizar a convivência, feita por laços que só a morte destruirá. Católicos, recorram aos sufrágios da Religião, cujos Sacramentos são um inesgotável manancial, e mirem-se no Sacrifício de Cristo, que é, ao mesmo tempo, nosso sustento e modelo. Não-católicos, lembrem-se de que as grandes crises humanas não podem ser solucionadas pelo desespero, mas pela virtude.

b) *Os solteiros* estão ainda no tempo de refletir melhor. Uma das graves desgraças do divórcio é a facilitação dos casamentos precipitados. Se não se derem bem... Não! O homem não pode separar o que Deus uniu. Inútil pensar que um dia a Igreja abrandará os seus rigores. Nunca! Nem poderia, ainda que quisesse. Não depende dela a natureza das cousas. A instituição matrimonial é indissolúvel por natureza. A vigilante Guardiã da doutrina de Cristo velará perpétuamente pela sua manutenção. O divórcio será sempre uma instituição espúria, obra das desenfreadas paixões, atentado às leis naturais e divinas. Um cristão nunca poderá apelar para ele. Importa, pois, *preparar devidamente o casamento*, para assegurar o máximo de garantias. Não é um ato transitório, mas definitivo. Não se iludam com as tragédias “americanas” em dois atos: viu, gostou, casou; aborreceu, divorciou-se. Esta é a mentalidade já corrompida pelas devastações do divórcio. Para os nubentes sensatos a escolha é tudo, a preparação é mais importante do que o resto da vida, que será mera consequência. O Santo Padre Pio XI os convida a “refletir maduramente antes de escolher a pessoa com quem deverão *passar toda a existência*” (Encíclica). E portar-se durante a preparação como quem quer alcançar de Deus a graça da felicidade, que só Ele pode dar.

Fidelidade

“O segundo bem do matrimônio é a fidelidade, que consiste na mútua lealdade dos cônjuges ao cumprimento do contrato matrimonial.”

(ENCICLICA)

O EM a fidelidade um âmbito muito maior do que geralmente se lhe atribui. Pio XI a caracteriza, dizendo que ela deve ser cumprida.

“de sorte que o que compete por este contrato (matrimonial), sancionado pela lei divina, não seja recusado ao cônjuge, nem seja permitido a outra pessoa, e nem ao próprio cônjuge seja permitido o que não se pode conceder”. (*Encíclica*).

Daí se vê que há uma *fidelidade à pessoa do cônjuge* — a geralmente conhecida, e que ela obriga a não *permitir a terceira pessoa e também a não recusar ao cônjuge* o que a este compete pelo matrimônio. Mas há também uma *fidelidade ao matrimônio*, que exige tal respeito mesmo à natureza do contrato que “*nem ao próprio cônjuge se pode conceder o que não é permitido pelas leis divinas*”.

Falamos, em separado, da fidelidade ao matrimônio e do dever de não recusar ao cônjuge o que lhe

compete ou de recusar-lhe o que não é permitido. Aqui vamos estudar a fidelidade à pessoa, dando-lhe a compreensão que ela na realidade tem.

A UNIDADE

A monogamia é condição perfeita do matrimônio, como o fez Deus, criando um só homem e uma só mulher para o começo do gênero humano. Afrouxada aqui e ali no Antigo Testamento, Jesus Cristo a restabeleceu em todo o seu primitivo vigor. O Gênesis tinha dito: “Serão dois em uma só carne” (2.24). Jesus repete estas mesmas palavras (Mt. 19.5), restaurando com elas a perfeita unidade.

A poligamia, embora não seja contrária aos princípios primeiros da lei natural, é inconveniente aos princípios secundários, comprometendo a união doméstica, a educação dos filhos, e repugnando à própria noção do amor conjugal. Estes inconvenientes não os evitou Abraão, obrigado por fim a expulsar de casa Agar com o seu filho, por causa dos desentendimentos deste com Isaac, filho de Sara (Gn. 20. 8-14). Nem ainda sendo irmãs, conseguem as esposas viver em entendimentos: Lia e Raquel, mulheres de Jacó, viveram em contínuas rixas, que degeneraram em grandes males (Gn. 30. 1-24).

Os que argumentam com a acentuada tendência poligâmica do homem desconhecem que historicamente a monogamia é a instituição dos povos primitivos e que a poligamia acompanha sempre a corrupção dos costumes. Os mais sérios estudos neste particular foram feitos pelo grande etnólogo Guilherme Schmidt; e Wundt, impressionado com as suas conclusões, estabeleceu como uma lei que não foi a cultura que produziu

a monogamia, mas a monogamia foi a base e a condição da cultura. (16) Dificilmente se poderia, aliás, sustentar a poligamia sem admitir igualmente a poliandria, que todos consideram imoral.

Quem quiser ver na mulher a nobre companheira do homem, semelhante a ele, há de admitir o regime monogâmico, único em que esta condição é possível. Inspiradora de invejas, fonte de desentendimentos, provocadora de discórdias, a poligamia reduz a esposa a simples concubina, mero instrumento da concupiscência destituída daquela personalidade e daquela auréola que tem, como rainha do lar estabelecido e cimentado na unidade.

Convenhamos que, restaurada por Cristo, a monogamia só no Cristianismo encontra agora o seu verdadeiro clima. Ferido em sua grandeza primitiva, corrompido por uma civilização sensualista, vivendo numa sociedade em que a vida familiar se desmorona dia a dia, só nos recursos sobrenaturais encontra o homem com que manter a sua restauração e sustentar a fraqueza que herdou da queda original.

O ADULTÉRIO

A fidelidade conjugal obriga a recusar a terceira pessoa o que só ao cônjuge é devido. A violação desta grave lei chama-se adultério. Atingindo não somente a virtude da castidade mas também a justiça (em vista do contrato matrimonial em que se fez a doação exclusiva dos corpos), o adultério é um pecado mortal com dupla gravidade.

(16) Cfr. *Amor — Matrimônio — Família* — G. Schmidt.

Seus efeitos sobre a família são terríveis: mina a união dos cônjuges, destrói a harmonia do lar, quebra os laços do amor, planta o germe do ódio, da vingança e do crime, lança a dúvida sobre a paternidade, compromete a própria geração, terminando quase sempre por dissolver a família.

O mundo abre aqui uma exceção, de todo impossível em face da moral. É que a fidelidade obriga de igual modo ao marido e à esposa. A moral cristã, com bases na própria natureza, não pode contemporizar com idéias e costumes nascidos das paixões, nem permitirá jamais, como jamais permitiu, licença aos homens trêfegos que não se querem manter nos limites da castidade conjugal. As liberdades dos tempos não lhe modificarão a severidade com que “condena e recusa todo o afeto e todo ato libidinoso com terceira pessoa” e “repele e despreza tais erros como vaidades e torpezas” (Encíclica). Aliás, é a própria Lei Divina que não dá lugar a exceções: “Não adulterarás” (Ex. 20.14).

Nem há motivos que o justifiquem. É perfeita a igualdade moral dos cônjuges. Os que quisessem coonestar a falta do marido teriam de permitir idêntica licença à mulher — o que só os comunistas admitem, e creio que teoricamente apenas... A Lei de Deus não é uma para a mulher e outra para o homem. Idêntica para ambos! Se no homem o instinto é mais forte e exigente, também Deus o compensou com um espírito mais forte e uma vontade mais enérgica.

Não vamos negar as dificuldades que encontrarão os homens na fidelidade da castidade: as longas ausências, as moléstias da esposa, o nascimento dos filhos, etc. Repitamos que isto tanto lhes serviria de libertação como às esposas! Também estas padecem as suas dificuldades. Mulheres mal casadas, incompreendidas,

não amadas do esposo, e por outro lado cortejadas e seduzidas, precisam de virtude para resistir. E esta virtude deve subir ao heroísmo, quando, por cúmulo, elas têm certeza da infidelidade do marido. Há mulheres a quem a prevaricação do marido inspira verdadeira repugnância pessoal: elas se sentem mais do que traídas nesta preferência pela intrusa. E a muitas ocorre, num movimento diabólico de vingança, pagar na mesma moeda...

Não encontrarão paz no matrimônio os que lhes quiserem resolver pelos instintos os problemas morais. Eis por que insistimos na necessidade da educação da castidade para todos. A castidade conjugal tem exigências não pequenas, que requerem nos cônjuges uma preparação feita de disciplina moral e domínio de si. Para fazer face a essas dificuldades tem a Igreja os meios sobrenaturais, e o matrimônio tem o próprio amor e a graça divina que o acompanha.

FIDELIDADE DO AMOR

É o amor conjugal defesa e sustentáculo da fidelidade. Falamos do verdadeiro amor e não da paixão. Entre cristãos, falamos daquele amor que S. Paulo comparou ao de Cristo à sua Igreja (Ef. 5.25), amor santificado pelo Sacramento, que une as almas, que identifica as duas vidas pondo-as em comum, que vem do "íntimo afeto da alma", como diz a Encíclica.

Este amor não se divide. É único e exclusivo, por natureza. Realiza-se na doação do corpo e na posse da vida — de modo que não se pode dar mais do que a um, nem pode possuir senão a um. Afasta e repele, por si mesmo, qualquer interposição. Realiza, de modo

absoluto, a conhecida canção: "Três, é demais". Sim, um desvio de amor seria já um adultério: o adultério do coração, de que falou tão claro N. Senhor: "se alguém olhar para uma mulher, desejando-a, já adulterou com ela em seu coração" (Mt. 5.28). Este desejo é tão pecaminoso como o próprio adultério, porque é igual violação da fidelidade matrimonial, que não se refere somente ao corpo, mas também e primeiramente ao amor.

Os que zombam da finura destas palavras de Cristo ou lhes estranham a severidade desconhecem a alma humana. A raiz da fidelidade conjugal é a fidelidade no amor. Introduzido o adultério interior, não tardará a realizar-se exteriormente. Ai dos cônjuges, quando já se lhes instalou na vida o adultério espiritual. O mais será apenas uma consequência.

A ausência do amor produz a separação das almas. Não se compreenderão os dois, nem se ajustarão espiritualmente, nem se sustentarão na vida. Vivem justapostos apenas. As almas se sentem vazias. Se têm sólida formação religiosa, manterão, por princípio, a fidelidade, vencendo tentações constantes e terríveis. Se não, facilmente resvalarão para onde se inclinar o coração, desejoso de afeto.

Uma das mais graves causas do adultério, em nossos dias, é a decadência do amor. Os casamentos são feitos por motivos inconfessáveis, e, quando muito, por paixão. Buscam, em primeiro lugar, a satisfação sexual, "amando-se como os adúlteros", na expressão forte do Catecismo do Concílio de Trento — o que ainda é gentil, porque os profetas os comparam aos cavalos acesos em seus desejos. Isto é paixão. Enquanto satisfeita, dá a impressão de amor: segurança, bem-estar, felicidade. Transitória por natureza, cam-

baleia logo que a convivência estabelece os inevitáveis desgostos e os dias trazem a saciedade ou arrefecem o instinto. Egoísta, permanecerá contente enquanto alimentar as próprias exigências. Caprichosa, cedo se fartará, buscando alhures novas emoções ou aventuras, que o quotidiano não lhe fornece mais.

A paixão torna-se poligâmica, enquanto que o amor é pessoal: este se fixa na pessoa, aquela procura o sexo! Por isto, onde prepondera a carne, periclita a fidelidade. Só o amor, o verdadeiro amor, tão santo que é comparável ao de Cristo à Igreja, tão exclusivo que se viola com um olhar cobiçoso, tão espiritual que une mais as almas do que os corpos, só o verdadeiro amor conjugal, estável por natureza, assegura a harmonia e a fidelidade do casal contra as inconstâncias da fraqueza humana. Daí a necessidade de manter o amor em uma esfera mais elevada, para que ele melhor assegure a fidelidade à pessoa.

Quando o Papa fala em não se permitir a outrem o que só ao cônjuge é permitido, entenda-se do amor conjugal antes mesmo das violações corporais — porque a integridade daquele afasta a possibilidade destas, ao passo que sua falta quebra as resistências.

ABOMINAÇÕES

Os tempos corrompidos que vivemos oferecem terrível ofensiva à fidelidade conjugal, sob todos os seus aspectos. Postergado o amor, a paixão avançou para o primeiro plano — e o instinto, servido pela inteligência e pela desordem oriunda do pecado original, desatou-se em múltiplas aberrações. Às abominações praticadas não faltam justificativas...

Os laços morais foram-se afrouxando nas consciências paganizadas. A sociedade estendeu suas criminosas complacências ao sexo feminino. O que sempre tolerou aos homens passou a justificar nas esposas prevaricadoras, poupando-lhes as censuras e sanções com que os antigos os castigavam. Hoje as concubinas e as mulheres notoriamente infiéis ombreiam com as esposas virtuosas de igual para igual! Ainda se murmura entre dentes, nas sociedades menos altas; mas se vai aceitando a situação como natural fruto da evolução. Miram-se na “civilização (?) americana”, na qual — se é verdade o que afirma o insuspeito e amoral Norman Himes — “a fidelidade matrimonial deixou de ser moda”. E para lá se caminha!...

Os que se querem manter fiéis à inquebrantável Moral Cristã e à própria dignidade humana devem vencer o ambiente, que lhes oferece mil perigos e solicitações e os ameaça com o ridículo reservado aos esposos dignos, cuja virtude é tachada de incapacidade e anacronismo.

A campanha de “emancipação da mulher”, no desejo de equipará-la ao homem, chega a preconizar o adultério feminino como uma prova dessa igualdade, de vez que os homens se sentem no “direito” de ser infiéis. Sem isto, a mulher ficaria em inferioridade...

E para justificar este “direito” dos homens não falta quem, confundindo natureza com corrupção, afirme a impossibilidade de muitos homens se satisfazerem unicamente com a esposa, tanto por motivos congênitos como por circunstâncias acidentais. Assim, poderão também argumentar os ladrões com a “necessidade” de furtar!

Os inimigos do amor — aqueles que chamam calculadamente de amor à função sexual — vão mais

além e subvertem a constituição do matrimônio, assentando-o sobre a atração física, a qual, no seu pervertido entender, justifica todas as ligações, desde que exista, e autoriza qualquer abandono, desde que falte.

Chegou tão longe a dissolução moral que já se encontram esposos prontos a permitir a vida irregular do cônjuge. Esposas, a quem a vida sexual repugna por si mesma ou por antipatia ao marido, preferem que este as deixe em paz, embora prevaricando. Nem faltam maridos, tranquilos ante a infidelidade da mulher, quando não felizes com os proventos econômicos ou "sociais" que ela propicia. Se é verdade que estas misérias nunca faltaram à pobre humanidade, outrora esses degenerados eram ferreteados com um infamante labéu, a que vão progressivamente escapando! Outros não chegam tão longe; mas, na verdade, precipitam a esposa, levando-a a frequentar festas mundanas, exigindo-lhe toaletes exageradas, modernices levianas (como beber e fumar), expondo-a nos bailes, acostumando-a à "vida social intensa" — sorvedouro da virtude. Outros, levemente, valem-se da esposa para pedidos junto aos poderosos. E tudo se vai encaminhando para desgraças já muito conhecidas.

No outro extremo estão os adeptos da justiça sumária em que "crime de honra se lava com sangue". Mesmo nos tribunais os assassinos da esposa adúltera encontram todas as complacências, porque os julgadores acham que seria até uma vergonha não proceder assim... Curioso é que são esses mesmos que justificam o adultério dos maridos! Não sabemos como seria julgada a mulher que matasse o marido apanhado em delito...

EM FACE DA MORAL

A natureza do matrimônio não depende dos homens, mas de Deus que o instituiu, de Cristo que o restaurou, e da essência do contrato cujo objetivo são pessoas e cuja finalidade é a geração e a formação moral dos filhos. Os erros de inteligência e de vontade dos homens não a modificarão. Assim, pois, o adultério — tanto em ato como em desejo — será sempre um pecado mortal, quer o permita a sociedade corrompida, quer o escusem doutrinadores errados, quer o autorizem esposos complacentes, quer o introduzam as modas americanas. A inalterável Moral não se rende a motivos subalternos.

Mas não se excede em sanções primárias, como a morte do cônjuge prevaricador. Há tribunais para os crimes, que não podem ser punidos pelas mãos dos interessados. Se a situação se tornar intolerável ou ignominiosa, a própria Igreja permite a separação dos cônjuges, mantido o vínculo indissolúvel do matrimônio. Reputamos a separação o último recurso. O perdão do cônjuge culpado — o homem ou mulher — demanda virtude, heroísmo às vezes. Mas o bem dos filhos, a situação espiritual e a própria condição moral do casal o aconselham. E um perdão generoso, que envolva o esquecimento.

A infidelidade priva o prevaricador do direito ao ato conjugal. O cônjuge inocente não tem obrigação de atender-lhe os desejos, mesmo normalmente reclamados. Para o bem comum aconselho ao inocente abrir mão deste direito de negar-se. Não faça como os judeus que queriam — talvez farisaicamente — apedrejar a adúltera. Prefira a condescendência de Jesus, perdoando a fraqueza. Mas não esqueça tam-

bém a recomendação do Mestre: “não peques mais”. Sim, para que a facilidade do perdão não sirva de pretexto a novas faltas. Nem vá o prevaricador julgar-se no direito de ser perdoado, multiplicando o ultraje e reclamando uma longanimidade, que não se pode exigir que seja heróica, nem se deve confundir com cumplicidade.

Não há como o cumprimento do dever para amparar a fidelidade. E dever é o amor dos cônjuges com a compreensão dos temperamentos, a tolerância mútua de deficiências e faltas, o recíproco cuidado de agradar. Dever é a vida conjugal nos seus limites de exigências e sacrifício de parte a parte, nas suas delicadezas tanto no privar-se como no ceder, para manter o equilíbrio dos sentidos, sem perda do equilíbrio do amor. Dever é resistir a toda sorte de solicitações, quer venham do meio social, da literatura, do cinema, do teatro e do rádio, quer do próprio cônjuge ou das paixões pessoais. Dever, é, finalmente, elevar-se moralmente na primazia do espírito sobre a carne, do amor sobre o instinto, do coração sobre o sexo.

Geração de filhos

“Entre os bens do matrimônio ocupa o primeiro lugar a prole.”

(ENCÍCLICA)

SEM ser o único fim do matrimônio, a prole é o primeiro. Assim o indica a própria natureza. Assim o dispôs Deus, associando os homens à obra criadora como cooperadores na propagação da vida, quando disse aos primeiros pais, e neles a todos os cônjuges, o famoso “Crescei e multiplicai-vos” (Gn. 1.28).

Há mais de um século padece o matrimônio a maior contradição da história humana. Desde o famigerado livro de Malthus sobre a população da terra, em 1798, a finalidade primordial do matrimônio tem sido combatida de todos os modos e contrariada pelos métodos mais engenhosos da perversidade dos homens que não temem a Deus e não respeitam a Sua lei e a própria natureza das cousas.

Importa fixar bem clara a doutrina. Fá-lo-emos em três artigos, estudando o próprio ato gerador, o dever de gerar que têm os cônjuges, e as fraudes que atentam contra a prole.

I

O DÉBITO CONJUGAL

“Não vos defraudeis um ao outro, se não de comum acordo, durante algum tempo, para vos aplicardes à oração; e de novo tornai a coabitar, para que não vos tente Satanás por vossa incontinência.”

(1 Cor. 7.5)

Sobre a grandeza da função geradora escrevi um capítulo em *A Educação Sexual*, e reporto os leitores àquelas considerações.

Trata-se de ato lícito e virtuoso até. Organizado por Deus para a propagação da espécie humana é lícito, honesto e meritório mesmo, desde que praticado dentro do matrimônio, para os devidos fins e do modo devido. Assim o considerou sempre a Igreja, tendo condenado a heresia montanista, que, entre outros erros, ensinava serem pecaminosas as relações conjugais. (17)

O uso do matrimônio é lícito mesmo que não se possa dar a geração, desde que *o ato seja praticado de modo natural e não se empreguem meios positivos para frustrar o fim primário.*

Para a liceidade do ato conjugal não se requer a intenção de gerar filhos: bastam os fins secundários e a ausência de fraude. Há mesmo casos em que a geração não se dará: — gravidez, esterilidade permanente ou temporária. E continua lícito o ato conjugal.

(17) Erram, pois, os cônjuges que julgam necessário confessar-se antes de comungar por se terem unido sexualmente. Erram os que não querem comungar diariamente, por este motivo. Erram os que temem comungar no dia em que tiveram relações. A Igreja tem, nos altares, santos que viveram até a morte no estado conjugal.

O matrimônio se faz pela mútua doação dos corpos em vista dos atos necessários à geração de filhos. A função sexual é, pois, *direito* de um cônjuge sobre o outro, e, ao mesmo tempo, o *dever* de corresponder ao direito do outro cônjuge, quando reclamado.

Com direito às relações sexuais, os cônjuges têm também direito a tudo o que psicológica ou fisiológica-mente as prepara ou completa — atos solitários ou mútuos — *desde que estes atos não produzam completa satisfação sexual nem ponham os cônjuges em perigo de incontinência.* A quem é lícito o mais, também é o menos. Quem tem direito ao fim, tem também aos meios. Quem pode consumir um ato, tem direito aos atos imperfeitos que o preparam, acompanham ou seguem. Mas não pode transformar esses meios em fins, ficando nos atos inaptos para gerar e neles buscando a satisfação que Deus ligou ao ato gerador — pois seria transtornar a ordem da natureza.

Os pensamentos, desejos ou lembranças referentes ao que é permitido aos cônjuges não constituem pecado algum: a quem é lícito possuir, é lícito desejar. Podem dar lugar a pecado, pelo perigo de incontinência — mas isto já não se refere propriamente à vida conjugal.

As circunstâncias de tempo, lugar, posição, etc. não modificam a liceidade do ato conjugal, desde que ele seja realizado de modo a possibilitar a geração.

DIREITO E DEVER

Como se deve entender a obrigação dos cônjuges quanto ao ato conjugal?

Como um *direito*, pode ser exigido, dentro dos limites do justo e do razoável. Esses limites são

traçados pelas finalidades do próprio ato ou pelas circunstâncias reais ou pessoais do cônjuge solicitado. Ou pode ser perdido.

Um direito não obriga ao uso. O cônjuge não está, pois, obrigado a procurar êste direito, podendo mesmo abrir mão dele por quanto tempo lhe aprouver — mesmo perpétuamente. (18)

Como *dever*, é uma obrigação de justiça, em virtude do contrato matrimonial, no qual foi feita a doação dos corpos para este fim. Tratando-se de matéria grave (como é a geração de filhos, o perigo de incontinência ou a harmonia dos cônjuges), a *obrigação é grave*. E o cônjuge solicitado séria e razoavelmente tem o dever de aceder, sob pena de *pecado mortal*. Assim pois, peca mortalmente:

— o cônjuge que se recusa ao pedido sério do outro, sem razão grave, e o faz não raro mas frequentemente;

— a esposa que se recusa por não lhe agradar a função sexual ou por achar que, como não sente atração, não tem obrigação de atender ao marido;

— a esposa que continuamente protela o uso do matrimônio, mostrando-se difícil ou aborrecida, a ponto de pôr o marido em perigo de incontinência por constrangimento moral de procurá-la.

Tudo isto é motivo claro. Todo direito corresponde a um dever. Se a matéria é grave, o

(18) Trata-se do direito, não do dever. O cônjuge pode procurar ou não o outro: eis o direito; mas, procurado, está obrigado a prestar-se: eis o dever. Mesmo do direito falamos mais teoricamente pois não se casaram para a castidade perfeita e sim para a vida conjugal. Não poderiam impor-se uma abstenção completa senão por acordo mútuo e aconselhavelmente breve. Este é o conselho de S. Paulo: “Não vos defraudeis um ao outro, senão de comum acordo, durante algum tempo, para vos applicardes à oração: e de novo tornai a coabitar para que não vos tente Satanás por vossa incontinência.” (1 Cor. 7. 5).

dever também o é. E um dever grave não se escusa por motivos leves, mas só por motivos graves. Mas um direito só urge quando exigido por motivos sérios e razoáveis. Por isto adverte S. Paulo: “O marido pague à sua mulher o que lhe deve, e igualmente a mulher ao marido. A mulher não tem poder sobre o seu corpo, mas sim o marido; e do mesmo modo o marido não tem poder sobre o seu corpo, mas a mulher” (1 Cor. 7. 3-4).

DIREITO DE RECUSAR-SE

A recusa ao débito conjugal pode não constituir pecado algum:

1) Se o cônjuge solicitado tem sérios motivos para negar-se, como:

— perigo para a vida ou saúde;

— caso de moléstia contagiosa, principalmente venérea. Nestes dois casos os cônjuges têm *obrigação* de não procurar a união sexual, sob pena de pecado mortal, se a situação é grave. O mesmo se diga quando há perigo para a vida do feto;

— circunstância ocasional (debilidade, cansaço) em que o ato conjugal lhe fosse grande sacrifício;

— imoderação, inconveniência ou demasiada frequência da solitação;

2) Se o cônjuge solicitador perdeu o direito de pedir, o que acontece:

— se cometeu adultério, tanto o homem como a mulher: quem falta à fidelidade em um contrato perde o direito a urgir-lo;

— se não está em uso da razão, por loucura ou embriaguez, pois quem não está senhor de si não produz atos humanos;

— se não provê à manutenção dos filhos, pois então não tem o direito de gerá-los.

É que em todos estes casos o cônjuge não age razoavelmente no pedido. Então não existe obrigação de justiça de evitar a incontinência de quem perdeu seus direitos e os reclama indevidamente. Há, talvez, dever de caridade, mas que não obriga com grave incômodo.

Lembremos, porém, que os incômodos naturais, inerentes à vida matrimonial, não dispensam a mulher do dever conjugal: — os trabalhos comuns da gravidez e do puerpério, enfraquecimentos ligeiros de saúde, desgosto da função sexual para certas semanas doentes, etc., etc.

Recusar-se ao débito conjugal pode também ser apenas *pecado venial*.

— Se a recusa é rara;

— se não é propriamente uma recusa, mas apenas uma protelação;

— se não há perigo de incontinência;

— se o cônjuge solicitador aceita a recusa.

OBRIGAÇÃO DE CARIDADE

Dá-se também uma *obrigação de caridade* de atender ao cônjuge neste particular. E as obrigações de caridade também podem ser tão graves que constituam pecado mortal faltá-lhes. Assim, quando, por exemplo, a esposa tiver o direito de recusar-se, mas sentir o perigo de incontinência do marido, é grave dever de caridade atendê-lo, para evitar-lhe o pecado. Aliás, a obrigação de caridade que existe para todos os cristãos de fazerem com que o próximo evite o pecado, muito maior é para os cônjuges, que se ca-

saram também para mais facilmente salvar-se e santificar-se. Esta obrigação de caridade pode ser uma demonstração de amor conjugal, ou para restabelecimento da paz doméstica, etc.

Neste particular cabe principalmente à esposa revestir-se de ânimo forte e generoso, não só para não se negar quando não o pode fazer, mas para não se negar quando o pode, e ainda mais para ser pronta e compreensiva, mesmo que lhe não seja agradável o dever que cumpre — e saber não dar mostras desse desgosto. Talvez maior virtude seja necessário para não se lastimar, nem exprobrar o esposo — o que é um modo de fugir ao dever conjugal.

Por caridade um outro dever se pode dar: — o de procurar o cônjuge. É dever accidental e só de caridade, porque essencialmente e por justiça ninguém é obrigado a usar de seus direitos. Mas, pode acontecer que o marido veja a esposa em perigo de incontinência e sem coragem de tomar a iniciativa; ou que o ato conjugal seja necessário a dissipar uma suposição temerária ou uma rixa. Aliás em cousas tão íntimas, entre pessoas tão estreitamente unidas como os cônjuges, tudo deve ser feito na mais estreita caridade.

DEVER DE RECUSAR-SE

Há casos em que o cônjuge tem o *dever de recusar-se*. Dever grave de consciência, sob pena de pecado mortal. O prazer que Deus uniu à função sexual é em vista da geração de filhos: só é lícito quando os cônjuges realizam o ato sexual de modo natural. Todo ato que proporcione o prazer praticado de modo a frustrar *positivamente a geração* é grave

pecado pois atenta contra a fidelidade conjugal, o bem da sociedade humana e o fim primário do matrimônio. Procurado para esses atos, o *cônjuge tem o dever de negar-se*, e só se pode sujeitar pela violência, depois de ter resistido com todas as forças, tal como faria a um opressor.

Nem valem as escusas. Imaginemos que o cônjuge queira levar o outro cônjuge ao pecado mortal. Este de modo algum e por nenhum motivo pode aderir a semelhante propósito. Não é mais o direito de um cônjuge: ninguém tem direito para o mal. É o dever de recusar-se que tem o cônjuge solicitado. Trata-se de obedecer antes a Deus que aos homens, como diria o Apóstolo (At. 5. 29). E os argumentos apresentados em favor da capitulação não passam de pretextos.

Como, geralmente, é a esposa a solicitada e a parte fraca, é também ela que deve ser forte para não ceder. E só pode ceder — estudaremos melhor a questão no parágrafo sobre a limitação da natalidade — em vista de uma causa gravíssima, aliás bem rara.

NEM TUDO É LÍCITO

É falsa a idéia de que tudo é permitido entre os esposos.

Eles têm direito aos “atos *por si aptos* para a geração de filhos”: é pecado mortal empregar meios *positivos* para impedir a geração de filhos.

Mesmo que esses meios fracassem ou não sejam, por sua natureza, aptos para alcançar o fim, a intenção basta para constituir pecado mortal.

Não há motivo algum que possa jamais justificar o emprego de meios positivos para impedir a geração.

Fora da união conjugal devidamente realizada, todo ato que produza a completa satisfação dos sentidos é pecado mortal. A razão é que o prazer foi ordenado por Deus em função da geração, e esses atos o produzem de maneira contrária à natureza.

Qualquer ato de concupiscência que ponha o cônjuge em perigo próximo de completa deleitação, fora da união conjugal, é pecado mortal, — pois a deleitação é, neste caso, extramatrimonial, tão vedada aos casados como é aos solteiros. Se o perigo é remoto, o pecado é venial.

Os atos solitários não constituem pecado desde que: 1.º sejam ordenados imediatamente para a união conjugal e nela terminem; 2.º não produzam por si mesmos o prazer sexual. Do contrário são tão proibidos aos casados como aos solteiros.

Os atos mútuos que precedem ou seguem a união conjugal nenhum pecado constituem. Feitos no entanto sem intenção da união conjugal e sem perigo próximo de deleitação sexual, mas só por voluptuosidade, são pecado venial. Mas nenhum pecado serão, se feitos por motivo razoável, como o afeto conjugal — pois que esses atos (vistas, tactos, conversas) são, por si, lícitos entre os cônjuges.

Aliás, praticada por mera voluptuosidade, sem outro motivo, a própria união conjugal é pecado, embora não o seja mortal — pois está sendo usada com desordem.

A TEMPERANÇA

Enganam-se profundamente os que pensam podem entregar-se a todos os excessos, pelo fato de serem casados.

O casamento tem suas exigências — e não pequenas.

A primeira, e não das menores, é a continência conjugal, que se impõe frequentemente como obrigatória. O esposo mediocrementemente decente afastar-se-á da consorte ao menos por dois meses, cada vez que lhe nascer um filho. Saberá respeitá-la durante prazos, às vezes longos, de moléstia, convalescença ou enfraquecimento. Precisarásaber conter-se, para as ausências a que se vir obrigado. Para isto é necessário que esteja acostumado à continência, seja senhor de si, domine as paixões, e não seja dominado por elas. Quem se entrega desabridamente à vida sexual, mesmo no matrimônio, termina escravo dela. Não escusa o direito... Porque ela também impõe deveres! Só se dominarão diante do lícito os que estão acostumados a dominar-se nas cousas permitidas. Ou, pelo menos, se dominarão muito mais facilmente.

Outro perigo é que a paixão sexual, quando desenfreada, é insaciável. Não é difícil contê-la em seus quadros normais. É impossível detê-la em despenhadeiros. Os que não se querem contentar com o ato matrimonial regularmente praticado, e começam com outras excitações, pagarão muito caro o tributo de Eros. Argumentam que não é pecado mortal. Será para lembrar a palavra de S. Paulo: “Tudo me é lícito, mas nem tudo me convém” (1 Cor. 6. 12). Mesmo quando o corpo tem direitos, não esquecer que o espírito deve dominar sempre nos atos verdadeiramente humanos. S. Paulo, falando precisamente disto, recomenda que os maridos saibam unir-se a suas esposas com dignidade e não como quem não conhece a Deus (1 Tes. 4. 4-5).

Os que argumentam com o direito que têm a essas exigências ignoram os sentimentos da esposa e a psi-

cologia feminina. Fazem mal. Podem precipitar-se em abismos que nunca desejaram. Casos em que a esposa se enojou da vida conjugal a ponto de não mais suportá-la; casos em que as exigências demasiadas do marido terminaram por despuodar a esposa e corrompê-la; casos em que a resistência da mulher pudica se cansou, acabando pela separação — eu mesmo os conheço bem numerosos. Os maridos incapazes de compreender o pudor da esposa terminam por lhe perder o amor ou a fidelidade. E a própria fidelidade do marido se garante melhor com o respeito, a moderação e a temperança. O segredo mantém o interesse, como o respeito mantém o amor, enquanto exigências e demasias enfraquecem a um e outro.

“A mulher não tem poder sobre o próprio corpo, mas sim o marido; e o marido não tem poder sobre o seu corpo, mas sim a mulher”, diz S. Paulo (1 Cor. 7. 3). Inferem daí alguns que podem tratar o corpo da esposa com as mesmas facilidades com que tratam o próprio. Mas não pesam a delicada questão do respeito mútuo. É lição da experiência que toda intimidade demasiada enfraquece a dignidade. Nesta delicada matéria, ou se mantém uma linha muito reta ou facilmente se resvala. E, perdido o respeito mútuo, vão os cônjuges descendo de excesso em excesso e de exigência em exigência. Pode-se alegar que ainda não há pecado; não se poderá dizer que haja decência nem por quanto tempo ainda não chegarão ao pecado.

A delicadeza feminina exige respeito e moderação. O marido há de manter-se discreto e elevado no trato sexual para não ferir a sensibilidade da esposa. Os que vêm corrompidos para o matrimônio fixem bem a diferença que vai do leito mercenário ao conjugal. Os que se viciaram em excessos lembrem-se de que somente agora estão provando o verdadeiro amor, que

se alimenta de abnegação e sacrifício. Ao contrário dos que chamam “amor” a função sexual, irão experimentar precisamente que o verdadeiro amor modera e dignifica a função do sexo, suprimindo-a muitas vezes até.

A demasiada frequência das relações sexuais é motivo para a esposa negar-se. O requinte nos modos infunde repugnâncias e acarreta desgostos. A vida sexual deve ser conduzida pela inteligência. Não vale o argumento de que se casaram para isto. Não, não se casaram para “isto”. É muito mais amplo o matrimônio. Os que nele querem ver apenas possibilidade de prazeres sensuais estão prejudicando a todos os interesses: o domínio de si, a capacidade de trabalho, o vigor da inteligência, o equilíbrio dos nervos, a delicadeza da esposa, a tranquilidade do lar, a higidez dos filhos, etc., etc. Os que sabem moderar-se receberão prêmios muito compensadores.

O próprio instinto sexual feminino requer muita delicadeza. Na virgem que desposou encontra o esposo tendências apenas vivas. Adormecidas e inexperientes, devem ser despertadas aos poucos, para não se assustarem nem se precipitarem. Mesmo depois, dadas as diferenças psicológicas, educacionais ou temperamentais, grande número das mulheres não sente os atrativos que incendeiam os homens. Sujeitam-se, apenas. Não se querem negar. Ê-lhes aquilo uma obrigação — e penosa. Outras raramente experimentam o prazer sexual. E algumas o desconhecem. Mesmo as senhoras perfeitamente normais, muito mais delicadas que o homem, têm no ato sexual uma consequência e não o fim. Preferem mil vêzes um carinho, uma ternura, uma delicadeza do esposo. Nunca seriam capazes de identificar o amor com o ato sexual. Não querer compreendê-las, bitolar pelos pró-

prios os sentimentos delas, submetê-las a excessivas exigências, é decepcioná-las, desfazendo-lhes o ideal de matrimônio que tanto acalentaram e precipitando-as na senda de secretos e terríveis desgostos.

O egoísmo é destruidor da felicidade dos lares. O matrimônio é, por natureza, uma vida em comum. Ainda sem contar os filhos, e mesmo no que ele tem de mais íntimo, é uma vida a dois. Proceder com egoísmo é esquecer a dignidade da outra parte; é despersonalizá-la e reduzi-la a mero instrumento. Não é possível evitar que a esposa se desagrade com semelhante situação. Cônsua de ser pessoa, não se pode conformar com ser cousa! Casando-se para ser esposa, não se resignará a indignidades de concubina. Alma delicada, repugnam-lhe atitudes que são exigências do vício e não solicitações da natureza. Outras repugnâncias ela vencerá. A consciência do cumprimento do dever, o amor aos filhos, o próprio amor conjugal (feito de abnegações e sacrifícios) lhe darão forças. Ê-lhe também uma compensação a delicadeza de um esposo que a compreende e poupa, e para quem a união sexual é apenas um dos atos do amor, pelo qual ela se sente envolvida. Não vê por que entregar-se a depravações que lhe repugnam de tal modo e não encontram justificativa na sua consciência e nos seus deveres de casada. Não vê por que ceder a um homem que se reputa com todos os direitos e tudo quer submeter às próprias exigências, como se ela não tivesse também direitos e exigências. Estará sempre pronta a ceder ao amor; não, porém, para servir ao egoísmo!

Tem aqui, como em tudo, um grande lugar a caridade cristã. Toda vida em comum exige sacrifício e abnegação. E os sacrifícios, se não forem baseados no amor, pesam e desagradam àqueles mesmos, em

cujo benefício são feitos. Leves e agradáveis torna-os a caridade, o amor elevado. Ela prefere sofrer a fazer sofrer, padecer dificuldades a impô-las, praticar renúncias a exigí-las, sacrificar direitos a urgi-los, proporcionar alegrias a experimentá-las — disto se alimenta. É esta a marca do verdadeiro amor; procura antes dar-se que reclamar. Os que tudo querem dobrar a seus interesses e direitos amam a si próprios — e aos outros, na medida em que os servem.

São todos estes motivos sobejos para o exercício da temperança da vida conjugal. E quanto mais largo o uso, tanto mais fácil e tranquilo o entendimento dos esposos neste particular, tanto mais abundantes as recompensas, ainda de ordem natural.

II

QUANTOS FILHOS?

“Deus quer a geração dos homens, não sómente para que eles existam e encham a terra, porém muito mais para que prestem culto a Deus, conheçam-no e o amem e, enfim, gozem dele eternamente no Céu.”

(ENCÍCLICA)

O grande mal dos nossos tempos quanto ao matrimônio é a criminosa limitação da natalidade. Mesmo os que aceitam a natureza religiosa do matrimônio, e os que lhe respeitam a indissolubilidade natural, inclinam-se a reputar arbitrário o dever de procriar, quando não o postergam e desprezam ostensiva e despidoradamente. Mesmo entre católicos a verdadeira doutrina encontra dificuldades, não apenas práticas.

A Santa Sé já se viu forçada a condenar a opinião dos que ensinavam não ser a geração de filhos a finalidade primeira do matrimônio.

Esta tendência contrária à prole suscitou uma reação: a do maior número possível de filhos. Segundo esses moralistas, têm os cônjuges o dever de produzir a mais numerosa descendência, de aceitar na mais larga extensão o “Crescei e multiplicai-vos”. Principalmente os cônjuges cristãos são ainda obrigados a dar o bom exemplo, a evitar o risco de servir de escândalo, a pôr em Deus toda a sua confiança, sem cálculos humanos e estreitos.

Vamos à boa doutrina.

A geração de filhos é o fim primário mas não indispensável do matrimônio. Assim é que pessoas definitivamente estéreis podem contrair matrimônio válido e lícito. Tem o casamento fins secundários que o justificam.

É igualmente lícito e superiormente meritório o casamento de um par que se compromettesse de antemão à virgindade perpétua. Na vida dos santos encontram-se exemplos, mas basta lembrar o de Nossa Senhora.

Outra coisa, porém, seria se os futuros cônjuges pretendessem casar, sem a obrigação de gerar filhos. Neste caso, temos duas hipóteses:

1. Eles sabem que a obrigação existe, mas pretendem não cumpri-la: o casamento é válido, porém ilícito, pela intenção pecaminosa com que o contraem.

2. Eles pretendem excluir a própria obrigação, eliminando, por assim dizer, uma cláusula do contrato: o casamento é então nulo. A razão é que a natureza do matrimônio não depende dos contraentes. Eles

são livres de contrai-lo ou não; mas, contraindo-o têm de aceitá-lo tal como é por natureza — ou êle não existirá.

Não resta a menor dúvida quanto à função sexual: a sua finalidade primeira é a geração. Está nos indivíduos, mas não é para êles. O seu termo é o filho, a espécie humana, para cuja perpetuação Deus a estabeleceu. Por sua natureza ela é uma função geradora. O prazer que a acompanha é um meio — atração e compensação aos pesados encargos consequentes à geração dos filhos.

A geração é o fim primário, mas não exclusivo, da função conjugal. Esta tem outros fins, secundários, mas legítimos. A demonstração e o fomento do amor conjugal, a sedação da concupiscência, o dever de atender ao cônjuge, autorizam-na.

É exigência indeclinável da moral que a função conjugal seja exercida de modo natural. Desde que respeitem este princípio imposto pela própria natureza, os cônjuges são livres de usar quando quiserem ou não usar de seus direitos.

Assim, podemos concluir:

1.º Se os cônjuges decidirem viver como irmãos, *por motivo de perfeição espiritual* sua atitude é meritória.

2.º Se decidirem viver como irmãos, *por não quererem filhos* (motivo egoísta), embora sem mérito, estão também sem culpa.

3.º Nada os obriga a ter relações neste ou naquele dia, sendo, portanto, livres quanto aos dias de sua vida conjugal.

4.º Desde que realizem o ato sexual, são obrigados a fazê-lo de modo natural, sem qualquer interferência positiva que possa impedir a geração.

NÃO PECAM

Os esposos não são, portanto, obrigados a gerar o maior número possível de filhos. Guardando continência, não podem ser inquietados em consciência, mesmo que o façam por motivos naturais (situação econômica) e pouco elevados (egoísmo). Se o fazem por amor à castidade perfeita, só podem ser louvados. A igreja, seguindo aqui como em tudo a doutrina de Cristo, tem o crescimento espiritual dos homens em maior conta que o crescimento numérico. E tem louvores para os castos perfeitos, onde quer que se encontrem — máxime no matrimônio, podemos acrescentar.

Os que guardam continência por egoísmo, e *temem numerosa descendência* por falta de confiança em Deus, dão mostra de pouca generosidade e falta de esperança filial no Pai celeste, que veste os lírios do campo com um esplendor que Salomão desconheceu, e alimenta as aves do ceu com a inesgotável abundância dos seus celeiros. Podem ser lastimados. Devem ser lastimados. Privam-se de um dos meios de educação mais eficientes e perfeitos. Afastam as ricas graças divinas que vêm com os filhos. Estreitam as próprias consolações. Limitam as possibilidades da humanidade, a que as famílias numerosas têm dado a maior parte de seus homens notáveis, arriscam-se às dificuldades da educação de dois filhos, ou — ainda pior do filho único. Impõem-se, sem maior recompensa, os duros sacrifícios da abstinência perfeita no

matrimônio. Privam a Pátria de cidadãos, a Igreja de filhos, o próprio Deus de novos cultores. Mas, afinal não violam as leis do matrimônio, nem devem ser inquietados em consciência. Uma cousa é a desejada prática da virtude, outra é o estrito respeito às leis do matrimônio.

OGINO-KNAUSS

Muito poucos apelarão para a continência absoluta. Mais comum é quererem usar do matrimônio, sem os filhos. É isto possível, em face da moral cristã? Já ficou dito que sim. Há, no ciclo mensal feminino, certos dias estéreis. É lícito reservar as relações conjugais para esses dias? *Os cônjuges que assim procederem nunca pecam mortalmente; nem pecam mesmo venialmente, se tiverem motivo plausível.* Eis o que diz a Encíclica:

“Não se pode dizer que agem contra a natureza os cônjuges que usam do seu direito do modo devido e natural, mesmo que por causas naturais *de tempo* ou de outras circunstâncias defeituosas, não venha a realizar-se a procriação”.

As causas que *legitimam a continência periódica* (ou método Ogino-Knauss) são, entre outras:

1. Grave perigo de vida, no caso de uma gravidez.
2. Grave perigo para a saúde da mãe.
3. Tara hereditária grave que afaste a esperança de filhos sadios.
4. Dificuldade séria de manter maior número de filhos.

5. Necessidade de afastar o cônjuge do pecado de evitar filhos por meios ilícitos.

Outras causas *valem durante algum tempo*:

1. Estado patológico transitório.
2. Fraqueza da mãe.
3. Maternidades muito frequentes.
4. Dificuldade econômica do momento.

EXIGÊNCIAS

A continência periódica tem também as suas exigências.

1) os cônjuges se obrigam a aceitar os filhos, caso falhem os cálculos — como tantas vezes acontece.

2) Em perigo de incontinência, devem atender antes de tudo à própria alma.

3) Mesmo depois de comum acordo para a continência periódica, continua de pé a obrigação do débito conjugal, caso um dos cônjuges o requeira em outros dias.

4) É claro que os cônjuges se obrigam à luta espiritual e aos sacrifícios para se conterem nos dias da continência.

5) Alguns se verão obrigados mesmo a restringir demonstrações mais íntimas e prolongadas do afeto conjugal. Perfeitamente lícitas, quase sempre necessárias à manutenção do amor conjugal e à mútua sustentação moral que se devem os cônjuges, essas demonstrações antes alimentam que detêm o apetite sexual. Dar-lhes livre curso seria, às vezes, pôr-se em risco, quando não se quer usar dos direitos conjugais.

Afligem-se certos cônjuges cristãos com o escândalo que dá a sua continência. Vendo-os sem filhos, não falta quem o atribua às miseráveis práticas anti-concepcionais, hoje desgraçadamente tão em voga. Os vexames que passam com isto é um dos tributos a pagar à continência periódica. Não estão, porém, obrigados a evitar este escândalo — que está mais em quem o recebe do que naqueles que o dão.

CONFIANÇA EM DEUS

Falta aos cônjuges modernos, mesmos católicos, a confiança em Deus. Temos o direito de exprobrar-lhes a falta de generosidade e de esperança. O tremendo egoísmo burguês dessorou os corações. O filho já não é “mais um criado” das antigas participações de nascimento no interior do Brasil. O filho é hoje, economicamente encarado, “um herdeiro”. Vê-se no filho a nascer mais um leito, mais um prato, mais uma mensalidade de colégio. Pior ainda, talvez: “mais um trabalho”. A própria mãe é quem teme e se queixa. As queixas mais lamentáveis para lábios maternos: está envelhecendo; não pode mais frequentar a sociedade; não tem mais tempo para nada; as senhoras antigas podiam ter muitos filhos, mas hoje não! É a linguagem do egoísmo gélido e desalmado. E isto é tanto pior quanto são os aquinhoados da fortuna que mais se queixam.

Outros experimentam reais dificuldades. Crescem a família e não se lhes aumentam os meios. A continuar assim, temem chegar à penúria.

A uns e outros lembramos que a generosidade divina não se deixa vencer. Retrai-se diante dos que

se retraem. Mas não terá limites com os que põem no Pai toda a sua confiança. “Quando Deus dá a boca, dá o prato”, diziam os nossos antigos, muito mais cristãos do que nós. E o Livro Sagrado afirma na palavra do Salmista: “Nunca vi o justo abandonado, nem a sua descendência a mendigar o pão” (Sl. 36. 25).

As dificuldades econômicas ou pessoais com uma família numerosa são largamente compensadas. Os que querem filhos bem educados só têm que desejá-los numerosos. É a família numerosa o melhor ambiente para uma boa educação. Importa, porém, não confundir a boa educação, formadora de homens fortes, viris e santos, com as facilidades que servem apenas para fazer comodistas, gozadores e maricas.

Os bons cristãos não se satisfazem com não pecar pelo escândalo infundado que venha a provocar seu procedimento correto. Querem dar bom exemplo: que seu procedimento brilhe como a luz do Evangelho, posta sobre o alqueire. Os seus muitos filhos serão estímulo à covardia de uns, à falta de confiança de outros.

Mais. Para os bons cristãos o matrimônio é um sacramento: coisa sagrada, fonte eficaz das graças divinas, figura da mística e real união entre Cristo e a Igreja. Ao administrar-se este sacramento, a Igreja expressou aos cônjuges seus sentimentos a este respeito. Está na benção nupcial que a esposa seja “fecunda em prole” e “como a vide abundante”; que os filhos “estejam em redor da mesa, como rebentos de oliveira”; e nisto estão as bênçãos de Deus: “assim será abençoado o homem que teme ao Senhor”. A estes ensinamentos cristãos refere-se a Encíclica:

“Daí se vê facilmente quão grande dom da bondade divina e quão precioso fruto do matrimônio sejam os filhos, germinados da força onipotente de Deus e com a cooperação dos cônjuges”.

E mais expressivamente ainda:

“Os cônjuges verão nos filhos, recebidos com ânimo pronto e reconhecido das mãos divinas, um tesouro que lhes foi confiado por Deus, não para dele servir-se em sua própria vantagem nem da pátria terrena, mas para restituí-lo depois, com juros, no dia da prestação final das contas”.

É, sem dúvida, a perfeição cristã. E a perfeição não se impõe. Mas se aconselha. E tem-se o direito de esperar dos bons cristãos, principalmente quando o mundo tanto precisa de bons exemplos e de ação regeneradora.

III

N E O - M A L T U S I A N I S M O

“Qualquer uso do matrimônio, em que pela malícia humana o ato seja destituído da sua natural virtude geradora, é contra a lei de Deus e da natureza, e aqueles que ousem cometer esses atos tornam-se réus de culpa grave.”

(ENCICLICA)

Os erros vêm de longe quando atingem o terreno moral. O individualismo racionalista tem velhas raízes. A Renascença iniciou muita desgraça, que os erros acumulados foram alastrando. A Reforma protestante, sendo também um fruto, inclinou ainda mais o plano, pelo qual o homem foi, cada vez mais rapidamente, caindo em abismos. O Comunismo é o último deles — e não sabemos se é possível virem outros piores. Do individualismo religioso do frade apóstata sairia facilmente o individualismo pedagógico e político de Rousseau ou o individualismo econômico de Adam Smith. Outros individualismos viriam. Ou melhor novas formas e aplicações do mesmo sistema, em que o indivíduo se coloca no centro do mundo e da sociedade, fazendo que tudo gire em torno dele. Assim é que veio o individualismo demográfico de Malthus.

Robert Malthus, economista inglês, pastor protestante, é o responsável mais próximo por um dos mais desgraçados crimes do individualismo. O homem, levantando-se contra a comunidade, irá perseguir a espécie nas suas próprias fontes, estancando-as. O bem social da propagação da espécie humana vai reverter em mero instrumento de prazer individual sem ônus. Pouco importa que com isso se desrespeitem as mais evidentes leis da natureza. Triunfe o indivíduo, embora pereça a espécie!

Homem de pouca visão. Malthus se impressionou com o empobrecimento crescente do solo da Inglaterra e com o espantoso aumento de população nos Estados Unidos. Jogando com estes dois dados, concluiu, erradamente, para todo o mundo, que as populações cresciam em progressão geométrica, enquanto a terra produzia em progressão aritmética. O remédio estava em diminuir os nascimentos.

APLICAÇÕES IMORAIS

Para alcançar seus fins propunha Malthus meio honesto: — a continência. Os seus continuadores tiraram consequências mais próximas da malícia e da fraqueza dos homens. Ensinaram *o emprego de meios positivos para impedir a geração*. Realiza-se o ato sexual, mas se lhe frustra o fim natural e primeiro. É o prazer sem a geração. O neo-maltusianismo teve logo numerosos propagadores tanto na Inglaterra como na França e principalmente nos Estados Unidos. Preconizaram-se mil modos de burlar a finalidade que a própria natureza aponta à função sexual. Hoje é um dos crimes mais divulgados do mundo. Tem feito a ruína de inumeráveis almas, corrompendo os corações, animalizando os sentimentos, manchando a dignidade dos leitos conjugais, rebaixando as esposas à desgraçada condição de instrumento de prazer aos homens pagанизados deste século.

Os que usam do matrimônio, empregando meios para evitar a geração, cometem um gravíssimo pecado mortal. Enumeremos as razões:

1.º) *É contra a mente de Deus*. O ato sexual foi instituído por Deus para a geração. Para isto criou o homem e a mulher — “macho e fêmea”, como diz a Bíblia, na sua linguagem direta e simples. Aparelhou-os orgânica e psicologicamente para o nobre mister da reprodução. Associou-os à sua obra de Criador, porque os pais geram o corpo e Deus infunde a alma a cada novo homem que vem ao mundo. Atraiu-os e compensou-os dos encargos da geração com os prazeres dos sentidos e as alegrias espirituais da vida conjugal. Portanto, transformar o ato sexual em meio de prazer,

impedindo-lhe a finalidade geradora, é agir contra a mente de Deus.

2.º) *É contra a natureza*. A natureza indica o fim da união dos sexos. Estão no homem e na mulher os germes de uma nova vida — e a união dos sexos a produz. Entre os animais a união só se dá para a geração: realizada esta, a fêmea se recusa sistematicamente. O ato, é, pois, realizado primariamente *para a geração*, embora não o seja unicamente para isto. Admite fins secundários; mas não admite que se impeça e destrua o fim primeiro. Não se pode proceder contra a natureza.

O Catecismo, na sua linguagem enérgica, enumera o pecado sensual contra a natureza entre os “pecados que bradam aos céus e pedem vingança a Deus.” Para que se lhe aquilate melhor da perversidade, basta considerar que a prostituição ou mesmo a infidelidade conjugal — embora pecados mortais — são menos graves do que ele.

3.º) *É contra o matrimônio*. No contrato matrimonial faz-se a doação dos corpos em vista da geração dos filhos, portanto. Os cônjuges se unem no matrimônio para o exercício da função sexual. Ela constitui matéria e finalidade do próprio contrato matrimonial. O cônjuge dá-se ao outro para colaborar ambos na procriação, que é o termo natural da função conjugal. E não se dá para nenhum ato contrário à natureza mesma do contrato — como seria realizar a união excluindo por meios positivos o seu fim natural.

4.º) *É contra o amor*. Os homens corrompidos acordaram em chamar amor à função sexual. A sublimidade da palavra escusa-lhes a baixeza dos sentimentos. É-lhes vantajoso o disfarce. Mas a dignidade do amor não se compadece. É o amor conjugal um misto

das atrações da carne e de aspirações morais. O amor tem no homem outras faces e se pode elevar às alturas do puro espiritual. Não é esta a natureza do amor conjugal. Mas seria bestial colocá-lo na esfera do instinto e confiná-lo ao sexo. Mesmo entre cônjuges chega-se ao amor espiritual, sem o sexo; mas nunca merecerá o nome de amor a fome de sensualidade que tanto se sacia com a esposa como procura a mercenária. Amor!... “Amor” comprado a dinheiro nas feiras da volúpia! “Amor” que abandona a esposa, quando esta não ceva a besta humana! “Amor” que só vê o sexo, e despreza a pessoa! Se fosse isto o amor, como chamaríamos à dedicação desinteressada das almas nobres, ao devotamento de uma esposa cujo marido a moléstia inutilizou para as funções do sexo, ao afeto espiritualizado de dois velhinhos em quem a idade extinguiu o fogo da paixão? A verdade é que a função sexual é separável do amor — e os que a procuram por ela não sabem o que é o amor. São tremendos egoístas — e nada mais contrário ao amor do que o egoísmo.

CONSEQUÊNCIAS

Gravíssimo pecado mortal, tão contrário às leis divinas e naturais, à própria condição do matrimônio e do amor, é ainda o neo-maltusianismo uma sementeira de males.

1. *A ciência médica* condena os vários processos anti-concepcionais como nocivos à saúde, principalmente da espôsa. Distúrbios nervosos e psíquicos, perturbações do aparelho genital, repercussões patológicas no sistema glandular, fibromas, adenoma uterino, etc., além dos inevitáveis perigos de infecção local, são o triste cortejo desses degradantes processos.

Copio de *Ensaio de Biologia*, do capítulo “A esterilidade voluntária e sua patologia”, de Barbosa Quental, algumas opiniões. “A mulher está toda organizada em vista da maternidade; a falta de reprodução ou a insuficiência de reprodução vicia todo o seu metabolismo” (Duttallis, em *Troubles, Functionels et Dystrophies en Gynecologie*). “Todas as vezes que o útero não produz filhos tende a fazer fibromas” (Pinard). “Todos os processos anti-concepcionistas são de natureza a lesar a saúde daqueles que os usam regularmente” (Max Marcuse). “O uso repetido dessas práticas não pode deixar de influenciar a saúde num sentido desfavorável e de provocar perturbações mentais” (Max-Cann). “Sabido como é... que no útero e no colo uterino uma tal irritação é produzida pela introdução de produtos quimicos, pelas injeções antissépticas e pela presença prolongada de corpos estranhos como pessários oclusivos, etc., há sérias razões para crermos que o aumento acusado dos cânceres genitais esteja ligado às práticas desta natureza”.

Os que desejarem um conhecimento mais largo do assunto vejam *La Limitation des Naissances* de Raoul de Guchteneere e *La Vie Intime des Époux* de Gaston Monin. Aliás, é fácil perceber que a natureza nunca deixa violar impunemente as suas sábias leis.

2. *As consequências sociais* são igualmente graves. Alarmam-se sociólogos e moralistas com a crescente diminuição da natalidade. Os que aprofundaram o assunto ficaram horrorizados ante as persepectivas.

(19) A derrota da França, minada de anti-concepção, era prevista desde há muito, não somente por Mussolini e Rommel, mas pelos franceses a quem o vício não cegara. No Brasil já temos centros em que o neo-maltusianismo, de mãos dadas às misérias físicas, leva o nível demográfico abaixo da necessidade de estabilidade da população. Os sociólogos chamam “família normal” a que tem três filhos: dois respondem pela falta dos pais e um representa o aumento da população. Menos do que isto constitui inevitável baixa demográfica, verdadeiro suicídio de uma nação. Não estamos considerando agora o aspecto moral, mas o demográfico, deste importante problema. E mesmo assim vemos que é criminoso o procedimento dos cônjuges que ficam no segundo filho, quando não se contentam com o “filho único”, de tão perigosas perspectivas.

Os neo-maltusianistas pretendem que a limitação na natalidade diminuirá a porcentagem da mortalidade infantil. Enganam-se. Diminuirá evidente e conselheiralmente o número de crianças mortas: nascem menos, morrem menos. Mas até aumentará a porcentagem. De fato, o *birth-control* elimina precisamente os filhos da classe em que morrem menos crianças. As classes mais desfavorecidas de meios econômicos, educação higiênica, etc. são as que mais procriam, e onde há maior coeficiente de crianças mortas. A razão da mortalidade infantil é outra. Se morrem de preferência as crianças da classe mais prolífera não é porque a mortalidade esteja na proporção da natalidade e sim por falta de educação, higiene e meios econômicos. O remédio está não em estancar as fontes da vida, mas em acudir as classes abandonadas com assistência

(19) Ver *L'Indiscipline de Moeurs* de Paul Bureau, talvez o mais completo estudo sobre a questão.

social, educação e recursos necessários à condigna subsistência. (20).

Se os neo-maltusianos argumentassem de verdade, deviam proceder de outra maneira. Estão sendo dizimadas as crianças? Corre risco a manutenção do nível demográfico — e então é necessário intensificar a natalidade. Imaginem um economista que reclamasse diminuição de produção por ver escassear o artigo...

Não: o remédio está em eliminar as causas de morte das crianças — tal como tem feito a ciência com crescente eficácia. E não na solução simplista de eliminar preventivamente os filhos. Assim, ter-se-ia de eliminar muita coisa. Para evitar desastre de avião, suprimia-se a aviação...

3. *Do ponto de vista moral* são múltiplas as consequências, e cada qual mais grave.

a) Já insinuamos quanto se *rebaixa o homem* que faz do amor apenas a função sexual. Agravemo-lo agora com a degradante circunstância de desvirtuar esta função, arrebatando-a do serviço da espécie para o desfrute pessoal.

b) Precisaria de apontar a *degradação da esposa*, transformada em mera ceva de incontentável paixão sedenta de prazeres e trãnsfuga das responsabilidades? Basta pensar no que exigem da mulher certas práticas anti-concepcionais, mesmo fisicamente...

c) A experiência ensina que a *provocação de abortos* acompanha quase sempre os cuidados neo-

(20) A comparação entre a natalidade e a mortalidade infantil de vários países mostra precisamente o que acabamos de dizer. Países com natalidade fraca (como a França) têm grande percentil de mortos, enquanto outros, cuja natalidade é bastante forte (Holanda) têm um baixo nível de mortalidade. Países há (Alemanha, Itália) em que, ao mesmo tempo que a natalidade cresceu, a mortalidade diminuiu, graças à divulgação dos meios de proteção à vida infantil. Esses meios, divulgados entre as classes prolíferas, têm conseguido em toda parte, uma sensível diminuição na mortalidade.

maltusianos. E os crimes vão se acumulando, cada qual mais grave. *Abyssus abyssum invocat.*

d) *O egoísmo passionai* dos fraudadores vai-se alimentando. A diuturnidade os caleja. Embotam-se os sentimentos elevados. Recurvados sobre si, como um caracol moral, só enxergam a si próprios, seus interesses e seus sentidos, num criminoso desprezo da sociedade, do próximo e dos próprios bens superiores.

e) Atentem os maridos nestas duas últimas considerações que lhes vamos apresentar, sem pretendermos esgotar o assunto.

1) *Os desentendimentos* a que dá lugar a limitação da natalidade. É este um aspecto que pouco tem preocupado os maridos, e, no entanto, é importante e grave. As mulheres se tornam, com os processos anti-concepcionais, insatisfeitas, irritadiças — nevropatas. Vai-se a paz, a harmonia do lar. Diminui a resistência espiritual, a capacidade de tolerância, e multiplicam-se os atritos. Afastada dos Sacramentos da Penitência e da Comunhão, a mulher perde o mais forte esteio em que se apoia a alma, e começa a perder o equilíbrio. E ai de um lar cuja esposa perde a linha justa!... As que amam a graça de Deus experimentam enorme repugnância pelas relações sexuais deturpadas. Negam-se-lhes ou as aceitam constrangidas — sem as alegrias e o prazer a que têm direito. Esta dificuldade passa fãcilmente da função sexual fraudada à pessoa do esposo... É pequeno salto psicológico, tão comum na vida! Eis preparado o caminho para desgraças maiores.

2) *A infidelidade conjugal* é, muitas vezes, o castigo desses pecadores. Vem primeiro a suspeita. Estes processos frequentemente falham. Mas o marido confia cegamente neles. E a mulher aparece grávi-

da!... Conheço verdadeiras tragédias por isto. São fáceis de imaginar, aliás. (21)

3) *As consequências espirituais* já ficaram insinuadas. Afastamento dos Sacramentos; vida em permanente pecado mortal; progressivo abandono das outras práticas religiosas; insensibilidade espiritual; perda da fé; extinção das inquietações e do próprio remorso — paz de charco que precede a impenitência final! O quadro é horrroso, porém verdadeiro.

INESCUSÁVEL

A vida conjugal, portanto, tem de realizar-se no respeito às leis da natureza e à vontade de Deus ou na continência periódica. O que não se pode, por motivo algum, é praticar o ato e aplicar meios para impedir a geração. O plano divino não pode ser transformado pela vontade dos homens. E aqui se atinge o que de mais alto fêz Deus na criação visível: a vida humana. Destruí-la no nascedouro, estancá-la na fonte é crime que de perto se assemelha ao homicídio, como já observara Tertuliano: “Impedir de nascer é matar mais depressa.” Bem enèrgicamente o caracterizou a Encíclica:

“Não pode haver razão alguma, embora gravíssima, que possa tornar conforme à natureza e à honestidade o que é intrinsecamente contra a natureza. E visto que o ato conjugal é, por sua natureza, ordenado para a geração da prole, aqueles que, usando-o, tornam-no

(21) Sei de um médico que só se convenceu depois do exame de sangue para prova de paternidade. Avaliemos porém, o estado de espírito deste homem durante todo aquele tempo, e a situação doméstica sob tão opressiva atmosfera.

propositadamente incapaz de atingir seu fim, agem contra a natureza e cometem um ato torpe e intrinsecamente desonesto”.

É insustentável a comparação com a continência periódica que se pretende, às vezes, estabelecer. Em ambos os casos o fim é o mesmo: não ter filhos. Sim, mas os processos são diferentes. O ladrão e o trabalhador que querem enriquecer têm o mesmo fito, mas usam de meios muito diversos. O não querer filhos — já o vimos — é permitido, *desde que haja motivo e os meios empregados sejam lícitos*. O neo-maltusianismo pratica o ato e *emprega meios para inutilizar-lhe a consequência*; a continência periódica não emprega meio algum, mas a consequência não se dá *por motivo natural*. No primeiro caso o homem interfere para destruir o elemento gerador, deturpando assim a própria natureza da função; no segundo caso, o homem realiza um *ato normal*, ao qual *tem direito*, e a geração não se dá em virtude de condições naturais, mas sem qualquer ação humana sobre o elemento gerador.

FALSOS MOTIVOS

São insubsistentes os *motivos* com que pretendem justificar-se os fraudadores. Examinemos alguns dos mais comuns.

1) *Situação econômica*. Autoriza a continência periódica desde que seja real. Nunca autorizará um ato contra a natureza. Na verdade, os que argumentam com situação econômica são, em geral, os que melhor a desfrutam. Guilherme Schmidt chegou a estabelecer como uma tese que “o temor dos filhos é fruto da abundância, e não da necessidade”. Têm com que manter os próprios filhos e estão ainda obrigados em

consciência a concorrer para as crianças pobres que vivem na miséria. Mas desejam uma vida cada vez mais burguesa, gozadores impenitentes e insaciáveis. Move-os a desmedida ambição da riqueza, a preocupação obsedante do luxo, a vaidade imbecil da ostentação. Aqueles, cuja situação econômica é deveras penosa, são os grandes procriadores em que se estearia a densidade demográfica, se o Estado acudisse à mortalidade infantil que dizima assustadoramente as classes proletárias.

2) *Melhor educação aos filhos*. Não consiste, porém, em colégios caros, vida folgada, estágios no estrangeiro, mimos excessivos, absoluta ociosidade servida à mão por serviços bem pagos. Pelo contrário. Nada melhor para prejudicar a educação dos filhos! Como nada melhor para realizar uma boa educação doméstica e social do que o ambiente da família numerosa.

3) *Saúde da esposa*. Quer o marido poupar a saúde da esposa, em prejuízo da consciência dela impondo-lhe sacrifícios morais, enchendo-a de remorsos, atribulando-lhe o coração cristão — contanto que ele não diminua a dose de prazeres sexuais! Esta é a verdade. Sei de casos em que o “dedicado” esposo, para poupar a cara metade, franzina e doentia, fê-la correr o risco de uma operação esterilizadora — quando o cavalheirismo (já não digo o amor) mandava conter-se, se fosse real o motivo alegado.

Já vimos que os processos anti-concepcionais são todos eles nocivos aos cônjuges, especialmente à esposa. Ao invés, a medicina diz que é na maternidade que se realiza plenamente o organismo feminino. A maternidade é necessária à saúde e ao desenvolvimento da

mulher, diz o Dr. Pinard. A maternidade é uma função normal e fisiológica do organismo feminino, junta o Dr. Guchteneere. Podíamos alinhar dezenas de citações semelhantes.

Mas não se trata somente do aspecto físico do problema. Igualmente importante é o lado psíquico. Os processos anti-concepcionais não são tão esterilizantes como parecem... Não geram filhos, mas geram perturbações nervosas. Alguns são unanimemente responsabilizados pelos médicos como fonte de desequilíbrios psíquicos. "O nervosismo da mulher contemporânea progride inquietadoramente dia a dia, escreve o Dr. Cattier em seu *La Procréation Humaine*. Eis um fato em que todos convêm... Já sabemos, agora, de modo seguro, que a causa do desequilíbrio da mulher reside muitas vezes na esfera genital. Deve-se perguntar se, na vida conjugal, os atos contra a lei natural e a lei fisiológica e principalmente as fraudes anti-concepcionais... não são as verdadeiras causas do desequilíbrio tantas vezes verificado". E ele conclui esta página, dizendo: "É banal repetir que a mulher foi feita para a maternidade. É para ela uma lei inelutável: procurando fugir-lhe, ela o faz sempre em prejuízo de sua saúde geral". O médico belga Schockaert (22) depois de acenar os males orgânicos dos métodos neo-maltusianistas, e de apontar como consequência deles a frigidez, a aversão ao ato sexual, a diminuição do amor ao esposo — o que traz para o marido desgosto, desconfiança e humilhação

(22) *Mariage et Natalité*.

—, aponta os inconvenientes psíquicos: irritabilidade, irascibilidade, tristezas, emotividade, falta de energia e coragem, idéias de suicídio. Os estados de angústia se acentuam quando a mulher é católica — o que quase sempre acontece entre nós. O estado de pecado a abate; o remorso a tortura; o pensamento da morte a apavora. Vive sobressaltada. Repelida da confissão e da Eucaristia, sente-se diminuída, humilhada em face das companheiras piedosas, retrógrada espiritual em vista dos seus tempos de vida sacramental.

Não sei como é possível preconizar o neo-maltusianismo em nome do bem-estar da esposa.

4) *Ordem médica*. Há um grave risco de vida com nova concepção, afirma o médico; e vai logo aconselhando a evitar filhos... Esses riscos graves são mais teóricos, do que reais. Os médicos são, em geral, muito fáceis em proclamá-los; mas a experiência mostra felizmente que eles são mais raros. A verdadeira medicina, em vez de secar a fonte da vida, cuja proteção e defesa é sua missão, tem feito precisamente diminuir os inevitáveis perigos que acompanham a maternidade. Os cuidados assépticos e antissépticos reduziram a porcentagens mínimas a mortalidade obstétrica. Há um século, Semmelweis estabelecia 10% de mortes nestes casos; já hoje De Lee dá 1,5%. E que fossem os perigos frequentes; poderão os homens transtornar as leis naturais, mudar a natureza das cousas e sobrepor-se à vontade de Deus? Têm com que substituir a graça divina nas almas? Irão defender seus clientes no tribunal definitivo que decide da eternidade? Para o verdadeiro

cristão “é melhor morrer do que pecar”. As senhoras que morreram vítimas da maternidade, nos raros casos em que isto acontece, são verdadeiras heroínas, que não devem ser lastimadas, mas glorificadas. São um exemplo, não apenas às outras senhoras, mas a todos os que só sabem cumprir deveres fáceis e se acovardam diante do sacrifício. Mas, não esqueçamos de apontar o egoísmo gozador desses maridos: não sabem conter-se nem ante os riscos de vida da esposa! Ela é que deve sacrificar a consciência à sua fome de sexo!

5) *A saúde dos filhos.* Têm sido franzinos ou subnormais. Há casos frequentes de degenerescência na família — taras perigosas. Preferimos, sem dúvida, uma prole sadia. Mas a eugenia nunca poderá tornar lícitos processos imorais. Recorram à continência periódica; aos atos contra a natureza, nunca. Para quem sabe o que é a graça de Deus mais valem filhos doentios do que um só pecado mortal. Os cristãos, sem perderem de vista os cuidados científicos, procriam primeiramente para gerar filhos de Deus.

Chamamos a atenção para a solução simplista e apressada de certos médicos. Correm logo ao “remédio” anti-concepcional, em vez de buscarem os verdadeiros remédios. É assim quando se trata da saúde da esposa, é assim quando se trata da saúde dos filhos. Àquela cortam os riscos, desviando-a da maternidade; destes se descartam, eliminando-os... A ciência tem já hoje preciosos recursos para prevenir males hereditários: eles os desconhecem, ou não querem aplicá-los. A lei do menor esforço diminui, ao mesmo tempo, a necessidade dos estudos e... os clientes. No entanto, quem acompanha os progressos da pediatria,

da psicoterapia, e vê como realizam verdadeiros prodígios os médicos e educadores conjugados, sabe quanto bem se pode fazer às crianças mal dotadas. Se isto não autoriza facilidades perigosas aos que vão contrair matrimônio, muito menos deve autorizar desrespeito às leis divinas e naturais aos que já o contraíram.

A Igreja reconhece as razões da verdadeira eugenia. Ainda a nova ciência não tinha organização e nome, e a Igreja já cuidava da saúde dos homens e exigia em consciência cuidados preciosos ao bem-estar da prole possível e nascitura. Nunca, porém, aprovará meios eugênicos que colidam com os princípios naturais em que se espelha a Razão Eterna, fonte imutável de toda a Moral.

Grande cousa é a saúde: muito mais importa a higidez espiritual. Na hierarquia de valores dos que se conservam fiéis à Moral mais vale a alma que o corpo, mais vale o espírito que os músculos, mais vale a virtude que a força. A humanidade cultua sábios e santos, que viveram em corpos fracos e doentios: o saber e a bondade deram-lhes auréola.

Venha a eugenia dentro da Moral. Cuide-se dos corpos, sem prejuízo das almas. Melhorem-se as condições físicas, sem detrimento das espirituais. Revigore-se a saúde, revigorando ainda mais a virtude. Que os cuidados higiênicos não sirvam para estabelecer o domínio dos instintos sobre o espírito. O progresso humano não deve ser medido pela resistência física mas pela inteligência e pela consciência.

Os que acreditam no espírito sabem que as disposições morais se transmitem aos filhos, tal como as físicas. E que mais precisamos de caracteres que de

atletas. O grande mal dos nossos tempos, é que os homens estão ficando menos homens. Uma eugenia que procure melhorar a “raça”, em vez de elevar os homens, e que liberte as consciências dos preceitos espirituais para só considerar as condições do “produto”, e que repute a geração humana condicionada exclusivamente às normas da higiene — equiparando a geração de homens com a reprodução dos irracionais, está desservindo à civilização e fazendo retrogradar a humanidade.

A maior de todas as medidas eugênicas é a virtude. Os subprodutos humanos nascem da libertação dos instintos — que é o pecado. Da impureza vêm os sífilíticos; da embriaguez, os agitados — e assim por diante. Pois, em geral, os “eugenistas” são pregadores da liberdade sexual, e não se pejam de repetir que a castidade é impossível e até nociva. Acima das necessárias condições fisiológicas, venham as mais necessárias ainda condições morais!

6) *É só por algum tempo...* Fosse por única vez!... É gravíssimo pecado mortal. E não se pode cometer um pecado que seja, mesmo que para salvar o mundo.

As maternidades, em si, não são prejudiciais. Já vimos precisamente o contrário: são benéficas. E de modo geral não são tão frequentes que se tornem indesejáveis. A média apresentada pelas estatísticas é de um intervalo de dois anos no mínimo. Mesmo entre as operárias, — classe prolífera e que desconhece o emprego de anti-concepcionais — em 350 famílias com uma média de cinco filhos, o Dr. Garugee (23) encontrou a média de 26 meses. Os primeiros filhos vêm mais próximos; os outros vão-se naturalmente espa-

(23) Citado por Guchteneere, I. c.

çando. A própria amamentação é, em muitas senhoras, um óbice à concepção.

Restam os casos de excessiva fecundidade e de senhoras realmente fraquinhas — em que se pode recorrer à continência periódica.

Nunca, porém, seria lícito, por nenhum motivo, seja para que for, recorrer a processos pecaminosos. Só os que desconhecem o que seja o pecado, os que calejaram a pobre consciência, ou os que perderam a fé e o santo temor de Deus, poderão apelar para o pecado mortal, mesmo que fosse uma só vez na vida. Para o cristão a regra é “antes morrer que pecar”. E os que não entendem esta linguagem não são dignos do reino do céu.

7) *Já tem a “familia normal”*, isto é, os três filhos de que falam os sociólogos e economistas. Mas esta linguagem não tem sentido em moral. Em moral cada ato fraudado é contrário à natureza e à vontade de Deus. Tanto faz ter dez filhos como não ter nenhum. Trata-se de um ato intrinsecamente mau que nenhuma razão poderá jamais coonestar. Os que se detêm no segundo ou no terceiro filho cortam o passo à felicidade, mesmo natural. Interessantes pesquisas sobre a felicidade conjugal determinaram que as famílias com muitos filhos são mais felizes. Têm mais com quem compartilhar os sacrifícios e mais a quem proporcionar alegrias. Têm menos preocupações absorventes e assustadoras. A perda de um filho, sempre dolorosa, é naturalmente compensada pelos que ficam. Eis mais um castigo da própria natureza aos que calculam contra ela!

8) *A intolerância da Igreja*. Aliás, não se trata de uma doutrina da Igreja propriamente dita. Trata-se de uma lei natural, que a Igreja não poderá jamais modificar, nem modificará. Esta sagrada intransigência só pode honrá-la. Enquanto os bispos anglicanos

(protestantes dos mais conservadores) autorizam o desrespeito às leis naturais, a Igreja mantém-se inabalável como a rocha em que Cristo a firmou. Enganam-se os que pensam que ela venha um dia a ceder nesta matéria. A própria Bíblia é positiva, quando afirma que Onam “fazia uma cousa detestável” porque, quando se unia à esposa, “impedia que ela concebesse”. E a severidade do castigo indica a gravidade da falta: “E por isto o Senhor o feriu de morte” (Gen. 38. 10). De resto, contam pouco com a Igreja os cônjuges neo-maltusianos...

9) *Não casou para a continência.* É frequente este argumento na boca dos maridos. Laboram num engano: pensam que o casamento não exige continência. Exige, e não pequena. O nascimento de um filho exige de um marido decente o mínimo de dois meses de continência. Como a guardará, se não é capaz de conter-se uns poucos dias cada mês? Argumentando assim, ele justificará a infidelidade nas ausências ou enfermidades da esposa. Não se casou para a continência absoluta, certo; casou-se, porém, para a continência conjugal, talvez ainda mais penosa. A esses maridos árdegos e sôfregos perguntaremos: Casaram-se, acaso, para o pecado? Ou pensam que o matrimônio dá-lhes alvará de licenciosidade conjugal?

O CÔNJUGE INOCENTE

Quando ambos os cônjuges querem os processos fraudadores, *a culpa é de ambos igualmente.*

I. A culpa pode ser *exclusivamente de um:*

a) o ato, regularmente começado, é viciado pelo marido, que o interrompe para desperdiçar o elemento gerador;

b) o ato, regularmente praticado, é viciado pela mulher, que depois do ato destrói os germes, sem convivência do marido.

Neste caso, se o outro *não quer* o pecado, não peca. A cooperação é apenas material. Pratica um ato normal: o outro é que, *sòzinho, por sua conta*, vicia o ato normalmente iniciado ou normalmente realizado. A cooperação não é no ato viciado, nem na intenção do pecador.

Mesmo uma cooperação material no pecado só é permitida, havendo motivo. São *causas para esta cooperação material:*

- fundado receio de rixas e desentendimentos;
- perigo de perturbação da vida doméstica;
- medo que o cônjuge passe a outros processos anti-concepcionais;
- receio de vê-lo cair em adultério;
- incômodo em privar-se do uso do matrimônio.

Mas o cônjuge inocente tem o dever de aconselhar, *com cautela e prudência* (e não com impertinência e intolerância), o outro a evitar o pecado — o que é uma obrigação de qualquer cristão, e muito especialmente de um consorte.

II. Muito diferente é quando *o ato já começa viciado* — pelo marido ou pela mulher. No primeiro caso, o ato se inicia normal: a cooperação é para um ato normal. Aqui o ato já começa errado; a cooperação seria para um ato pecaminoso em si. No primeiro caso, coopera-se num ato legítimo, não na sua deturpação, que é feita *depois*, individualmente, sem a vontade ou contra a vontade do cooperador. Neste segundo caso, a cooperação é dada a um ato já deturpado. Não é a mesma cousa. É verdade que em ambos se alcança o mesmo fim — e isto faz com que muitos errem o julgamento, mas o modo é diferente,

e sobretudo a atitude do cônjuge inocente é inteiramente diversa. Uma cousa é praticar um ato lícito que vai ser deturpado — outra praticar um ato mau, deturpado intrinsecamente, desde o seu início.

Neste caso não é possível o cônjuge *portar-se passivamente* (como no primeiro), mas está obrigado a resistir ao ato pecaminoso, tanto quanto puder. Os teólogos ensinam que a mulher tem obrigação de se opor ao marido, neste caso, como faria a um estranho e violentador. Trata-se, realmente, de uma participação no próprio pecado — o que é um pecado idêntico.

NÃO PECA

Mesmo, porém, neste caso, admite-se uma cooperação material: isto é, a esposa pode cooperar sem pecar. Mas é para isto necessária uma *causa gravíssima*, como:

- perigo próximo de adultério do esposo;
- fundado receio de maus tratos físicos;
- ameaça de morte pelo marido;
- dissolução do lar com infâmia;
- e outras de igual teor.

Não peca um cônjuge quando não quer o pecado do outro cônjuge, não participa de suas intenções viciosas, embora se veja obrigado, por motivos realmente graves, a participar materialmente de seus maus atos.

A Encíclica reconhece os casos em que “um dos cônjuges prefere *permitir o pecado* a dar-lhe causa, quando, por *motivo verdadeiramente grave*, tolera a violação da ordem devida, *sem consentir nela* e sem portanto ser culpado desse que, lembrando-se da lei da caridade, não se

descuide de *dissuadir o cônjuge do pecado e afastá-lo dele*”.

É a teoria do mal menor. Vê-se forçado a tolerar um mal, sem consentir nele, no intuito de evitar um mal maior.

A satisfação sensível experimentada nada tem com a intenção do cônjuge pecador. Assim, pois, ficará tranquilo, sob este ponto de vista, o cônjuge inocente.

Problema mais delicado é este: o cônjuge reprova o procedimento pecaminoso do outro, detesta sinceramente o pecado, mas fica satisfeito com o fato de não ter mais filhos. Também pode e deve ficar tranquilo. Não se trata de sofisma: é apenas uma distinção que só as pessoas de pouca inteligência não alcançam. *Ele não se alegra com o pecado, mas com as consequências que este produziu* — consequências em si mesmas lícitas e inocentes. Tal como no caso anterior.

Não se esqueça, porém, o cônjuge de que tem o dever de empregar meios prudentes e suasórios para “dissuadir o cônjuge do pecado e afastá-lo dele”. Suas maneiras carinhosas, seus rogos moderados e firmes, suas exortações oportunas sobre o pecado, sua prontidão quando se tratar do ato normal em contraposição com a dificuldade para o ato viciado, e principalmente sua vida cristã e suas orações, serão remédios certamente eficazes.

Muitas vezes, é a própria esposa a causadora do pecado do marido, talvez sem o querer. Suas contínuas queixas durante a gravidez, o demasiado receio de nova maternidade, as intermináveis lamúrias com os cuidados dos filhos, o medo pagão de vir a faltar o necessário, ou outras cousas ainda mais insubsistentes,

terminam cansando o marido, que resolve a limitação dos filhos, com que a esposa, por sua vez, se mostra demasiadamente indulgente. Neste caso não se isentará a esposa de pecado, como causa indireta, mas muito eficaz.

Fora desses casos — aliás raríssimos — só há uma atitude para o cônjuge consciencioso — *recusar-se*. Não pode nem deve sujeitar-se às exigências do outro.

PRETEXTOS...

Nem vale qualquer argumento. Assim:

— “O marido tem direito ao ato conjugal.” Ao ato normal, sim; aos atos viciados, não. A sabedoria do Direito Canônico disse isto numa palavra feliz: “direito ao ato *por si apto para a geração*”.

— “Mas ele insiste e se aborrece”. À insistência dele responda com sua tranquila firmeza. Pronta para o ato normal; para o pecado, nunca!

— “A recusa vem atribular a vida do lar”. Mas deixa tranquila a consciência. E ai dos que não sabem descontentar os homens para viverem tranquilos com Deus!

— “Ele diz que se responsabiliza pelo pecado”. Pelo dele, está claro; mas cada consciência é individual e inviolável. Aliás, não tem sentido esta responsabilização: que irá fazer ele, quando você aparecer diante do tribunal divino? E quem é ele para se responsabilizar pela violação das leis divinas?

— “O médico garante que a mulher morre, se conceber”. É, então, o caso da continência periódica. Alguns médicos são muito fáceis nessas afirmações precipitadas, nas quais se enganam repetidamente. De

uma senhora a quem o médico, de valor, aliás, garantiria a morte com a nova gravidez, eu sei que deu mais quatro filhos a Deus e ao Brasil, e ainda vive. Mesmo, porém, que tivessem razão, mais vale a morte que o pecado para quem é verdadeiramente cristão. Também os médicos não se podem responsabilizar pela violação das leis naturais. Se pegar a doutrina de fugir ao dever com medo à morte, até onde não se chegará?...

ATITUDE DO CONFESSOR

Executor fiel da doutrina da Igreja, tão obrigado a ela como qualquer outro cristão, e mais obrigado ainda pelo dever de conhecê-la melhor e pela missão de esclarecer e orientar as consciências, já podemos saber qual pode ser a posição do confessor em face do penitente que se acusa de evitar filhos.

I. O confessor *só lhe pode dar a absolvição*, se ele der suficientes mostras de arrependimento com o firme propósito de não evitar mais filhos, no futuro. Sem isto, o confessor não pode dar a absolvição; e se der, a absolvição é nula, continuando o pecador no mesmo estado; e o padre comete pecado mortal.

Se o penitente não tem verdadeiro arrependimento (de que o confessor é o juiz) e se não promete seriamente emendar-se, o padre *é obrigado a negar-lhe a absolvição*.

Não há desculpa possível para o cônjuge neo-maltusianista. O seu pecado é inescusável. Se tem motivos justos para não procriar, recorra à continência periódica. Se esta lhe impõe algum sacrifício, traz a imensa compensação da tranquilidade de consciência.

Os que querem arrancar do confessor uma absolvição indébita são cegos e loucos: mesmo que a conseguissem de um confessor mais cego e mais louco ainda, de nada lhes serviria: é nula.

Pouca ou nenhuma consciência demonstram os que desejam permissão para evitar filhos por processos pecaminosos durante algum tempo. “É para espaçar”, dizem. Que mentalidade! Por uma só vez que fosse, nem eles o podem fazer, por cousa alguma do mundo nem o sacerdote poderia jamais autorizar.

Os que alegam estarem autorizados pelo confessor, ou não expuseram bem a situação no confessional, ou não entenderam o que lhes disse o padre, ou mentem. E se estivessem mesmo autorizados, seria em pura perda, tanto do penitente como do confessor. Este, de fato, não pode autorizar, por mais *tolerante* que seja. Trata-se de matéria de direito natural, em que *nem a própria Igreja pode dispensar*.

Pode haver, e há confessores mais caridosos com o pecador, mais delicados em negar a absolvição, mais zelosos em mover ao arrependimento; não pode haver sacerdotes fiéis à Igreja que autorizem o neo-maltusianismo ou absolvam o pecador que não se arrepende do seu pecado e quer nele perseverar. Para o pecador só há um caminho: — ou deixa o pecado ou não recebe a absolvição.

II. Outra é a atitude do confessor com o cônjuge que não quer evitar filhos, mas apenas coopera materialmente no pecado do outro cônjuge. Nas condições acima estudadas, o cônjuge que coopera ma-

terialmente não peca. Desde que: a) não queira o pecado; b) tenha suficientes motivos para tolerar o pecado do outro; c) empregue os meios para convertê-lo — *não tem pecado*. É bem diversa a situação.

Muitos se admiram de senhoras que “evitam filhos” e comungam. Leviana ou astuciosamente atribuem à permissão do confessor, que já vimos ser impossível. Façam a necessária distinção entre *agente* e *cooperador*, e logo explicarão.

Há também pessoas que, desejosas de se justificar, ficam vendo pecadores em todos os casais que não têm filhos — e que podem muito bem ser estéreis ou continentes periódicos. “Não julgueis”, diz o Evangelho. Ah! os fariseus...

CONCLUSÃO

Se esta doutrina sobre geração de filhos e estes deveres parecem severos, lembremo-nos de que são imposições da lei natural: imutáveis, intangíveis hoje como ontem e como sempre.

Os solteiros pensem nas responsabilidades que lhes trará o matrimônio. Não se decidam levemente nem por motivos subalternos. O matrimônio tem seus fins, superiores à vontade dos homens, e que não podem ser frustrados, mas devem ser respeitados. O cumprimento do dever não se improvisa: requer hábito — fruto de tempo e esforço. Quem vai para o matrimônio deve sentir o amor aos filhos — ou pelo menos o ânimo de aceitá-los com amor, tantos quantos os quiser Deus. E quem não tiver este amor aos filhos, quem não tiver encanto por crianças, não vá

para o matrimônio, que não é sua vocação. Pesem cuidadosamente as qualidades morais do futuro cônjuge. As moças advirtam expressamente ao pretendente que por cousa alguma do mundo trocarão a graça divina, em que querem viver e morrer. Firmem intransigentemente este princípio, para não comecem com diferenças capazes de abrir abismos na vida.

Aqui se mostra a vantagem da identidade de sentimentos religiosos dos cônjuges. Se ambos são verdadeiramente católicos, se amam a graça de Deus como o maior tesouro, não há problemas. Mas se apenas um pensa assim, e o outro quer sómente “desfrutar do matrimônio”, a vida se torna um verdadeiro inferno: se o cônjuge católico cede, o inferno de uma consciência inquieta e a perspectiva do inferno eterno; se não cede, o inferno em casa. E parece-me que ninguém se casa para isto...

Os casados, que já não podem recuar, lembrem-se das responsabilidades que contraíram. Vivam na graça de Deus. Se não podem ter mais filhos, recorram a meios lícitos. A esposa não venda a alma, por condescendências criminosas. Quando acharem onerosos os encargos da vida matrimonial, recorram aos sacramentos e valorizem a graça do “grande sacramento” que é o matrimônio. Às dificuldades desta vida, sofridas por seu amor, acode Deus com novas bênçãos e recompensas, de que o céu é a última e a melhor. Suportem como um justo castigo, os dissabores advindos das exigências não correspondidas do cônjuge não católico: por que o escolheram, contra as constantes recomendações da Igreja? Aceitem os filhos como bençãos divinas. Ponham no Senhor

toda a confiança que lhes não há de faltar o necessário. Procedam, numa palavra, como quem procura “primeiramente o reino de Deus e a sua justiça”, e fiquem tranquilos que “o resto lhes será dado por acréscimo” (Mt. 6.33).

Ainda melhor fariam, se recebessem os filhos como presentes do céu e bênçãos de Deus, cheios de alegria por terem sido julgados dignos de “fornecer filhos à Igreja de Jesus Cristo, de procriar concidadãos dos santos e domésticos de Deus”, vendo “nestes filhos, recebidos com ânimo pronto e reconhecido das mãos divinas, um tesouro a eles confiado por Deus, não para servir-se dele em sua própria vantagem ou da pátria terrena, mas para restituí-los depois com juros no dia da prestação das contas finais”. (Encíclica)

SEGUNDA PARTE

~

A PREPARAÇÃO

Preparação remota

“Tanto o firme fundamento da união feliz como a ruína das uniões desgraçadas se preparam e se alicerçam no coração das crianças, desde o tempo da infância e da juventude.”

(ENCICLICA)

A quem pretende o matrimônio não basta conhecer a doutrina, saber as responsabilidades que assume; importa-lhe sumamente realizar a harmonia da vida conjugal, vivendo as suas alegrias e dificuldades.

Uma falsa *noção do matrimônio solaparia* pela base toda a vida de família e destruiria toda a moral conjugal. Uma errônea concepção do *amor* consagraria a paixão, autorizando tantas ligações quantos fossem os impulsos e as conveniências dos sentidos. Uma deturpada *doutrina da castidade* desataria a função genésica dos alevantados fins do matrimônio, dificultando o respeito às leis da fidelidade.

A vida em comum tem suas dificuldades. Os dias não correrão sempre como os primeiros dias. As dificuldades surgirão. Pequeninos nada que avultam pela frequência ou pelo chocante, ao lado de defeitos desconhecidos no tempo do noivado — só aparecem numa convivência mais demorada. Ambos têm o dever de evitar em si e suportar no outro o que tornar difícil a vida em comum, e de procurar fazê-la a mais fácil e agradável possível. Para isto muito concorrem o exer-

ciação da autoridade do marido ou o espírito de submissão da esposa — e o espírito de conciliação de ambos.

Sobre todos os demais aspectos paira o conceito cristão da vida, com o conseqüente propósito de permanecer na graça divina.

Todas estas são cousas que não se improvisam. Constituem, pelo contrário, o fundamento da vida. Não se realizam à última hora, mas “se preparam e alicerçam no coração das crianças”. Fazem-se com a educação, ou melhor, são a própria educação.

I

PARA O AMOR

“Falamos dum amor não apenas baseado na inclinação dos sentidos, que dura pouco, ou em palavras carinhosas, mas no íntimo afeto da alma.”

(ENCÍCLICA)

Do conceito que os jovens tiverem do amor dependem suas atitudes futuras na vida conjugal. Só o prezarão e respeitarão, se o julgarem digno, elevado, santo.

É logo à entrada na adolescência que os jovens precisam deste conceito do amor. Abre-se então um círculo maior à vida dos meninos. Nesta nova fase os interesses da sociedade são os seus interesses. E a família é a sociedade por excelência. Os adolescentes já não se satisfazem com amar os jogos e os brinquedos: outros amores os solicitam. O outro sexo começa

a atraí-los e preocupá-los, aliás sob o natural desenvolvimento do próprio organismo. Devem saber, desde então, olhar o amor com dignidade e respeito. É nos próprios pais que primeiro devem encarar o amor conjugal. Assim serão obrigados a sentir-lhe a grandeza, a elevação, a respeitabilidade.

FORMAÇÃO NECESSÁRIA

O tema requer uma formação específica. Os pais têm o dever de fazê-la; os filhos, necessidade de recebê-la. Importa-lhes saber que tão grande é o amor conjugal que supera a todos os outros amores, menos o amor de Deus. “Deixará o homem a seu pai e a sua mãe e se unirá à sua mulher”. (Gn. 2.24). Nele — e não nos sentidos — se funda a família.

Estabelecido por Deus, querido pela Divina Providência, é o elemento que dignifica os instintos, dando-lhes o tom elevado e santo que lhes distingue a função da vida puramente animal. Os animais também procriam, mas não amam.

Muito elevará a noção do amor conjugal saber que S. Paulo o comparou ao amor de Cristo à Sua Igreja (Ef. 5.25). Aliás, Jesus fez do matrimônio um Sacramento, santificando deste modo o amor conjugal e a função procriadora.

Os jovens entendem pouco a santidade do amor, por vários motivos que urge afastar e substituir.

Falta-lhes a formação que estamos exigindo.

Confundem amor e função sexual. A atração física precede o amor, impelindo os sentidos sem se ter informado e fixado o coração. Acresce, desgraçadamente, que os homens corrompidos, para justificar

seus desmandos, convencionaram chamar amor aos prazeres sexuais.

Por sua vez, uma errônea formação encara a função procriadora como algo de impuro, inferior, vergonhoso, — quem sabe? pecaminoso até. A reação se está fazendo no melhor sentido. A grandeza da geração dos homens corresponde à santidade da função que a produz, desde que esta se realize dentro dos planos divinos. Trata-se de um ato preparado por Deus na disposição do organismo humano, disposto em vista da multiplicação da espécie por ordem divina, e que, na economia do Cristianismo, elevado o matrimônio à dignidade de Sacramento, tem por missão dar novos membros ao Corpo Místico de Cristo. Ato, por isso mesmo, de eterno alcance. Longe de ser pecaminoso, é um ato santo: só pode ser realizado por pessoas santificadas pelo matrimônio; e, como o matrimônio é um Sacramento que exige o estado de graça, o ato conjugal é para ser praticado em estado de graça, — e tem, ademais, como finalidade manter o estado de graça, pela sedação da concupiscência. Aumenta a grandeza da função geradora a parte direta que o próprio Deus nela tem, para infundir a alma no momento em que se der a geração.

O AMOR CONJUGAL

No ânimo dos adolescentes paira ainda uma nuvem: — misturam-se sempre os sentidos na sua concepção deste amor. Pois está certo. Há outros amores em que não entra a preocupação do sexo. Vejam como amam a seus pais e irmãos, a seus mestres e companheiros, a seus heróis! O amor conjugal — para o qual se preparam — é de outra natureza. Não

é a atração dos corpos, mas não existe sem ela. Tende para a união física, porque o seu fim é a geração dos filhos; mas supõe a união dos corações. E como essa união só se realiza no matrimônio — conforme os planos divinos — só no matrimônio é lícita a união dos corpos. O ato sexual não é o amor, mas uma função do amor conjugal.

Compreenderão isto melhor os jovens, se pensarem a que se reduziria o amor, caso se confundisse com a função dos sexos. Mera atração animal. Simples ligação física. Contacto passageiro. Vamos que o enlevo demorasse, ou que a paixão estabelecesse convivência: seria um “amor” sem laços definitivos, sem garantia de estabilidade, sem embargos a mudanças, sem perpetuidade da posse.

Ora, um amor que não está seguro, mas temeroso; que não quer ligação perene; que deseja sempre uma porta aberta; que não se garante a comunidade da vida — não é amor, é paixão. Não atinge os corações — fica nos instintos. Não estreita as almas — une apenas os corpos. Não é isto amor. Se isto fosse amor, os bichos também se amariam. Mas não se amam: cruzam-se.

Compreendida a grandeza da função procriadora — em que tão de perto o homem participa da onipotência divina —, é fácil encarar com elevação e respeito o amor conjugal. É um *sentimento especificamente humano*, muito acima das meras solicitações corporais. E para o cristão é um *sentimento religioso*, poder espiritual, que Deus santificou, condicionando-lhe a faculdade de procriar e educar os filhos. Importa não permitir que se corrompa nem se profane tão alto sentimento.

Então, preservaremos os jovens da degradante linguagem com que falam agora das cousas do amor

— índice lamentavelmente expressivo dos errados conceitos tão correntes. Então, poderemos sem constrangimento pronunciar a palavra amor sem suscitar rubores nas pessoas castas ou baixezas nas almas vis, ou risotas maliciosas nas adolescentes ou cotoveladas significativas nos rapazolas. Posto no seu verdadeiro lugar, o amor despertará respeito — como todas as cousas nobres, dignas e altas, até veneração, como todas as cousas santas.

O VERDADEIRO E O FALSO

Já não é difícil distinguir o *falso* e o *verdadeiro amor*. Um vem de Deus, mesmo que se reflita numa criatura; o outro brota das paixões. Aquele é generoso, nobre, elevado, cavalheiresco, afetuoso e dedicado: mais procura dar-se que exigir, esquecer-se que beneficiar-se; este é egoísta, e tudo orienta para si mesmo. O verdadeiro amor quer a felicidade da pessoa amada mais que a própria; o falso quer satisfazer-se à custa do amado. Um faz sacrifícios, o outro os impõe. Tanto tem aquele de elevado quanto este de carnal, porque o verdadeiro amor se orienta para a pessoa, e o falso para o corpo. É fácil conhecê-los: — um se baseia na reflexão e na prudência, vendo as qualidades para estimá-las e os defeitos para corrigi-los; é cauteloso, e emprega os meios para assegurar o futuro; é cheio de responsabilidades, e age com precauções, tomando conselhos e pedindo informações; ama a claridade e procura a perfeição; o outro se baseia nos instintos, é cego e precipitado; não vê os defeitos, ou só os vê para aproveitar-se das facilidades que proporcionam; é leviano, e só lhe interessa o presente, que desfruta; procura a escuridão

assim física como espiritual; detesta esclarecimentos e conselhos, porque teme perder... Não vamos pensar que o verdadeiro amor viva tão separado do falso que nunca se encontrem. Não; andam quase sempre de permeio os sintomas de ambos! Mas não é difícil saber qual predomina: — o que desce da alma, ou o que sobe dos sentidos.

AMOR E PAIXÃO

Também não é difícil diagnosticar o *amor* e a *paixão*. Esta se identifica com o falso amor. É violenta, descontrolada, impetuosa. Só fala de direitos, necessidades e exigências. Cheia de impulsos sensuais, é caprichosa e volúvel, só se sente bem quando satisfeita, e só se satisfaz quando sacia o instinto. É inquietante, embriagadora e ciumenta. Como não sabe elevar-se, aferra-se aos encantos do corpo e aos prazeres. Por isto mesmo é inconstante. Tanto lhe faz dizer e pensar que não é possível viver sem a pessoa "amada" como desprezá-la, se as graças corporais faltarem ou o tufão soprar noutra direção. É capaz de matar, contrariada; não é capaz de morrer, para servir. Vive dos sentidos, e se extingue sem a força do instinto, de onde nasce, ou sem o fogo da concupiscência, em que se aquece, ou sem os prazeres da carne, de que se alimenta.

Sua vida é precária como seus elementos. O tempo a extingue com presteza. Ou porque os anos quebram o ímpeto do instinto — ou, mais presto ainda, porque, de sua natureza, ela raro se firma num mesmo objeto. Tanto mais violenta quanto mais precária.

O que ainda lhe agrava a rapidez da existência são os desgostos que gera. Por excessiva, logo enfada. Por exigente, desgosta. Por violenta, gasta-se ou fere as naturais delicadezas, principalmente da alma feminina.

Bem diverso é o amor. Como é elevado, ultrapassa o corpo e se dirige à alma. Como é sentimento e se alimenta das riquezas morais, cresce, ainda quando a concupiscência se amortece e o corpo se inutiliza para os misteres da espécie. Porque é único, é tranquilo. Sendo intransferível, é calmo e senhor de si. Porque indissolúvel, é definitivo. Na sua generosidade essencial, adivinha desejos e se multiplica em delicadezas, aceita com alegria os sacrifícios inevitáveis e se impõe os evitáveis que produzirem alegria. Nunca dará à pessoa amada a lamentável impressão de que a quer para instrumento de prazer. Sendo amor conjugal, está naturalmente orientado para a geração dos filhos: realiza-se na mais íntima e profunda união dos corpos — que só tem significação, quando simboliza a fusão das almas. E nestas relações de intimidade o amor se alimenta e desenvolve, não porque elas lhe sejam a razão de ser ou o sustentáculo, mas porque lhe são fruto e expressão. Tanto assim, que a ausência delas não o enfraquece, salvo quando determinada por falta do próprio amor. Motivada por causas altas, a ausência das relações sexuais eleva e purifica ainda mais o amor, libertando-o das injunções da carne. Sem o peso dos sentidos, libra-se; sem o ônus da matéria, espiritualiza-se.

Vemos casais de velhinhos, em quem o fogo da paixão já se extinguiu, amando-se como nunca se amaram no ardor da mocidade, com um amor espiritualizado, como crianças, trocando carícias à vista de todos. Vemos os cônjuges, que se amam deveras, re-

dobrarem de amor, precisamente quando um deles se inutiliza para a vida do sexo. A estes não domina a paixão: guia o amor.

* * *

Encarado assim, o amor se impõe ao respeito dos que pretendem a vida conjugal. E desta só serão verdadeiramente dignos aqueles que souberem respeitar o amor.

II

PARA A CASTIDADE

“Aqueles que, antes do casamento, costumavam condescender com seus desejos, mesmo torpes, chegados depois ao matrimônio, serão tais quais foram antes de contrai-lo.”

(ENCÍCLICA)

Moças e rapazes encaram diferentemente o problema da castidade no matrimônio. Temperamentos diferentes e educação diferente dão-lhes uma perspectiva diferente. Mas, casados, o problema é único para os dois. Assim, a solução interessa diretamente a ambos, mesmo porque só pelos dois pode ser dada. Importa, por isso, colocar o problema nos seus devidos termos, antes do matrimônio.

Enquanto as moças pensam em casar para não ficarem solteiras, para terem sua casa, para conseguirem mais independência e liberdade (?), porque se

sentem atraídas pelo lar, ou pelo desejo de filhos, ou porque gostam do moço, e poucas, muito poucas, pensando na vida sexual, — os rapazes, numa imensa porcentagem, querem casar “para ter mulher”.

Erra, quem não tomar em consideração esta diferença. Na preparação para o matrimônio deve-se ter especial cuidado em bem formar a mente e o coração dos futuros candidatos, quanto à castidade. Escrevi todo um livro a este respeito (24) e pouco precisarei dizer aqui.

A CASTIDADE CONJUGAL

Os nubentes devem ter da vida conjugal aquele alto conceito que ela merece. Já o vimos. É este o único modo de manter o respeito que se devem no exercício de suas funções procriadoras. Trata-se com uma paixão exigente — e ou se mantém um grande equilíbrio (quicá mesmo acentuadas reservas) ou facilmente resvala.

Isto é tanto mais certo quanto raros são os rapazes que levam para o matrimônio a integridade de que fazem suma questão na esposa. Mais ou menos afeitos à vida sexual, mesmo os melhores procuram no casamento a sexualidade sem pecado. Outros pensam numa fonte de prazeres. E outros julgam que tudo lhes será permitido.

É evidente que se vão criar dificuldades e conflitos, se não tiverem aquela educação sexual por que já clamei aos pais no livro sobre o delicado e necessário tema. A castidade conjugal tem suas exigências, bem

maiores, às vezes, que a dos solteiros. Ai dos que não souberem domar a paixão! Aqui tem plena aplicação a palavra da Encíclica: “prepara-se e se alicerça no coração das crianças, desde o tempo da infância e da juventude”. Os esposos — falemos principalmente do esposo — devem ter sido acostumados a guardar castidade, para poder conter-se devidamente, quando as circunstâncias o exigirem no matrimônio. Esta preparação há de vir de longe, para evitar ilusões, desgostos e tragédias.

Os jovens de ambos os sexos aprenderão, oportunamente, a respeitar o mistério da produção da vida. Em seu próprio corpo os órgãos da geração serão tratados com a elevação que merece a sua finalidade, — afastado, por conseguinte, tudo o que os degrada, profana ou malbarata. As pessoas do outro sexo serão olhadas com o mesmo respeito que se quereria para a própria esposa e para uma irmã. O plano divino da reprodução será posto àquela altura em que Deus o criou e que ele merece, mesmo naturalmente, como a fonte de que nasce o homem.

Os que pretendem o matrimônio devem sentir que têm desejo e forças de respeitá-lo — o que só é possível quando amam e guardam a castidade. Uma boa e forte educação da pureza faz parte indispensável da preparação para o matrimônio. O jovem deve ser casto, antes pelo amor que reserva à sua futura esposa e, depois, pela fidelidade que jurou.

(24) *A Educação Sexual* — Livraria José Olympio Editora.

III

PARA A VIDA EM COMUM

“Há motivos de sobra para temer que aquêles que, antes do casamento, em todas as cousas só procuravam a si mesmos e as suas próprias comodidades, ... chegados depois ao matrimônio... colherão o que semearam: isto é, acharão no lar tristezas, pranto, desprezo mútuo, rixas, aversão, enfado da vida em comum.”

(ENCÍCLICA)

Por sua natureza, é o matrimônio uma convivência para toda a vida, a mais íntima e diuturna de todas. São, por si, difíceis as convivências longas — e importa preparar-se devidamente para suportá-las e torná-las mais fáceis aos outros. Se uma escolha cuidadosa e exigente aplaina enormemente as dificuldades futuras, o grande meio para a felicidade no casamento está em cada um preparar em si próprio os elementos dessa felicidade. Até porque assim se torna mais fácil encontrar o cônjuge ideal. Este trabalho de preparação se identifica com a educação. Como podemos auxiliá-lo?

AFASTAR TROPEÇOS

Chegada a adolescência, já devíamos todos estar iniciados no conhecimento do próprio temperamento, para o irmos corrigindo, orientando, estimulando. Ele é a base física do caráter. Mesmo que se não modifique totalmente, melhora-se, domina-se, facilitando a formação de um bom caráter.

Felizes dos que tiveram desde cedo os preciosos cuidados de uma boa educação. Acostumaram-se a dominar-se, vencer-se, corrigir-se. Metidos desde pequenos numa forma de perfeição, foram aos poucos amoldando-se. Entram aqui em cheio as preciosas vantagens de uma família numerosa, onde a experiência vai ensinando a conviver com vários temperamentos, quebrando as próprias arestas, exigindo renúncias, impondo concessões.

Os que não tiveram boa educação encontrarão maiores dificuldades tanto para corrigir-se (como devem) como principalmente para a vida, quer no lar, quer no trabalho. Uma infância mal orientada pode desaguar numa trágica vida conjugal, tanto é certo que os maus hábitos tornam difícil a vida de casado.

A primeira e mais sólida preparação para um bom entendimento doméstico é dada pelos pais aos filhos. Começa quando ainda se pensa em mamadeiras e carrinhos... De modo que por muitos desenlaces domésticos são os pais os responsáveis.

A EXPENSAS PRÓPRIAS

Os que não tiveram tão desejável educação e estão pensando no futuro casamento comecem por um bom exame. Estudem o próprio temperamento — melhor será com o auxílio de um educador experimentado. Passem aos hábitos. Com toda a sinceridade pesem qualidades e defeitos. E ponham mãos à obra da correção — pensando já seriamente na felicidade do lar que pretendem constituir.

O casamento ainda lhes está distante, na realidade. Só lhes está presente no desígnio de realizá-lo e no desejo de preparar-se dignamente para ele no secreto

de seus sonhos. Vivem na família — excelente campo de experimentação. O teor de vida dos pais lhes ensinará o que deviam estes fazer ou evitar para realizar melhor entendimento. Na convivência com os irmãos — com as irmãs de preferência — terão mil oportunidades de exercitar-se no trato da vida em comum, cedendo, suportando, vencendo-se. As relações de amizade os põem em contacto com jovens estranhos, nos quais vão já examinando os defeitos mais comuns e os menos toleráveis. Perguntar-se-ão muitas vezes se suportariam viver com pessoas tais, ou que fariam, se, depois de casados, descobrissem no cônjuge semelhante falha — sempre lembrados de que o matrimônio é para toda a vida e que as soluções a tomar seriam soluções cristãs.

O mais importante é imprimir à própria conduta uma orientação tal que partam de si as soluções aos casos difíceis. Está em nós a solução de muitas dificuldades, que só não resolvemos por querermos que os outros façam tudo... O que aqui deseja o jovem é *por-se em condições de viver feliz no lar* que vai fundar. Um dia, pensará muito em quem irá partilhar da construção e da alegria dessa felicidade. Agora pensa somente em si: — o que tem de fazer para realizá-la.

ALGUMAS CORREÇÕES

A preocupação é corrigir e evitar tudo o que torne difícil a vida em comum. E aperfeiçoar-se moralmente, preparando-se para tornar amena a própria convivência e suportar a alheia.

É verdade que o amor, por si, procura agradar a pessoa amada, fugindo do que pode desagradá-la, pri-

vando-se do que a desgosta, impondo-se sacrifícios para não aborrecê-la. Mas é necessário defendê-lo das naturais inconstâncias e dos pequenos perigos que o ameaçam. É imensamente mais fácil ceder durante uma festa, um passeio, etc. do que a vida inteira. Além disto, a prolongada convivência vai revelando defeitos e causando desagradados. Certos pequenos defeitos que no noivado eram até motivo de graça passarão a ser de desentendimentos. Um é insensível às pequenas delicadezas, que parece não perceber; — ou é desorganizado em casa e talvez nos negócios; — ou é excessivamente gastador ou econômico; — ou moroso demais no que faz etc., etc. A atitude com que o outro encara isto no noivado pode mudar muito depois!...

Não se pense que são pequenas cousas, fáceis de suportar. Não; todo sacrifício a ser feito diária e prolongadamente requer uma têmpera moral muito sólida. Quem se prepara para a vida matrimonial deve dispor-se a suportar tudo com paciência e não dar ensejo a sacrifício.

Procure, por isto, manter o *bom humor*, o qual consiste numa constante disposição de encarar tudo com boa disposição, com certa alegria mesmo, sem desníveis pronunciados. Terrível inimigo a vencer é a *inconstância* do temperamento. São de convivência difícil os que rápida e inexplicavelmente passam da alegria à tristeza. Escolho semelhante é a demasiada *sensibilidade*: — pessoas há que se magoam por tudo e por nada, desconfiadas, levando a mal as mais inocentes brincadeiras e revidando como a um insulto.

É terrível inimigo da vida em comum o *egoísmo*: quem só cuida de si há de forçosamente desgostar os outros, extinguindo a chama da alegria, que se alimenta de devotamentos e renúncias. Os egoístas são,

por isso mesmo, *exigentes*: sempre pedindo, sem a preocupação de dar. E quando dão é calculadamente, creditando-se a maiores exigências. Não conhecem o desinteresse — base de uma vida comum fácil e agradável. Pior ainda a situação, se forem *voluntariosos*, que agem por capricho, que exigem pelo gosto de vencer, que não descansam enquanto não triunfam. Pertence-lhes a última palavra, gabam-se de “não dar o braço a torcer”. Rebeldes à razão, pouco acessíveis a explicações ou condescendências, duros com as faltas alheias, só vêem seus direitos (muitas vezes inexistentes) e não sabem ceder, criando impasses e constrangimentos.

Não faltam desculpas aos que não se querem corrigir. “Eu sou assim...” Outras, atribuindo ao Criador os defeitos da própria educação: “Foi Deus que me fez assim”. Uns, pondo a uma prova heróica a virtude do futuro cônjuge: “Quem quiser casar comigo já sabe como eu sou”. Esses, finalmente, escusando-se da falta de esforço para corrigir-se: “Assim ele (ou ela) verá logo com quem vai viver”.

Mas a verdade é que quem quiser uma vida feliz no lar deve cuidar de vencer-se e dominar-se. As tendências inferiores hão de ser superadas. Nisto consiste a educação. Pensem os jovens a que se exporão mais tarde, se não cuidarem desta perfeição. Aprendam a conter-se, a sacrificar-se, a abdicar, a ceder sem alegar, a sofrer sem demonstrar, a perdoar e esquecer, a manter a alegria. Vamos dizer tudo numa palavra cristã: aprendam a humildade, fonte de todos estes bens. Assim facilitarão reciprocamente a vida comum, ajudando-se mutuamente a enfrentar as dificuldades da vida, tornando o ambiente doméstico agradável, proporcionando aos filhos a tranquilidade educativa do

lar venturoso, ensinando-lhes pelo exemplo o que dificilmente aprenderiam de outro modo.

E... “quem não estiver nas condições é favor não se apresentar...” De fato, há uma qualidade pouco definível, mas muito necessária ao bom entendimento conjugal. É a *capacidade de adaptação* às situações reais, sem renúncia ao ideal, que não constitui, como possa parecer, falta de personalidade, mas domínio de si e virilidade moral. Não lhes bastam inteligência e delicadeza de sentimentos, para compreender e sentir a vida; são-lhes necessários dotes de temperamento e o autodomínio que se aprende dos pais ou se adquire pelo constante exercício. Os que não a tiverem, adquiram-na, em tempo de evitar irremediáveis desgostos. Os que não a lograrem, detenham-se, certos de que não é o matrimônio a sua vocação. Há pessoas de temperamento tão difícil e insuportável que seriam infelizes em qualquer casamento. Não se casando, farão, ao menos, a felicidade de uma pessoa...

IV

PARA A AUTORIDADE E A SUBMISSÃO

“Esta ordem exige de uma parte a superioridade do marido sobre a mulher e os filhos, e de outra a pronta submissão e obediência da mulher, não por força, mas como foi recomendada pelo Apóstolo.”

(ENCICLICA)

A família é uma sociedade. Aliás, a primeira, tanto lógica como cronologicamente. Sociedade, im-perfeita embora, porque não tem elementos para bas-

tar-se, há de ter contudo os elementos para manter-se. Sem autoridade não há ordem; e sem organização não há sociedade, mas um aglomerado insubsistente de indivíduos. Contra a Sabedoria Divina seria ter fundado a família na anarquia. Cabe-nos conhecer a ordem estabelecida por Deus e os meios de realizá-la.

A CABEÇA

“O marido é a cabeça da mulher”, escreveu S. Paulo aos Efésios (5.23). Apesar de certa repugnância que desperta nas mulheres, nos tempos libertários de hoje, a frase do Apóstolo soa como um axioma. Tudo normal, a natureza indica que o homem foi feito para organizar, dirigir e comandar. A robustez física, a feição intelectual, a orientação dos sentimentos entregam-lhe o bastão do comando. Mesmo o seu papel na obra da procriação o deixa desembaraçado para os trabalhos de manutenção e proteção da família. Vem-lhe do mais íntimo do ser o gosto natural do governo.

Ao passo que a mulher, frágil de corpo, delicada de sentimentos, de feição intelectual diferente, sobrecarregada com o fardo sagrado da gestação, procura naturalmente um apoio, aceita com alegria a proteção que lhe oferece o braço do marido, confia na força masculina e apela para as soluções da sua inteligência nos momentos mais difíceis, nos quais os sentimentos masculinos melhor se guardam e se orientam.

Pode acontecer — todos sabem de casos a apontar — que o homem não seja dotado das necessárias condições para a chefia do lar. Cabe à mulher então assumir o comando, para evitar a anarquia — sem com isto agravar a situação, já de si penosa, do esposo

fracassado. Mas isto é uma exceção e um remédio, ficando como norma a própria indicação da natureza.

Então, valeria esperar que as qualidades individuais de mando designassem o chefe do lar? Não. Não podia Deus estabelecer uma sociedade que se iniciasse sem chefe, e portanto sem governo, mas na anarquia. Dar-se-ia, talvez, uma corrida para a disputa do cetro — o que não acautelaria a ordem doméstica. Como definir a superioridade, quando os temperamentos mais ou menos se equilibrassem? Não seria também um título muito frágil a superioridade ocasional, mesmo evidente, se entregue a si mesma?

A natureza, disposta por Deus, e a expressa determinação da Palavra Divina estabeleceram a regra, autorizando as exceções.

A PERSONALIDADE DA MULHER

Esta chefia do marido está longe de ser absoluta. A mulher é uma pessoa, com todos os direitos inalienáveis da pessoa humana. A sua liberdade é essencial e se conserva intacta e intangível em tudo o que toca à consciência, aos deveres de esposa e de mãe. Ela casou por um ato desta liberdade e não abdicou dela, senão no que se refere ao regime conjugal. Não é um menor nem um mentecapto, a quem seja necessário o tutor: ao contrário — salvo pequenas restrições condicionadas com o pacto doméstico — a própria lei civil lhe reconhece o livre exercício dos direitos de pessoa.

Marido e mulher são dois adultos, duas pessoas moralmente iguais, capazes de deliberar por si a realização do matrimônio. A autoridade se exerce aqui como para igual. É diferente da autoridade dos pais sobre os filhos quando estes são ainda incapazes de se

dirigir, por falta de maturidade. É bem diferente da autoridade militar, diante de cujas ordens o súdito não tem direito de discutir, mas apenas de *pensar* que podia ou devia ser de outra forma.

Aquí, a autoridade que se não exercer com elevação degrada-se. É um regime necessário de hierarquia. A exigência de ordem implica a subordinação. Santo Agostinho, comentando a criação de Eva, nota que esta não foi tirada da cabeça de Adão, para não parecer que o devesse dominar, nem dos pés, para não parecer que devesse ser dominada. Tirada do lado, de perto do coração, seria tratada com uma autoridade de suave e amorosa, exercitada de igual para igual.

É, na verdade, misteriosamente delicada esta autoridade do marido sobre a mulher. Quase que a exerce sobre si próprio, reconhecendo na esposa a carne de sua carne e o osso de seus ossos (Gn. 2.23). Uma atitude de tirania revela um espírito anticristão — e só condiz com um sultão. A autoridade do marido é comparada pelo Apóstolo à que Cristo exerce sobre a Igreja, da qual é também Cabeça. Por isso a submissão das esposas é aquela com que se submetem ao próprio Cristo. E reduz tudo ao amor, sem o qual a autoridade redundará em tirania, e a submissão em aviltamento: “amai a vossas mulheres como Cristo amou a Igreja”. E como Cristo se identifica à sua Igreja, S. Paulo identifica o marido à esposa. Ele, que ensinou que quem se une a uma mulher faz um só todo com ela, diz aqui que “os maridos devem amar a suas mulheres como a seu próprio corpo”, porque “quem ama a sua mulher ama a si mesmo” (Ver Ef., cap. 5).

Quanto à mulher, não há por que recusar-se a esta submissão, tão natural e elevada, tão delicada e necessária. Nada tem de humilhante um regime que

acautela por inteiro a dignidade da pessoa e mantém inviolável o santuário da consciência. Restrita aos atos exteriores da vida de família, a submissão não implica renúncia à própria personalidade nem abdição à responsabilidade moral. Pelo contrário, a mais perfeita liberdade continua a dirigir a vida moral da esposa. Quando a consciência o exigir, ela deve dizer não — um não intransponível como os limites da moral. Se o marido exorbitar e quiser agir despoticamente, os seus abusos de poder são condenados pela moral cristã, a qual ensina que a mulher “não está obrigada a condescender a todos os desejos de seu marido, ainda que sejam pouco conformes à razão ou a dignidade da esposa” (Encíclica) e manda, como um grave dever, que ela resista nos casos em que a autoridade do marido pretenda violar as leis divinas, a ordem da natureza ou os interesses do bem doméstico.

É plano verdadeiramente diabólico o que deseja afastar a mulher “da honesta e fiel submissão ao marido” como se isto fosse “uma indigna escravidão”. Impelindo-a, em nome da “emancipação”, para a independência econômica, na qual ela possa “livremente ter, tratar e administrar seus negócios particulares”, visam os inimigos da Família “afastar a mulher dos cuidados domésticos, dos filhos e da família”, terminando por “desobrigá-la dos deveres matrimoniais tanto de esposa como de mãe”. Mas isto “é antes corruptela da índole feminina e da dignidade de mãe”, porque redundante em “privar da mulher o marido, e da mãe os filhos, e toda a família daquela que deve ser sua guarda vigilante”.

Aliás, é a própria mulher que deve rejeitar esta situação artificial. Porque “esta falsa liberdade e esta igualdade anti-natural com o homem revertem em ruína da própria mulher: se ela desce do trono real, a que

foi elevada, no lar doméstico, pelo Espírito Santo, cedo recairá na antiga escravidão, e tornará a ser, como no paganismo, mero instrumento de prazer nas mãos do homem". (25)

No mais, não há por que esquivar-se à submissão, pois esta — como autoridade do esposo — é um ato de amor.

"A ORDEM DO AMOR"

É assim que Santo Agostinho chama ao regime do matrimônio. Nem a autoridade nem a submissão se fazem aqui por força. À própria condição dos cônjuges repugna que assim o fôsse. A mulher é no matrimônio companheira, e não serva; sua obediência em nada lhe há de ferir a dignidade e o decoro. Por isso, Leão XIII disse, na Encíclica "Arcanum", que "o amor de Deus deve ser o regulador de todos os deveres entre os cônjuges". E Pio XI acrescenta que o exercício da autoridade e da submissão do matrimônio não se pode fazer de modo que "o coração fique separado da cabeça, com sumo prejuízo de todo o corpo e com perigo próximo de ruína. Sim, porque se o homem é a cabeça, a mulher é o coração; e se um tem o primado do governo, à outra pode e deve atribuir-se, como seu, o primado do amor". (Encíclica)

É, portanto, no amor que o marido há de exercer a sua autoridade e a esposa, a submissão. O amor estabelece a confiança e, conseqüentemente, a harmonia. O amor não age sozinho no lar, impondo; consulta, observa, tolera, e só manda pedindo — que é decerto a sua mais eficaz maneira de mandar. Se o marido

(25) As palavras entre aspas são da Encíclica.

é cauteloso e prudente, a mulher, por sua vez, procura ser acessível e generosa. Quantas vezes é a mulher que termina "mandando", em vista do bom entendimento de ambos e do cavalheirismo do esposo? (26)

É um regime de amor, realizado na mais ampla compreensão. O fim da autoridade é conduzir a sociedade à ordem, na obediência às leis morais, que o chefe deve cumprir e auxiliar os outros a cumprirem. Ninguém pense que realiza isto mais facilmente sozinho do que ajudado pela esposa. Ou então é um tolo, que escolheu uma incapaz para companheira!...

Mantém-se mais facilmente a autoridade e se torna mais suave a obediência, entrando-se em entendimentos prévios, ouvindo razões, aceitando emendas e sugestões. A bem dizer, tomam-se resoluções, em lugar de dar ordens. Mais tarde, diante de fracassos e arrependimentos, nenhum se pode queixar do outro. Juntam-se assim as luzes e as forças de ambos para levar a bom termo os destinos do lar. E sem abdicação de nenhuma das partes.

TREINEM AS JOVENS

O prurido de independência das moças modernas não prognostica harmonia no lar. Todos reconhecem com Pio XI, que "a submissão da mulher ao marido pode variar quanto ao grau e ao modo, conforme a condição das pessoas, dos lugares e dos tempos". Mas as leis naturais não se desfazem nem se aniquilam — e o homem continuará sempre a presidir a família, cuja estrutura obedece às leis estabelecidas por Deus.

(26) "Acusam-me de ser governado por Matilde, dizia-me um amigo. Mas eu queria saber qual era o homem que não se deixaria governar por uma esposa assim..." E Matilde, em compensação, procurava adivinhar-lhe os pensamentos...

Na lamentável mania de copiar a América do Norte, não falta quem aponte como um ideal a independência das moças americanas. Mas não lhes ocorre que é o país em que são mais numerosos os divórcios. E há relação entre esta independência e o divórcio: nas classes em que as esposas são menos “emancipadas”, os divórcios são menos frequentes, como também o são entre os imigrantes, cujas mulheres guardam o regime doméstico natural.

Às moças importa, pois, acalmar os pruridos de independência. A liberdade de que gozam em solteiras tem de sofrer restrições no matrimônio. Acostumem-se a esta idéia, que é a verdadeira (27). Aprendam a submeter-se. Aceitem conselhos, para... segui-los. Ouçam com calma e sem amargores as admoestações. Recebam ordens sem se irritar, e procurem cumpri-las com prontidão, ainda quando não correspondam a seus desejos. Conformem-se com papéis subordinados. E sobretudo abram mão do desejo de dominar.

Muitas jovens pensam na “felicidade” de governar o marido. Num interessante estudo sobre o sucesso ou fracasso no matrimônio, o Prof. Cotrell Júnior chegou a conclusões muito curiosas, ditadas por ampla pesquisa. São muito mais infelizes os casamentos em que o marido é *mais fraco*; mais mesmo do que quando o marido é *muito mais forte*. Sim, um ditador em casa é horrível; mas um moleirão, um palerma, deve ser pior. E não pensem que o

(27) Num inquérito realizado por mim com numerosas moças casadouras, quase todas pensavam em continuar “trabalhando fora” quando casassem, a fim de manter a própria independência! O trabalho da mulher fora do lar já de si tão contra-indicado, agrava-se com este novo perigo.

mais desejável seja o equilíbrio de forças. De fato, quando marido e esposa são *iguais*, os índices de felicidade matrimonial foram bem altos. Mais altos, porém, foram quando o marido é *um tanto mais forte*.

Está indicado o caminho para a aprendizagem necessária à “ordem do amor” no futuro lar, cujos cuidados requerem a presença da esposa e constituem seu dever específico.

E OS RAPAZES

Da parte dos moços há também uma aprendizagem a fazer.

Compreender a mentalidade das moças modernas a este respeito já é um grande passo. O marido não pode capitular, rendendo-se aos erros da época, entregando o comando à mulher. Mas tem de moderar-se na chefia, cedendo muitas vezes, aceitando situações, atendendo a conselhos da esposa, deliberando com ela. Se, em qualquer tempo, o excesso de autoridade marital era abusivo, hoje será apenas intolerável. É preciso que o homem possa repetir com verdade à sua esposa o que Cristo nos disse a todos nós: “O meu jugo é suave” (Mat. 11. 30).

As proibições absolutas e infundadas: — “Porque eu quero” — “quem manda aqui sou eu” — não têm cabimento. Apelar para a razão, apresentar motivos, deliberar de comum acordo — eis a regra. Os autoritários tratem de moderar-se, para evitar desgostos mais sérios ou desastres.

Falta a muitos jovens modernos o gosto da vida com a família. Vivem *sòzinhos*. Não passeiam com ela, não jogam com ela, não participam de sua vida. Por isso mesmo não sabem *agir com a família*. Vem daí, infelizmente, serem os moços modernos maus irmãos ou *pouco irmãos* para com suas irmãs. Acostumam-se, por isso, a agir *sòzinhos*, e tendem a impor aos outros seus gostos, decisões e hábitos. Isto se agrava, quando são mais idosos. Casando, quererão, forçosamente, viver assim — o que irá, com certeza, provocar aborrecimentos.

Outra será a atitude de um jovem acostumado a *viver em família*. Os gostos se dissolvem, as decisões são tomadas por deliberação doméstica, e ele se habitua a consultar, ouvir, ceder. Age com a família, mesmo quando ele *sòzinho* delibera. A vida coletiva é também sua vida. Leva para o novo lar, para *sua casa*, uma excelente mentalidade familiar.

Quem não tiver esta mentalidade trate de adquiri-la, antes do casamento, porque depois nem ela cai do céu, nem a esposa irá submeter-se como uma noviça de convento.

Calculam também erradamente os noivos que agora cedem tudo, esperando que no casamento “a coisa mude”. Ele assumirá então o comando! Ilusão... Meça *antes* sua personalidade e procure conhecer o melhor possível a da noiva. O casamento não muda ninguém, senão para pior — em regra geral. Se ela é agora exigente, caprichosa, autoritária, voluntariosa, independente — *sê-lo-á* depois cada vez mais. É o momento de estudar a realidade, encará-la com frieza, para ver, em tempo, de que ambos são capazes. As compreensões depois farão apenas explosões.

AJUSTAMENTO

O amor se alimenta de pequenas cousas, muitas vezes imponderáveis. E, num círculo vicioso, essas cousinhas já são fruto do amor. Muito antes da dinâmica moderna, já ele aproveitava as energias que expendia. Ele resolve inúmeras dificuldades no governo do lar. Um cede da sua autoridade, a outra da independência: fundem-se no cadinho do amor.

Tomo de um autor muito prático dois conselhos a transmitir aos que se preparam para o matrimônio e que servem também admiravelmente aos casados.

1.º) *Fazer as cousas juntos*. Procure cada qual ver de que gosta o outro, para fazer o mesmo, ou fazer como ele gosta, ou para *gostar* também... Qual o seu gênero de leituras, seu esporte preferido, seu gosto em música, seu divertimento predileto, seus ideais? Procure aproximar-se dele. Não aja *sòzinho* em casa, quando tudo se tornará mais agradável se fizerem juntos. Cada um sacrifique um pouco de seu *eu* para serem cada vez mais *nós*. Se dizemos isto das pequenas cousas, muito mais das grandes decisões.

Vão comprar uma casa para morar: contra a vontade de um, servirá de queixas eternamente, caso não se dê bem; sem a consulta, pode logo notar defeitos que teriam feito recuar, se vistos antes. Tudo combinado, dividida a responsabilidade, diminuem-se os desgostos e se multiplicam as alegrias. E assim por diante.

Completam-se admiravelmente o homem e a mulher. Por isto só vantagens advirão de atitudes conjuntas no lar. O homem raciocina, a mulher “acha”; o homem quer as razões, a mulher afirma que “uma cousa lhe diz”; o homem vê os panoramas, a mulher as minúcias; o homem é mais inteligência, a mulher é mais sentimento; ele, profundidade, ela, intuição. As soluções perfeitas serão naturalmente as que forem tomadas de comum acordo, valendo-se dos elementos preciosos que só o conjunto apresenta.

2.º) *Ampliar a área de harmonia e reduzir a de conflito.* Há aspectos secundários, dos quais se pode facilmente abrir mão, a fim de conservar apenas o principal, procurando para isto um terreno comum.

Ela quer ir ao cinema, ele ao teatro: ambos querem divertir-se — eis o principal; o secundário é o meio; o terreno comum é sair de casa — mesmo talvez para um terceiro alvitre comum aos dois. Ou a dificuldade está apenas no filme: outro filme poria os dois de acordo. Ou é o dia: se deixar para amanhã, irão juntos. O exemplo é, talvez, banal, mas mostra como se pode facilmente reduzir os conflitos e aumentar a harmonia.

É agora, em solteiros, a ocasião de irem cuidando deste ajustamento, em casa, com os colegas e amigos, para aprenderem a fazer, para se acostumarem a ceder e adaptar-se ao próximo, para não se enquistarem no egoísmo, que é o grande inimigo da harmonia do lar.

V

PARA A EDUCAÇÃO DOS FILHOS

“Isto (uma boa preparação) os ajudará também a se mostrarem para com a sua prole querida tais quais Deus exige que sejam os pais para com seus filhos... Disto resultará que dos filhos saberão fazer cidadãos perfeitos e perfeitos cristãos.”

(ENCICLICA)

Não basta aos esposos cristãos propagar a espécie humana. Pobre tarefa seria gerar filhos, sem lhes dar uma verdadeira educação, que deles faça homens dignos e cristãos perfeitos. Nem seria digno de Deus dar aos homens a faculdade de procriar, se lhes não conferisse, ao mesmo tempo, o direito e o dever de educar os filhos. A própria natureza indica que o homem, o mais desaparelhado de todos os animais na primeira infância, requer, como nenhum, especiais cuidados assim para a formação moral como para a conservação material. Aos pais cabe, por ordem natural e divina, esta tarefa, cuja ausência “expõe à perdição a obra começada, deixando-a imperfeita”, como diz a Encíclica. Por isso a Igreja considera no mesmo pé a geração e a educação, constituindo ambas o fim primário do matrimônio.

CONHECIMENTO INDISPENSÁVEL

Entre nós pouco se cuidou de preparar os futuros pais para a sua missão de educadores. Mesmo os colégios católicos ainda não se voltaram para a questão

com o cuidado que ela merece. A observação de Spencer continua verdadeira: “Enquanto uma grande parte das cousas que se aprendem são relativamente de pouco valor, fica completamente esquecida uma massa de conhecimentos sumamente importantes”. Estudando a crise da educação familiar na França, o diário católico *La Croix*, em amplo inquérito chegou à conclusão de que a grande causa era “a falta de preparação dos pais para sua missão de educadores”.

É urgente que os futuros pais sejam preparados. O mundo modificou imensamente sua paisagem moral. Um conservadorismo pode apenas distanciar os educadores dos educandos. Os colégios compreenderam isto. Mesmo os colégios católicos, mais tradicionalistas, fazem notáveis esforços para se porem à altura dos novos tempos. Mas os primeiros educadores, os mais responsáveis, os formadores desde o berço, continuam sem a necessária preparação.

Daí, naturalmente, a crescente anarquia educacional dos lares, a que urge opor eficaz antídoto.

Cada qual segundo a sua condição, aprendam pais e mães do futuro a educar convenientemente os filhos. Quem não “conhecer” a criança, seus gostos, suas tendências, seus interesses, suas reações, suas necessidades, não poderá com acerto orientá-la, corrigi-la, ajudá-la. Como pode a moça, que se prepara para ser mãe amanhã, ignorar os princípios de psicologia infantil e puericultura, as noções de enfermagem doméstica, o norteamento científico da complexa vida higiênica da criança e da casa?

PERIGOSA ILUSÃO

Pensam muitos que se remirão do encargo, entregando os filhos, desde cedo, a bons colégios. Por boa

que seja, é algo artificial a educação dos colégios. É supletiva. É terapêutica — um remédio à dificuldade ou impossibilidade dos pais. Nunca lhe devemos atribuir a faculdade de substituir a do lar.

Mas, vamos pensar que seja ótima. Resta um ponto essencial aos pais: — *quando as crianças chegam aos colégios já levam traçada a orientação na vida.* O colégio pode fazer alguma coisa, e faz, mas o impulso inicial é tão importante que vai marcar toda a existência. Todos os verdadeiros pedagogos emprestam a máxima importância à educação da primeira infância. De Maistre achava que a educação já pode estar comprometida aos três anos de idade. Com quinze dias de vida, o bebê já é bem ou mal educado! As impressões de um pequenino deixam sinais para toda a vida. Como não se manifestam imediatamente, fazem perigosas ilusões. Os resultados da psicologia profunda mostram o imenso valor, as repercussões imprevisíveis das impressões da infância.

Os que fiam apenas dos colégios comprometem a vida moral dos filhos. Aos pais e só a eles compete a formação fundamental, porque somente eles vivem com as crianças nesta idade decisiva, que é a infância. Sobre alicerces frágeis ou mal postos é impossível uma construção segura.

COMO FAZER

Dispomos já hoje de elementos para esta formação. Nas grandes cidades se fazem cursos especiais para noivos e noivas. Círculos de estudos da Ação Católica tomam com frequência o matrimônio como tema e podem estender o assunto até aqui. As casas de retiro dão especiais recolhimentos, em que se pode cuidar desta preparação. Cursos de extensão sobre puericul-

tura e enfermagem multiplicam-se, benéficos. A bibliografia a respeito se torna, mercê de Deus, cada vez mais abundante. As Associações de mães cristãs poderão melhorar seus programas, atraindo as moças para cursos de formação maternal que promovam. Os colégios femininos ampliem sua atuação neste sentido e não deixam as alunas “formar-se” sem esta formação para o sagrado exercício da maternidade.

Tudo isto, porém, é super-rogação, em vista daquela formação geral de que vimos fazendo tão grande questão, porque, na verdade, a educação é dada pela própria vida que se vive em casa.

O PAPEL DO PAI

Embora ao pai, como chefe do lar, caiba o principal papel na educação dos filhos, por motivos óbvios fica à esposa a direção interna do lar. Mais ligada de fato às crianças, convivendo com elas o dia todo, tem mais oportunidades de observá-las, corrigi-las, orientá-las. Isto porém, não exige o pai da necessária colaboração.

Uma atitude de alheamento daria aos filhos a lamentável impressão de que o pai não se interessa pela sua formação, ou de que esta é secundária — uma vez que ele se preocupa da saúde das crianças, por exemplo. E enfraqueceria, ao mesmo tempo, a ação da própria esposa.

A educação dos filhos é uma obra de entendimento e cooperação. Homem e mulher olham para a criança através da psicologia de seu sexo, descobrindo juntos defeitos e qualidades, que um só mal poderia lobrigar. E atuam com força e com bondade, com sentimento e razão, com exigências de justiça ou dila-

ções de complacência, caldeando aos poucos o espírito do educando.

Faltando um destes elementos, desequilibra-se a educação.

Pior ainda, se os dois se desentendem. As crianças primeiramente se desorientam. Não sabem a quem obedecer. Terminam sem saber quem tem razão, confundindo desgraçadamente o bem e o mal... E tomam partido, obedecendo ora a um, ora a outro, conforme seus caprichos e interesses!

Deve, portanto, haver perfeito *entendimento de princípios*: qual é o fim da educação, quais os verdadeiros bens a procurar, qual o valor da religião, como encarar os problemas da vida. *E um entendimento na vida*: harmonia no lar, mútuo apoio, mesmo teor de vida — porque as crianças mais aprendem pelo que vêem que pelo que ouvem, e quem não pratica não tem autoridade para aconselhar a criança.

O que dissemos sobre a formação das noivas para a educação dos filhos, estende-se também aos rapazes, no que lhes é aplicável. Importa corrigir a mentalidade que deixa “isso por conta da mulher”. Tanto mais quanto o elemento paterno da educação, embora menos constante, é muito precioso, com fortes repercussões na vida dos filhos.

* * *

Tratando-se de um dos mais abandonados aspectos da preparação para o matrimônio, sobre ele recaiam, com particular cuidado, as atenções dos casadouros.

VI

PARA A VIDA CRISTÃ

“É sobretudo necessário que aqueles que se unem pelo sagrado vínculo matrimonial fiquem bem compenetrados duma profunda piedade para com Deus, a qual informe toda a sua vida e encha sua inteligência e sua vontade de sumo acatamento à suprema majestade divina.”

(ENCÍCLICA)

As sérias dificuldades da vida conjugal não diferem substancialmente das dificuldades encontradas por toda parte. A convivência mais íntima, diuturna e definitiva certamente as agrava, multiplicando-lhes os perigos. Os que desejam o matrimônio, preparem-se devidamente para essas dificuldades que lhes não faltarão. Sem menosprezarmos os demais meios, salientemos que não há como a sólida formação religiosa para dominar os sentidos, corrigir os defeitos e fomentar as virtudes — garantia segura de uma feliz vida de família.

“Enganam-se muito os que deixam de lado os meios sobrenaturais e julgam poder, mediante os exclusivos inventos das ciências naturais — como a biologia, o estudo das transmissões hereditárias, e outros semelhantes — conseguir dos homens poderem refrear as concupiscências da carne” — anota Pio XI na Encíclica. Que estes meios devem ser usados claro está, pois Deus quer que usemos das causas segundas, e a Igreja não se cansa de estimular os progressos da ciência, em benefício dos homens. Mas não o devem ser em sentido exclusivo, nem com precedência sobre

a eficácia dos meios sobrenaturais — eis o pensamento do Papa e de todos os verdadeiros cristãos.

PIEIDADE PROFUNDA

É doloroso verificar que tantos cristãos vivam afastados da graça divina. Cristãos de nome, apenas. Têm apenas o nome de vivos, mas estão mortos. Cristãos sem o Espírito Santo! Que não pertencem a Cristo! Mais doloroso verificar que para muitos é o matrimônio a ocasião do pecado. Um sacramento, transformado de meio de santificação em pedra de tropeço. Moças piedosas de ontem, agora empedernidas no pecado mortal, afastadas do tribunal da Penitência e da mesa da Comunhão! Capitularam com uma facilidade de pasmar.

Que lhes faltou? “Uma profunda piedade”, responde Pio XI. É o que a muitos está faltando. Não basta a piedade superficial, feita de exterioridades, sem profundezas, sem convicções. A Religião não se satisfaz com formalismos, com aspectos “sociais”, com práticas suaves, com um vago ou mórbido sentimentalismo. Uma piedade que se acomoda ao espírito do mundo, às idéias do mundo, às práticas do mundo — é burguesismo, não é piedade. É uma deformação, e não uma formação católica. Não pode haver piedade sem espírito de renúncia, sem a virtude da esperança — que põe a felicidade perfeita no céu e não neste vale de lágrimas. Não pode haver vida cristã sem o estado de graça. Uma piedade verdadeira, uma piedade profunda é de tal maneira decidida a viver em estado de graça que prefere morrer a pecar mortalmente! Isto, sem retórica nem hipérbole.

EM FACE DO MATRIMÔNIO

Os católicos que pretendem casar já podem avaliar o quilate de sua piedade — e corrigi-la em tempo.

1. Que faria em face de “um excelente partido” que não tenha verdadeira piedade?
2. Faz questão cerrada de que a primeira condição para seu futuro cônjuge seja a de católico praticante?
3. Entre um pretendente rico, católico nominal, e outro não rico, mas realmente católico, por quem são as suas preferências?
4. Se, já noivos, viesse a convencer-se de que seu noivo (ou sua noiva) não tem sentimentos católicos reais nem mostra disposição para eles, como se inclina a resolver-se?
5. Sente-se com necessária disposição para aceitar de bom grado tantos filhos quantos lhe mandar Deus?
6. Que atitude assumiria, se, um dia, seu cônjuge lhe dissesse que não quer mais filhos?
7. Como decidiria, se os médicos garantissem a morte em caso de nova maternidade?
8. Se, por causa de sua resistência ao pecado, a vida se lhe tornar dura e angustiada, acha preferível ceder, para entrar em harmonia com o cônjuge?
9. Se o marido, a princípio bom católico, se tornasse implicante com uma vida sacramental e suas práticas de piedade, que atitude assumiria?
10. Prefere para seus filhos uma boa vida cristã acima de qualquer condição econômica, cultural ou social?

11. Tem a convicção de que não basta cada membro da família praticar a religião, mas é necessário a vida religiosa coletiva no lar?

12. Como pensa, razoavelmente, fazer esta vida cristã da família?

13. Em face de negócios vantajosos e desonestos, preferiria uma vida pobre mas honrada?

14. Como resolveria, se não pudesse dar ginásio a seus filhos e recebesse um oferecimento gratuito num colégio protestante?

15. Como se portaria, caso um desastre econômico os reduzisse à pobreza?

ABSOLUTA NECESSIDADE

As melhores intenções fracassam sem uma profunda piedade, como as mais belas colunas desabarão ao próprio peso sem sólidos fundamentos. O futuro da vida matrimonial depende da boa formação religiosa que tiverem os cônjuges. A virtude não se improvisa.

A comunidade doméstica se faz a custo de sacrifícios, renúncias, abnegação, caridade, domínio de si, paciência — todas virtudes de longo fôlego, mesmo porque a convivência é de todas as horas e para sempre. A própria castidade conjugal é, às vezes, custosa. As decepções do amor são maiores, as suas feridas mais difíceis de curar. Só um tesouro de paciência fará suportar toda a vida uma mulher rixenta, preguiçosa ou descuidada, um marido ciumento, infiel ou alcoólatra, etc.

Que vigor é necessário para resistir às tentações do cônjuge que não quer filhos! Mil oportunidades se oferecem para queixas: escasseiam os recursos, multi-

plicam-se os trabalhos, crescem as despesas, as crianças desejam alguma coisa que se lhes não pode dar, etc., etc. — a culpa é dela, ou dele (conforme o caso).

O próprio amor requer bases cristãs. Passado o enlevo dos primeiros tempos, a vida em comum começa a oferecer seus perigos. Os defeitos lobrigados se firmam, e outros, desconhecidos, aparecem. “Eu não sabia!”, dirão. “E agora?”, perguntam outros. Baseado na areia da paixão ou no lodo dos interesses humanos, estará ameaçado o lar, que só se firma amparado no amor de Deus, na prática consciente da Religião.

Esta é uma verdade que se demonstra até pelas estatísticas.

Vêm os filhos. A alegria da concepção. A felicidade da expectativa. O interesse do enxoval. Mas a criança não é uma boneca. Os grandes sofrimentos da maternidade não são os da gestação e do nascimento: são os da educação. E os filhos aumentam, aumentando trabalho e preocupações! Entre as alegrias e os sofrimentos da família só uma sólida vida cristã fará ressaltarem aquelas.

A educação religiosa só é possível num lar cristão: — ambos os cônjuges cristãos, para se unirem na mesma orientação para Deus. Ai dos filhos cuja formação espiritual sentir a influência de um dos pais sem fé, sem prática religiosa. Quando, à idade das crises, experimentarem o peso de certas exigências da Igreja, tomarão o rumo que lhes aponta aquele mau exemplo.

E a vida cristã na família? A oração em comum, a Missa de Domingo, a devoção mariana, as festas cristãs? As mortes, as dores, as alegrias, os aniversários? E o espírito cristão que envolve tudo, dando sentido à vida, elevando as almas, consolidando o lar? Como é possível tudo isto, sem a verdadeira piedade?

Se quiséssemos reduzir tudo a uma só palavra, voltaríamos ao estado de graça. Mantê-lo já requer, às vezes, esforço quase heróico. Os chefes de um lar cristão querem a graça de Deus em todos de casa. Fazem dela a base, a condição e a finalidade da educação. Põem nela todo o empenho, teórica e praticamente, mais dispostos a morrer do que a perdê-la.

Tudo isto requer formação larga, prática constante, fé esclarecida, vida sacramental. E não se improvisa, repitamos.

Os que pensam em casar tratem de intensificar sua vida cristã — o melhor meio de se garantirem a desejada felicidade no futuro lar.

Qualidades do cônjuge

“É de suma importância o cuidado na escolha do cônjuge; dela, com efeito, muito depende a felicidade ou infelicidade futura do matrimônio. A fim de que não se pague durante toda a vida a pena duma escolha imprudente, quem deseja casar-se submeta a madura deliberação a escolha da pessoa com quem deverá viver toda a vida.”

(ENCICLICA)

SUPOMOS que quem deseja casar formou para si o tipo ideal do cônjuge. É quase certo não ser fácil encontrar juntas todas as qualidades. Daí a necessidade de hierarquizar essas qualidades em ordem decrescente. E, não encontrando o ideal, aceitar o que dele mais aproxima. Para isto duas condições são necessárias: — ter organizado essas qualidades e estudar cuidadosamente os candidatos prováveis.

É um trabalho prévio, para ser feito a frio, antes que o coração se tenha comprometido, com tempo de atender, sem dificuldade, às ponderações — porque “depois de ter falado o coração, é difícil ouvir a razão”. É trabalho que obedece a *um plano*, maduramente traçado, como o arquiteto que nada descuidou na sua planta.

Na hierarquia dos valores, os cristãos terão, antes de tudo, “em consideração a Deus e a verdadeira religião de Cristo”: eis a condição indispensável. “Depois a si mesmo” — e não é egoísmo, mas a busca

natural à relativa felicidade que se pode fruir neste mundo. Quem pretende o matrimônio deve pesar condições físicas e morais, para não fazer a própria nem a alheia desgraça. Vem depois a consideração “do cônjuge”: e vai ser o estudo deste capítulo: saúde, família, qualidades morais, temperamento, cultura, etc., porque tudo interessa sumamente “à futura prole”, que constitui o objeto do matrimônio, e na qual é preciso pensar, desde que se pensa em casamento. Com isto estão acautelados os interesses da “sociedade humana e civil, que nasce do matrimônio, como de sua própria fonte”.

Não se trata de obra que se pretenda realizar “impelido pelo cego e indômito impulso da paixão, por simples desejo de lucro, ou por outro motivo menos nobre”. O casamento não é função dos instintos nem transação comercial. É obra do amor — e deve ser feito “por amor”. Não por este amor cego que não passa de paixão, “mas por amor verdadeiro e ordenado”, que é precisamente aquele “que procura no matrimônio só aqueles fins para que Deus o instituiu”, e que consiste numa “sincera afeição para com o futuro cônjuge”.

Passo de imensa repercussão na vida — porque dele “depende a felicidade ou infelicidade futura do matrimônio, podendo um dos cônjuges ser para o outro de grande valia para levar no estado conjugal uma vida cristã, ou de grande perigo e impedimento” — há de ser dado com o máximo de prudência e garantias. As pessoas mais autorizadas para opinar e orientar nesta escolha são os pais. O interessado “não deixe de pedir o prudente conselho dos pais na escolha a fazer: antes faça disto muita estima, a fim de que, pela maior experiência e ponderado conhecimento das cousas humanas que os mesmo têm, evite cair em

erros prejudiciais e alcance também mais copiosamente ao contrair matrimônio, a bênção divina”. É claro que os pais devem ser os primeiros consultados, quando a possibilidade apenas se esboça, para evitar que falem tarde, quando o coração já se tiver arraigado, criando então novos problemas, em vez de resolver os possíveis.

Pisando um terreno tão escorregadio, preparando uma deliberação em que se empenha toda a vida, seria insensato quem não recorresse a Deus, pedindo-lhe luzes e forças. “Implore com fervor o auxílio divino, a fim de poder escolher de conformidade com a prudência cristã”, (28) e não por motivos subalternos, sempre perigosos. É por isto que o tempo de namoro e noivado deve ser de piedade mais intensa, mais frequência aos sacramentos, oração mais contínua.

Vamos, então, ao estudo das qualidades do futuro cônjuge.

R E L I G I Ã O

“O teu Deus é o meu Deus.”
(RUTH, 1: 16).

O casamento deve ser muito mais a união das almas que a dos corpos. Ligação estreita e profunda, com toda a vida definitivamente empenhada, o matrimônio há de embeber raízes no mais íntimo das almas. Do contrário, cedo perecem as melhores intenções, baldas de alimento, mercê da superficialidade. A identificação será tanto maior, quanto mais perfeita a igualdade dos sentimentos. Ora, é o sentimento religioso o mais íntimo, elevado, envolvente e vital de

(28) Todas as palavras entre aspas são da *Enfática*.

todos os sentimentos humanos. Se as duas almas não afinam por ele, geralmente não é possível a harmonia. Se não são uníssonas nesta matéria, a felicidade doméstica está, de antemão, comprometida. Em muitos casais aparecem depois as causas de desunião que infelicitam o lar; neste, porém, que não se ligou pela mais poderosa força espiritual, os cônjuges já levam consigo a separação das almas. O tema é tal que merece mais cuidadosa consideração.

1. O pretendente — o moço ou moça — é católico. Tem fé; cumpre os deveres religiosos; está convencido da necessidade do Cristianismo para a felicidade pessoal e doméstica, e não admite sequer a possibilidade de uma educação sem religião. Por sua formação, seus hábitos e sentimentos, é a religião o ponto capital de sua vida. Feri-lo é ferir-lhe a própria alma, menosprezá-lo é ofender ao que mais ama; ser-lhe indiferente é querer que ele viva sem o coração; combatê-lo é chamar a campo um adversário que não cederá ante a própria morte. Não há meio termo: ou a outra parte pensa igualmente, ou levam para a vida comum um germe terrível de desentendimentos. É um herege: temos a luta aberta. É um ímpio: temos a desinteligência. É um indiferente: temos o desgosto — e já é uma desgraça no lar. São divergências essenciais no modo de pensar, de agir, de sentir os problemas da vida.

2. Para um o matrimônio é um sacramento, coisa sagrada, que se recebe com os olhos fitos em Deus; para o outro, é um ato procurado por necessidade pessoal, para satisfação própria ou por motivo social. Enquanto aquele, preparando-se para um sacramento de vivos, faz questão do estado de graça, quer a profundidade religiosa, dispõe alma e coração, este se alheia completamente do assunto, cuida de outras prepara-

ções ou se sujeita indiferentemente, por complacência ou injunção social. No dia do *enlace*, começa o *divórcio*. E na mesa da Comunhão um estará sòzinho. Já começaram separados... No mais íntimo de si mesmas, as duas almas não se uniram!

3. Pode ser pior. Trata-se de um herege professo ou pagão. A rigorosa disciplina eclesiástica, se permitir o casamento por motivos especiais, proíbe o cerimonial religioso. Não correrão proclamas — os quais são uma comunicação à Paróquia; mas tão grave mau exemplo e desedificação antes merece silêncio que denunciação. O casamento não se realizará na igreja, mas numa casa e sem altar ou imagens sagradas. O sacerdote não revestirá paramentos sacros, nem usará água benta, nem fará quaisquer orações nem dará bênção aos nubentes. Mas, tendo estes unido as mãos e declarado que se recebem como esposos, o padre lhes diz, em português: “Eu pela autoridade de que estou revestido, vos declaro legitimamente casados.” E nada mais.

E’ este, no seu lúgubre desenrolar, o cerimonial do casamento misto, que não conta com as bênçãos da Igreja e leva em si os germes de um mau futuro. Compare-se esta cena com a festiva e rica liturgia nupcial, cheia de preces e felizes augúrios da Igreja para com seus bons filhos, e veja-se a diferença!

4. Casaram-se. A vida começou. O cônjuge católico faz as suas orações pela manhã e à noite, tem seus livros religiosos, imagens, objetos e práticas de piedade. São pessoas educadas e que se estimam. As atitudes são, pois, de respeito e tolerância para com tudo isto. Convenhamos, porém, que é pouco para quem deseja uma perfeita identidade na vida. No domingo, à Missa, que é obrigação grave, vai o católico por dever; o outro acompanha por complacência,

como iria a uma visita desinteressante. Isto será assim, *no começo*.

Depois as atitudes mudarão. É o marido o católico? A mulher tem tantos afazeres em casa, precisamente pela manhã, que não o pode acompanhar à igreja. Ei-lo sòzinho no templo; sòzinho no seu sentimento religioso; sòzinho na alma! Ou é ela a católica. Talvez tenha companhia para a Missa por mais tempo. Sentam-se juntos, e estão imensamente distantes! E não tardará também o dia em que ela estará sòzinha na igreja, porque sòzinha nos sentimentos religiosos. Se é moça piedosa, acostumada à frequência de sacramentos, encontrará agora dificuldades da parte do esposo. São dificuldades diretas e indiretas. Todos os males acontecem porque ela sai pela manhã; aquilo é reputado exagero ou objeto de reclamações e pilhérias. Conforme o temperamento do marido vêm as ameaças de proibição; confessar-se-á com licença dele, com o padre que ele escolher, e comungará quando ele permitir. Ou ela cede abrindo mão do que de mais íntimo e grato possui, ou resiste — e a desunião das almas passa para a tribulação da vida.

5. Nasce o primeiro filho. Ao cônjuge católico cabe tratar de batizá-lo quanto antes — oito a dez dias. O outro não quer. E não faltam pretextos...

Cresce a criança. Importa educá-la catolicamente. Formar-lhe o sentimento religioso, de que é rica a criança: contar-lhe as encantadoras histórias do Menino Jesus; ensinar-lhe as primeiras orações; mandá-la ao Catecismo; levá-la à Missa. Pobre criança, se for a mãe irreligiosa ou indiferente! E se for o pai o irreligioso, falta um grande fator educacional. Ainda que ele não intervenha positivamente para destruir a obra materna, sua atitude negativa é corrosiva da boa formação. Onde falta o concurso do pai, a edu-

cação é sempre defeituosa. Se o pai diz qualquer palavra em contrário, é quanto basta para desfazer o que a mãe cuidadosa e pacientemente construíra. Então, a própria mãe se abstém de certas manifestações e iniciativas mais formadoras ou frequentes, com medo às contradições que perturbem a formação da criança ou a paz doméstica. E são prejuízos sobre prejuízos.

6. Nasceu o segundo filho. Foi tanta a sorte que per fez o desejado casal! O cônjuge irreligioso, regozijado, estabeleceu, definitivo: "Vamos ficar nestes dois!" E agora? É o marido que fala assim: cria-se uma difícilíssima situação para a esposa. Ou ela se sujeita à continência periódica, ou se estabelece uma verdadeira crise na vida do casal. Ou foi a mulher quem deliberou. Ter-se-ão as fugas e negações ao esposo, com constantes desagradados, com perigos de incontinência, com a imposição de um pesado ônus que o homem não procura, quando se decide ao matrimônio. Meçam os desajustamentos provenientes da desigualdade de sentimentos nesses cônjuges. O que para um é gravíssimo pecado, é ninharia para o outro. As soluções apresentadas por este, tão fáceis e cabais, são barreiras intransponíveis para aquele. O que mais ainda agrava a situação. E a diferença de sentimentos religiosos vai transformando a vida num inferno.

7. Faltando a unidade de sentimentos religiosos, há nos fundamentos do edificio doméstico uma falha capaz de fazê-lo perigar. O cônjuge católico está sempre exposto a grave risco. A experiência tem mostrado que o indiferentismo religioso do cônjuge católico e dos filhos é uma das desastrosas consequências dos casamentos mistos. Tanto assim que em várias dioceses de países protestantes os Bispos nem tomam mais conhecimento de petições de dispensa deste impedimento. É que soi acontecer ir o cônjuge

católico deixando certas práticas de piedade e reduzindo-se ao essencial, para evitar desagradados, para ver se torna a religião simpática, para atrair o irreligioso. E, sem o alimento dessas práticas, a piedade começa a enfraquecer-se e o espírito a entibiar-se. Tanto mais fácil quanto não faltará a influência do cônjuge anticatólico a desgastar-lhe, dia a dia, as convicções, a esfriar-lhe o fervor, a diminuir-lhe a estima aos atos religiosos, a enfraquecer-lhe a confiança na Igreja, às vezes tão pouco conhecida dos católicos. Resvalar daí para o abandono do que constitui dever indeclinável da consciência cristã, é um passo. Deixa-se a Missa de preceito, deixam-se os Sacramentos, deixa-se a própria Igreja... É uma desgraçada experiência que está por demais feita.

8. Mas, se o cônjuge católico não cede, ou se, como a sua condescendência serviu antes para estímulo de descabidas exigências, retoma a vida cristã no ritmo pedido pela própria consciência, pode a situação tornar-se muito árdua. É, por hipótese, a mulher católica; o marido, herege, ímpio ou sem religião. Ela não tolera mais as zombarias das cousas santas; não se submete às proibições exorbitantes do esposo, pois, o casamento não importa a escravidão da consciência; responde às acusações à Igreja e nem sempre consegue argumentar com calma, revidando insulto por insulto; às alegações do marido, atribuindo as falhas em casa a suas idas à igreja, retruca que não é verdade, porque ele não vai à igreja e no entanto... Os ânimos se exaltam. A temperatura sobe. O clima está insuportável. Os dois não se entendem nem suportam mais. Nos países em que a praga do divórcio legalizou as uniões condenadas pela lei divina, cuida-se de um novo e falso lar. As estatísticas revelam como terminam os casamentos mistos.

É pena só dispor de números muito antigos. Mas, em 1913, na Prússia, os divórcios nesses casamentos já atingiam 51,5%. Em todo caso a data, anterior à primeira Grande Guerra, revela um tempo em que ainda não estavam tão rompidas as comportas das paixões. Também é significativo que, na mesma região, os casamentos entre católicos dêem no mesmo ano apenas 8,1%. Mesmo os protestantes, que são, em toda parte do mundo, tão fáceis de divorciar-se, deram 40,4% — bastantes menos que os mistos.

9. Outros males afligem os lares construídos sem a identidade de sentimentos religiosos. É o neo-maltusianismo um dos flagelos morais do nosso tempo. Fora o sentimento religioso bem formado, não há força que detenha o egoísmo dos cônjuges desejosos de limitar a procriação. Rompido o equilíbrio espiritual perdem-se quase todas as forças. Sem a igualdade de princípios morais, há mil probabilidades para o abuso do matrimônio. E demais, na desarmonia do lar, na dificuldade da educação dos filhos, sentindo-se só e contrariado nesta tarefa árdua e longa, o próprio cônjuge católico sente-se inclinado a julgar melhor não ter filhos...

10. Quem sabe que os casamentos infelizes são uma das causas mais frequentes de suicídios já não estranhará que os casamentos mistos forneçam grande número de suicidas. Cito também estatísticas antigas (29) que dão cerca de 18%, porcentagem evidentemente muito elevada. De qualquer modo, são muitas

(29) Tiradas do folheto *Não te Cases com Ele* do Pe. Geraldo Pires de Souza — Pôrto Alegre, 1928.

as desgraças consequentes às uniões realizadas na diferença de crenças religiosas.

11. Sei que nem sempre (ou quase nunca) as razões serenas, por claras e convincentes, bastam para demover os que pretendem este ou qualquer outro casamento. As mais ameaçadoras e evidentes desgraças, que fazem tremer a todos, são para os apaixonados róseas e fagueiras esperanças. Só tardiamente, quando a tempestade caiu devastadora e irremediável, perceberão que enxergavam bem os olhos alheios, que viam sem as névoas perturbadoras da paixão. Mas agora, têm sempre eles as suas “razões”...

a) “É um bom partido”... Isto quer sempre indicar posição econômica e social. Então, o casamento irá melhorar a colocação na vida. Ora, não desprezamos esta face do problema, como veremos. Mas nunca poremos em primeira linha o dinheiro, o conforto, a situação social. Notadamente, se compararmos esses bens com os valores sobrenaturais, que não têm preço para um cristão. Também não é crível que só apareça semelhante “partido” entre moças ou rapazes irreligiosos ou heréticos. E por que se iludirem ainda os que esperam felicidade de outras fontes que não da união de almas e corações, impossível, aliás, sem a união com Deus?

b) “É uma pessoa distintíssima; o único defeito é este”. Pois, vamos supor que seja *realmente* assim. É um verdadeiro santo... sem religião! Imaginemos também que nunca dificultará coisa alguma à esposa. Mas, a educação dos filhos, sem o concurso do pai? E a falta de sintonização nos sentimentos? E as almas que não se ajustam, precisamente, nas suas profundezas? Mas... por que pessoa tão distinta só se houve de encontrar num irreligioso? Ou ainda: Este “único defeito” (?) não será suficiente para deter um filho

obediente da Igreja, um cristão decidido que põe sua fé acima de todas as conveniências do mundo? Finalmente: Se este único defeito for a causa eficiente da ruína do lar? Como tudo indica...

c) “Antes este que um católico viciado ou só de nome”. Aonde iríamos, se argumentássemos sempre assim? E por que colocar a escolha entre um ímpio (ou herege) e um mau católico? Há tantos rapazes e tantas moças boas católicas. Não queremos fazer a apologia do mau católico: mas a Igreja acha-o preferível — e devemos achar também. Tem a mesma fé, talvez apagada; mas no fundo do coração está o sentimento religioso, a formação cristã recebida, tudo pronto a despertar, com muito menos trabalho do que custará tirar um ímpio de suas posições fundamentais ou um herege de seus odientos preconceitos contra a fé católica.

d) “Conheço muitos católicos mais infelizes do que os casados com pessoas sem religião”. Também conheço. Não são infelizes por serem ambos católicos. Ao passo que sei de muitos que são infelizes, ou, pelo menos não são felizes, por não serem ambos católicos. Se não realizam um lar venturoso os que se unem com as bênçãos de Deus e os augúrios maternais da Igreja, por que irão realizá-lo precisamente os que menosprezam os bens espirituais e afrontam as sapientíssimas leis eclesiásticas?

e) “Eu tratarei de sua conversão”. Aliás, isto é obrigação do cônjuge católico, expressa pelo Direito Canônico (Cân. 1.062). Quero, porém, ponderar a grave responsabilidade assumida. Vamos pensar que é o homem sem religião. Por ignorância. Então deve a mulher instruí-lo, argumentar com ele, responder-lhe às dificuldades. Sente-se em condições? E se ele é homem de inteligência e estudo, deformado por mil

preconceitos, mais dado ao raciocínio que ao sentimentalismo? Ou então é um pragmático que quer tocar os benefícios da religião, a começar pela esposa. Se a mulher pretende converter o marido, mostre-se, antes de tudo, uma perfeita cristã. Mostre-se tal de bondade, amor, devotamento, tolerância, abnegação, magnanimidade e elevação na sua vida cotidiana, nas grandes como nas pequenas cousas, que ele sinta que vale a pena ter religião! Importa ter do Cristianismo o verdadeiro conceito para não apresentar uma religião pueril e estreita, misturada de superstições e extravagâncias, em que as práticas sobrelevam o espírito. Esses aspectos desagradáveis infundiriam antes repugnância que simpatia. Mas, não será presunção reputar-se à altura desta missão, e temeridade assumi-la?

f) “Mas a Igreja permite o casamento”. Para evitar um mal maior. Por causa da dureza de vossos corações, diríamos como Jesus. Mas sempre com desgosto, descontente com a falta de espírito dos filhos que a obrigam a isto, mostrando, na própria maneira de celebrar o casamento, a sua reprovação. Exige sempre, sob pecado mortal, que se apresentem causas justas e verdadeiras. Finalmente, procura cercar o cônjuge católico e os filhos de todas as garantias quanto à fé e à educação. E tem tantas vezes chorado sobre essas concessões, que só as faz contrariada. Ora, um bom filho não deve contrariar a sua mãe.

12. Não há duvidar: o pretendente tem de ser também católico. E não bastará que o seja de nome, mas de fato. Bons cristãos ambos, que se unam na solidez de seus princípios religiosos, nas práticas beatíficas do serviço de Deus, no modo de encarar e resolver os problemas da vida, que entendam as delicadezas

de almas tementes ao Senhor, que cantem juntos os louvores do Altíssimo, que sintam no Coração amantíssimo de Jesus as dores ou consolações da vida conjugal. Se ainda para estes a vida em comum pode ser difícil, que havemos de dizer dos outros? O que, porém, mais importa aos que não querem jogar levemente com o futuro é cercar de todas as garantias o lar que fundam, assentando-lhe tão firmes os alicerces quanto o puderem, para que resista às tempestades com que não conta o amor apaixonado dos noivos, mas raro faltam na inexorável realidade da vida.

A I D A D E

é um fator de compreensão. E de felicidade, portanto. Há de haver verdadeira comunidade no casamento. Afinem-se ambos pelo mesmo diapasão. Queiram a mesma cousa. Sintam do mesmo modo. Marchem no mesmo ritmo. Qualquer disparidade muito grande perturba a harmonia do lar porque dificulta a compreensão. Uma grande diferença de idade pode obstar a felicidade doméstica. As exceções existem; mas não devemos contar com elas. Sigamos sempre, em questão de tanta monta, a parte mais segura.

É o homem o mais jovem? Vai tudo muito mal. O fato de todos estranharem é já um constrangimento que se carregará por toda a vida. Mais tarde qualquer alusão dele, nos inevitáveis momentos de aborrecimento ou mesmo de brincadeira, desagradará à esposa, com uma mortificação a mais. A mulher envelhece mais depressa. O homem conservará em

pleno vigor tendências e desejos que na esposa já se extinguíram. Ela se sujeita, como quem cumpre um dever penoso: e isto desagrada. Ou se perderam muito rápido os encantos corporais, que são um dos laços que prendem o marido ao lar. E eis uma porta aberta a toda sorte de infidelidades.

É comum a mulher ser mais moça. Pequena diferença está muito bem — é mesmo o desejável. As grandes diferenças são também desastrosas. Não se compreendem. Vai a moça encarar os problemas da vida como o velho, ou irá este rejuvenescer vinte ou trinta anos para sentir com a esposa? Ficarão a jovem em casa a curtir os reumatismos, ou sairá o reumático, a manquejar, pelo braço da lépida consorte? É bem possível que, passando o fugaz momento de enlevo (?), ou de interêsse, por que se casou, a moça se envergonhe de aparecer com o velho, que antes lhe parece pai que esposo. Acresce o desapontamento o ficarem esses velhos excessivamente carinhosos e, às vezes, ridículos.

Vêm os filhos. Importa criá-los, educá-los, orientá-los na vida. Se falta o pai, mesmo que deixe meios de fortuna, muitos elementos de educação perecem com ele. A mãe viúva supre, às vezes, com dificuldade embora, a ausência do pai: educa bem os filhos, arma-os para as lutas da vida, encaminha-os na escolha de uma carreira, fala-lhes de problemas morais em que a palavra de uma mulher é sempre inferior, ainda quando seja mãe — e triunfa. Mas é raro. É preferível que isto fique ao acaso, e não à quase certeza de uma grande diferença de idade.

Não esqueçamos que os filhos de velhice são menos robustos e sadios.

Embora a vida sexual seja para as mulheres muito menos exigente, elas não se casam para a

abstinência. Pode acontecer que a idade do esposo inverta a situação que acima imaginamos com a esposa mais velha. Aí está um risco de incontidência ou talvez de infidelidade a que tantas têm infelizmente sucumbido.

A grande diferença de idade é clima propício às ciúmeiras. A velhota não deixa o moço um só instante; o velho não permite à menina sair sòzinha à janela. E a vida se torna um inferno...

A S A Ú D E

É a saúde um dos maiores dons de Deus. Na ordem sobrenatural, a graça é maior do que a vida. Mas a natureza pouco tem, depois da vida, que se possa equiparar à saúde. Alguns outros bens, mesmo de ordem superior, empalidecem sem a saúde. Os conventos são de tal modo exigentes neste particular que recusam ainda os melhores candidatos, se não têm a devida sanidade. Os noivos só têm motivos para ser nisto mais cuidadosos que os conventos: são mais graves as consequências. Os que pretendem o matrimônio, onde a felicidade só se faz a dois, onde a procriação não pode ser normalmente excluída, arcam com enormes responsabilidades. Sejam os primeiros a pesá-las. Mas, ao menos, que as pesem os que iriam, talvez, padecê-las e impô-las aos próprios descendentes. Aqui uma imprudência pode ter enormes repercussões. Quem não pode gerar filhos sadios não se atreva a fundar uma família, e ser, talvez, o tronco de uma série de doentes. Os que se atiram levianamente por esses caminhos amarguram o futuro. Já não falo dos que se casam com doentes declarados: moças fraquinhas e anêmicas que não suportarão a

maternidade, nem mesmo o governo da casa; rapazes tuberculosos ou sífilíticos.

Como entre nós o sentimentalismo é ainda o grande critério (?) para a escolha, aos pais cumpre informar aos filhos, com tempo de evitar maiores danos. Principalmente as moças se acautelam: de muitas sei eu que, com o casamento, se ataram a verdadeiros cadáveres, e em pouco tinham nas veias e transmitiam aos filhos a putrefação que contraíram.

Em face de semelhantes perigos, pensem maduramente os que ainda podem recuar. Não trepidem mesmo em fazer uma violência ao coração, certos das largas recompensas que lhes trará o futuro. Os que não recuarem terão muito de que se arrepender. Não padeça toda a vida por um momento de irreflexão, covardia ou capricho.

Não basta não ser doente. Requer-se uma boa saúde. A mulher doente irá consumir as rendas do marido com médicos e remédios. O homem enfermo, sem capacidade suficiente para o trabalho, pode ser a causa involuntária da indigência da família. Constituições sadias de corpo e alma são uma verdadeira garantia neste particular.

* * *

Embora as leis da hereditariedade estejam ainda mal determinadas, suas lições são tremendas. Aqui é necessário olhar para a família dos pretendentes. As taras físicas ou psíquicas espalham-se como tentáculos de um polvo sinistro, em ameaças e emboscadas terríveis. Há casos frequentes de loucura, degenerescência, epilepsia, tuberculose, alcoolismo, males congênitos? Seria imprudência casar mesmo com um membro são dessas famílias. E os que investirem, cedo

talvez se arrependirão irremediavelmente. A prudente escolha há de ser feita com tanto mais senso quanto a hereditariedade, sendo boa, dá ricas perspectivas.

Alguns exemplos já se tornaram clássicos.

Entre os 1.394 descendentes de Jonathan Edwards, nascido em 1703, em Connecticut, as pesquisas, feitas em 1900, encontraram 13 presidentes e 64 professores de universidades; 60 médicos; 100 sacerdotes; 75 oficiais do exército e da marinha; 60 escritores; 130 juizes; 80 funcionários; 3 senadores; 1 presidente de grande companhia de navegação; 1 vice-presidente da República.

Outro é o quadro dos descendentes de Max Jukes, contemporâneo do anterior, mas vagabundo e ébrio. Deles 440 sofreram males venéreos; 400 sucumbiram aos vícios; 310 faleceram em hospícios; 300 morreram na infância; 50 eram de notória imoralidade; 7 foram assassinos; 130 foram condenados por crimes graves ou recisivos; 60 passaram cerca de 12 anos na prisão; nem um só contribuiu para o bem comum; e custaram aos cofres públicos a quantia de seis milhões, fabulosa naqueles tempos.

Outras pesquisas chegaram a idênticos resultados. Uma família do século XVII, estudada por Joerger, ofereceu o mesmo quadro de Jukes. De um malfeitor, de 1720, Vervaeck estudou a descendência, apurando: 400 débeis mentais, alcoólatras e subnormais; 300 mendigos e vagabundos; 300 mortos prematuros; 50 prostitutas.

Estudos feitos entre criminosos e prostitutas deram 89% de taras para aqueles e 97% para estas. Essas pesquisas fazem apenas confirmar a sabedoria popular: "Filho de gato é gatinho".

Os efeitos, bons ou maus, se derramam por gerações e gerações, em linha reta ou colateral, com saltos e surpresas. Nas suas próprias relações não há quem não conheça casos ilustrativos. Numa família de vários casos de anomalias mentais, casa-se um jovem com moça aparentemente sã: enlouquece sempre que concebe e um dos filhos é idiota. A moça casa com um jovem tuberculoso "clínicamente curado": enviúva dentro de pouco, tuberculosa também e com um filhinho contaminado, que sucumbe na crise da puberdade.

* * *

Os casados cuidem devidamente da saúde própria e dos filhos. Se, cedendo à força das taras, nasceram-lhes filhos anormais, empreguem, desde cedo, os meios de que já dispõem a medicina e a pedagogia para educá-los e corrigi-los. Repetindo-se os casos de anomalias hereditárias, ou sendo real o seu perigo, a continência periódica será uma providencial garantia.

INTELIGÊNCIA E CULTURA

Tanto mais semelhantes os cônjuges, tanto maiores possibilidades de bom entendimento. Os esposos devem estar em condições de entender-se, de conversar, de consultar-se sobre o que toca à vida de cada

um. Um homem de ciência não pode ter uma esposa incapaz de perceber os seus problemas. Uma jovem culta não deve casar com um botocudo. Não haverá afinidade, se a moça fala de Cervantes e o marido pergunta quem é este sujeito. Ou se o marido gosta de Beethoven e a mulher prefere Carmem Miranda. O desajustamento ainda é maior quando a inferioridade pesa sobre o marido. A mulher não precisa estar à altura total do homem, mas deve compreendê-lo e poder interessar-se por seus trabalhos. A jovem que casou com o laboratorista, o professor de música, o advogado ou o literato, há de, em pouco, poder conversar com ele sobre seus trabalhos. É humilhante para o homem ouvir a esposa conversar sobre temas de que nada ele percebe. Ela procura espíritos afins para se entreterem; mas esses espíritos têm corpo... O homem que só pode conversar sobre suas preocupações fora de casa é levado ao afastamento da esposa e do lar.

A condição cultural cede ao grau de inteligência. Havendo inteligência, breve o nível cultural se equilibrará. Poucas cousas irritam as pessoas inteligentes como a estupidez. Quando a inteligência falta, nunca, talvez, se compreenderão. Mesmo querendo agradar, irrita, porque não atina com o modo, a oportunidade, a medida. Também aqui é mais lastimável a inferioridade do homem. A mulher é difícil de se entender: complicada por natureza, caprichosa por gosto, incoerente e ilógica, requer muito maior tacto para a convivência. Se o marido não tem suficiente capacidade para se desembaraçar desse labirinto, adivinhar o que se passa, compreender o que ela quer, cala ou nega, o contacto das almas não se dá ou se dá muito incompletamente. Mas, se ele a domina por esta inteligência e compreensão, além de soldá-la a si mesmo,

assegura uma submissão voluntária e amorosa que se compraz na sua superioridade com mais facilidade do que um filho se submete ao pai.

Quem já tiver convivido com pessoas sem inteligência, imaginará o que será a sua perene convivência. Nada entendem; não percebem alheias razões, nem quando claramente expressas; não admitem opiniões de outrem; não cedem de seus pontos de vista; são intolerantes; incapazes de contornar uma dificuldade, de perdoar uma falta, de suportar uma contradição; não sabem corrigir sem magoar, queixar-se sem ofender, perdoar sem humilhar; são, em geral, espíritos fechados, e voltam constantemente sobre as mesmas cousas, numa espécie de mania, capaz de esgotar os nervos a frades de pedra. Quando estão calmas, a inteligência poderia funcionar normalmente; mas não existe... Se são pessoas bonachonas, irritam-nos; se são irritáveis, Deus nos acuda! São irremediáveis; a inadaptação é fatal!

As pessoas inteligentes sabem que agimos mal, mas compreendem as razões pelas quais erramos... É um bálsamo para quem errou, ouvir: "Você fez mal; mas, na sua situação, dificilmente se faria outra cousa". É esta capacidade de compreensão que os cônjuges devem buscar.

Quem é livre, cuide ainda de estudar este problema, para não se arrepender amanhã, irremediavelmente. É fácil perceber a "inteligência": sou absoluto em meus juízos e não admito réplica: — sinal de pouca inteligência; compreendo bem os problemas: boa inteligência; posso ainda ser inteligente, mas estreito ou duro e sem capacidade de adaptação. É o namoro e o noivado o tempo de ver a possibilidade de uma boa vida em comum.

AMOR AO TRABALHO

O homem nasceu para trabalhar como o pássaro para voar (Job, 5. 7.). E o Gênesis (2. 15) já dizia que Deus pôs o homem no paraíso terrestre para que trabalhasse. O trabalho eleva e dignifica o homem, conserva e robustece a saúde, defende e salvaguarda a moral, alimenta e alegra o espírito, merecendo as recompensas humanas e divinas. A vida matrimonial é, por si, uma vida de trabalho. O homem precisa desdobrar atividades para se desincumbir das responsabilidades que o aguardam. O trato interminável da casa, a criação e a educação dos filhos, a superintendência do lar doméstico darão muito o que fazer à mulher. É um direito exigir do pretendente o amor ao trabalho; é um dever exhibir este amor. E aí dos que o dispensarem. O moço é rico: não há fortuna suficiente, quando não renovada. A moça é rica: mas a casa irá à matroca; os filhos ficarão entregues às amas, com incrível prejuízo educacional; não há quem atenda às mais mezinhas necessidades do esposo.

A experiência aí está para dizer como fortunas apreciáveis, herdadas por moços que não trabalham, cedo se consomem, deixando o lar na miséria e quase sempre também na desonra. Se a jovem é uma boneca, que sabe apenas enfeitar-se e cuidar de sua "vida social intensa", o desgosto, o desentendimento, a desarmonia afastam o esposo para caminhos em que a própria fidelidade dificilmente se manterá.

Cada qual na sua função, deve trabalhar com aquela naturalidade com que o pássaro voa: sem constrangimento nem queixa, antes com alegria, sentindo

na luta a beleza da vida, dignificando-se no trabalho, como seres humanos, e santificando-se, como cristãos. Importa experimentar mais no trabalho uma necessidade da vida que uma necessidade para viver. Trabalhar com toda a alma, com todo o coração, com todas as forças, como quem ama a Deus, o Ato Puro, isto é, O que não cessa de agir. Os que trabalham assim sentem a alegria de viver, quase nunca desanimam ou desesperam, e se, um dia, passarem da abastança à necessidade, continuarão na lida com o mesmo ardor, a mesma coragem, talvez até com a mesma alegria.

Tenha a mulher em grande conta o seu trabalho de dona de casa. Ela é a alma de tudo. Sem ela, principalmente hoje em dia, não há quem lhe dê conta da casa. As serviçais só prestam sob a vigilante e entendida guarda da patroa. E poucas cousas desagradam tanto ao homem como uma casa desorganizada.

Têm grande importância na vida da dona de casa suas habilidades culinárias. O estômago será sempre um caminho para o coração. Não se enganem as moças: o marido prefere um bom jantar a uma excelente página sobre a razão pura. A vida de escritórios está atraindo cada vez mais as nossas jovens, distanciando-as, conseqüentemente, dos afazeres domésticos. Quem não vê a dificuldade? As empregadas rareiam de dia em dia. Como irá viver o casal, cuja esposa pouco entende de cozinha? E mesmo com empregadas, como as dirigirá, se não lhes conhecer o mister? Eis um capítulo mais interessante do que em geral pensam as moças.

O homem que não trabalhar é mais nocivo à família do que a mulher. A moça, pois, que se acautele. Informe-se e observe se o seu pretendente é trabalhador. Se ele não tem profissão definida, suficiente para a manutenção da família que deseja fundar, se passa sempre a novo ramo de negócios, se tem mil planos admiráveis e a todos tenta, por maiores lucros que apresente, é mais um agitado que um trabalhador de confiança. Tem todas as possibilidades de fracasso. E um lar não se pode fundar com tão pequenas garantias econômicas. Importa uma profissão certa e suficiente, segundo a condição social. Entenda-se esta suficiência no seu mais amplo e razoável sentido: o que rende deve dar para o necessário à vida e à condição do casal, contando com a possibilidade tão natural dos filhos: sendo de desejar alguma superabundância, sem a qual os imprevistos não encontrarão fundos, e o futuro constitui uma preocupação pouco tranquilizadora.

Não é aconselhável o casamento, quando a moça é rica e o rapaz precisará do auxílio econômico da esposa, quer pelo seu trabalho fora do lar, quer das suas rendas — o qual deve ser um acréscimo, para evitar humilhações e deixar o marido na sua posição e na sua autoridade. Aliás, qualquer que seja a condição dos nubentes, o mais desejável e indicado seria que a mulher nunca precisasse de trabalhar fora de casa, o que quase nunca se faz sem prejuízo do ambiente doméstico, da união dos cônjuges e da educação dos filhos, principalmente.

A demasiada dedicação ao trabalho monopoliza o espírito e o coração do homem. Já não sabe mais cuidar de outra cousa, nem pensar ou falar senão nos seus negócios.

Toma o café e sai, apressado; chega ao meio dia, engole o almoço e volta imediatamente; depois do jantar, tem papéis a pôr em dia, telefonemas urgentes sobre negócios a preparar ou ultimar, encontros com comerciantes, agentes e intermediários. Não tem tempo “a perder” com os filhos, nem encontra mais sentimento para o trato com a esposa, pois já não falamos de carinhos e delicadezas, alimento tão necessário às mulheres. À noite, quando se recolhem são ainda os negócios a grande preocupação.

Também aqui a experiência já provou o erro. A esposa serve para arranjar o lar, trazer tudo em ordem, garantir os horários, para poupar o tempo. No mais é apenas a “mulher” de que o homem precisa! Não há esposa que se sujeite de boa mente. Desgosta-se. Revolta-se, às vezes. E facilmente encontra quem a trate com um pouco mais de atenções e gentilezas, e lhe diga palavras amáveis que ela nunca ouve do marido. E o coração se inclina por um declive que tem feito algumas tragédias íntimas e mesmo domésticas ou criminais.

Reputo de tanto importância este ponto que, fazendo a máxima questão da maior igualdade possível entre os cônjuges, não trepido em aconselhar: — Se, para encontrar o cônjuge trabalhador, for necessário descer um degrau, desça — que não se arrependará.

A F A M Í L I A

A união de duas vidas na estabilidade, na paz, na afeição, pede, antes de tudo, semelhança de almas e

certa identidade de sentimentos. Isto ocorre em casos isolados, entre pessoas de famílias desiguais; mas é comum operar-se entre famílias semelhantes. A educação é obra do lar. O melhor educador é o padrão de vida doméstico. É marcante e decisiva esta influência. Vale muito para o plano moral o que se diz da hereditariedade. Transmite-se a tendência para a virtude como se transmite a do vício. E se adquirem ambas na convivência impregnante da família. As idéias se expõem e defendem ali com espontaneidade e autoridade insuperáveis; e mais ainda: vivem-se intensa e naturalmente. Não há possibilidade de fingimento, de portas a dentro. Ninguém viverá jamais a vida cotidiana, dia e noite, na intimidade dos seus, fingindo. Aparece o que é na realidade. Os que crescem vão-se moldando naquela forma: vão-se “formando” à moda da casa.

Somos o que é a nossa família. Por ela podemos ser avaliados fundamentalmente, acrescentando-se as qualidades ou deficiências pessoais. Por isso mesmo, um dos primeiros e mais sérios cuidados dos pretendentes é examinar a família da outra parte. Sem isto, correm-se não poucos e bem graves perigos.

Devem as duas famílias ser bastante semelhantes. Semelhança de *educação*, acima de tudo. Modos, atitudes, idéias, etc., bem ajustadas. Semelhança de *cultura*: já falamos dos cônjuges; aqui falamos das suas famílias. Semelhança *social*: nível de vida geral, inclusive o lado profissional e econômico. Semelhança de *famílias*: cor, condição, antecedentes, maiores.

Escusam-se os pretendentes apaixonados, dizendo que não vão casar com a família. Engano: casam com a família. Com ela vão inevitavelmente conviver e, muitas vezes, até viver. Nós grandes dias estarão as

duas famílias juntas — e as diferenças gritam: os modos, as atitudes à mesa, o tom de voz, os temas, a linguagem, os comentários, etc., etc. O cônjuge de superior condição percebe tudo aquilo e se constrange. Afinal, são *seus* sogros, *seus* cunhados, a família de *sua* mulher. Ou é ela mesma (ou ele que dá lugar a olhares, sorrisos, que ferem como flechas ervadas — quando não são, depois, os comentários zombeteiros, inevitáveis em família. Agora ele percebe que se casou com a família!...

Frequentemente as dessemelhanças dão ensejo a desavenças.

Conto um caso concreto. O moço educado, de família abastada, casa com a filha de um padeiro, sem inteligência, semi-analfabeta, mal educada, bonitinha. A beleza foi-se em breve: ficou a mulher ignorante e mal educada, incapaz de evoluir. Trinta anos depois, ainda não pronuncia direito o nome do marido, não sabe pegar no talher, não liga duas frases certas, não é capaz de receber uma pessoa de distinção, só versa temas que interessem da copa para dentro. Não se integrou na família dele, e terminou desintegrando-o também, apesar de ele ridicularizá-la continuamente — o que lhes faz da vida um inferno, pois do ridículo chegam facilmente ao trágico. Os filhos, instruídos, se envergonham das atitudes maternas, embora mal educados também, e participam das zombarias do pai, com infinitos desgostos da pobre mulher, que afinal não tem culpa. Teria, muito provavelmente, sido feliz, casando com um moço que não estranhasse modos e linguagem, por serem também os seus!

Poucas dessemelhanças são tão difíceis de remediar. Infelizmente o conceito individualista do matrimônio ou a leviandade dos nubentes pouco a considera. Noivam sem terem visto as famílias. Às portas do casamento sei de pessoas que nunca tinham visitado a família do futuro cônjuge. Depois... Não é este um problema que se possa resolver com facilidades. Uma leviandade pode ser fatal. Uma pequena violência ao coração será perpétuamente benéfica.

VALOR MORAL

Podemos dizer que ele é a soma das qualidades requeridas nos candidatos. Mas dos requisitos estudados, somente a Religião, bem entendida e praticada, lhe equivale. Grande cousa é a saúde, e seria uma imprudência desprezá-la: mas sua falta não é incompatível com a grandeza moral. Mau grado as desproporções de idade, de inteligência, de cultura e mesmo de educação, um lar pode ser feliz, quando as almas são grandes. Passa-se, e muito bem às vezes, sem boa situação econômica. Nunca haverá felicidade sem valor moral, sem que os cônjuges sejam realmente bons.

Não será uma bondade negativa: mera ausência de mal, mas verdadeira bondade — positiva, real, tangível. São poucos, mercê de Deus, os homens maus: — perversos, malévolos, capazes de fazer sofrer por expresso e gratuito desejo, mórbidos, enfim. São mais numerosos os negativamente bons: — não fazem mal, mas não fazem o bem... Água morna. Moralmente amorfos. Parados: não fazem o mal, por incapacidades de agir. Não há de ser uma “bondade” sem expressão, sem idéias, sem julgamento, sem iniciativa,

sem cólera, sem reação, sem obras. Mas bondade de verdade.

Bondade compreensiva. Não é a complacência com o mal (pois já não seria bondade), mas com as circunstâncias. É preciso saber ceder. É fraqueza ceder sempre e em tudo; mas é inteligência e vida, é fortaleza de ânimo curvar-se e deixar passar muitas cousas, que ferem e desagradam. A intransigência de princípios é compatível com a tolerância dos fatos e das pessoas. Um marido que cede sempre em face da mulher, termina ridículo. Nem a mulher pode ser despersonalizada, eternamente a dizer amém. Ambos são pessoas: capazes de pensar, de julgar, de agir por si. Mas para a vida harmônica rendem-se frequentemente um ao outro, por polidez, por confiança, por amor, por bem da paz, por compreensão.

Mais um passo: a complacência é necessária na bondade para com as pessoas. Cedo fenecem as flores com que o amor dos noivos tecer os mútuos enfeites. E a realidade vem muito depressa. Surgem os defeitos. A convivência cotidiana revelou dificuldades, modos, hábitos arraigados, difíceis de sofrer. Que fazer? A bondade é então a capacidade de ceder, de tolerar, de sacrificar-se, na compreensão do temperamento, da educação, dos estados patológicos. Tão depressa se queimam os fogos de vista da paixão, e aquilo mesmo que parecia interessante e dava “it” começa a ser objeto de tolerância. A bondade conjugal, por ser cotidiana e constante, é difícil: — deve ser antes bem provada.

É fácil prová-la. A bondade é universal e permanente — sempre e para todos. Cegos de paixão, dizem os pretendentes: — “Se ele é bom para mim, que me importa não seja com os outros?” Ilusão! Só será bom para mim *sempre e em tudo*, quem o for para os

outros. A bondade se exerce, ou não existe. Se existe, revela-se natural, universal e constantemente. É espontânea, é para com todos, é permanente. Um instante de paixão pode obscurecê-la, mas logo volta a brilhar. Ela é o estado normal, e sua ausência é exceção. Então, sim, existe a bondade.

Mas uma pessoa dura com os pobres, impaciente com as crianças, intolerante com as faltas alheias, exigente, grosseira, egoísta, utilitarista, orgulhosa, insensível diante das desgraças alheias, desinteressada do bem coletivo, autoritária, tirânica, em que um vislumbre de bondade é excepcional, por que irá exercer com o cônjuge a bondade que nunca exerceu para com ninguém? Pode ser que o enleio da paixão renda por algum tempo este coração endurecido. Mas isto cedo passará — e as cousas irão mostrar-se na sua lastimável realidade. Sei de casos em que a ilusão foi de quinze dias — e o martírio durou a vida inteira.

No prévio exame dos candidatos este elemento é de suma importância, tal que pode suprir muitos outros. Sua ausência, sòzinha, fará maiores desgraças que a de todos os demais juntos.

ONDE ENCONTRAR

Muitos são os requisitos para o cônjuge ideal.

Não se quer com isto tornar irrealizáveis os casamentos, mas fazê-los felizes, tanto quanto depende da prudência. Não é fácil encontrar reunidos tão bons elementos num tempo de tão pequenos cuidados educativos nos lares. Nem será indispensável que o candidato seja tão prendado. É o desejável, é o mais seguro, o ideal. Erram os que acham que não se casarão, se ficarem com muita exigência! Ainda existem moços e

moças em ótimas condições para constituírem um lar feliz. Onde encontrá-los?

Quem quer casar fixe bem que vai construir um lar indissolúvel, gerador e educador de filhos, em que a sua felicidade se faz com a felicidade dos outros, principalmente do cônjuge — o primeiro elemento desta construção. Da escolha desse cônjuge vai depender o futuro — feliz ou desgraçado.

Por isso mesmo deve antes *idealizar* o seu futuro cônjuge. Forme-o na mente, com suas qualidades religiosas, morais, intelectuais, físicas, econômicas — nesta ordem de valores, dando os primeiros lugares ao que é principal. Não se dê pressa em encontrar o seu tipo assim arquitetado. Aguarde-o. Peça-o a Deus. E... espere.

Ele pode aparecer a qualquer hora: — num encontro casual, numa reunião doméstica, numa festa mundana ou religiosa. Pode apresentar primeiro um dos elementos inferiores: — é rico, é bonito, veste-se bem, dança bem, fala bem, etc. Isto será um atrativo, mas nunca o motivo determinante da escolha. Quem encara seriamente o sério problema do matrimônio não delibera por motivos "sociais", físicos, caprichosos. Eles servirão de ponto de partida. Vamos ver se a pessoa tem os outros elementos. Se ela não revelasse nenhum, nem seria objeto de exame...

O próprio meio onde se deu este primeiro encontro já pode ser um critério de escolha. Foi numa visita aos pobres que se viram pela primeira vez os pais de Ozanam. O ambiente pode ser indício de elevação, nobreza, caridade, ou mundanismo, leviandade, baixaza.

Descoberto o candidato, passa-se a observá-lo. Não é a paixão, cega, impetuosa, inconstante, que irá

decidir. É a reflexão. Não são os caprichos que resolvem: é a consideração. Felizes os que se habituam a encontrar na reflexão a solução de seus problemas. A análise dos atos, dos sentimentos, das idéias será feita meticulosamente. Importa surpreender a própria alma. Por isso mesmo são necessárias muitas precauções.

As profundezas da alma não se revelam com facilidade. Nos salões de festa há muita polidez artificial. No trato mundano as reservas encobrem a realidade. A conveniência social antes disfarça que revela, porque se estudam atitudes, fingem sentimentos e aparentam virtudes. E andam as cousas de tal molde que nem se pode quase ser natural.

Nos escritórios e oficinas é talvez o inverso que se dá: estadeiam-se vícios que, às vezes, não existem, e se ocultam virtudes. A covardia do respeito humano capitula ante a atrevida gabolice da exibição. Uns se envergonham do que se podiam orgulhar; outros se gloriam do que se deviam envergonhar. Já deixam bons indícios para um julgamento; mas ainda não podem ser devidamente avaliados, porque não se revelaram por inteiro.

Só onde estiverem com toda a naturalidade, sem máscara, sem artifício, sem preocupações, é que virtudes e defeitos aparecerão. Por isso, só na família pode um candidato ser devidamente observado. Meio natural, contínuo, próprio, obriga a pessoa a mostrar-se como verdadeiramente é, expondo suas idéias, revelando seus sentimentos, vivendo suas tendências. É inútil fingir: todos o conhecem, assistiram-lhe ao desenvolvimento, acompanharam-lhe a formação, ouviram-lhe dezenas, centenas de vezes, os projetos, as ambições, os ideais. Uma atitude afivelada nada lhe adianta, antes lhe atrai o ridículo, porque ninguém

conserva nas condições normais e diuturnas do lar maneiras ou idéias de empréstimo.

Ficando à vontade, volta-se instintivamente ao natural. O espírito se cansa das posições forçadas tão rapidamente como o corpo. As manifestações de temperamento e de caráter não têm as conveniências das salas de festa nem os interesses do escritório. A moça ou rapaz se mostrarão, entre irmãos, tais como são: autoritário e despótico ou acomodaticio e complacente, exigente e implicante ou tolerante e conformado, razoável e compreensivo ou injusto e desarrazoado, confiante e largo ou ciumento e mesquinho, egoísta ou generoso, franco ou reticente, perdulário ou avaro, impetuoso ou moderado, trabalhador ou preguiçoso, etc., etc. No lar há muito pouco lugar para esconderijos morais. Ali todos estão marcados com a devida etiqueta. Se o moço egoísta e preguiçoso mostra-se desinteressado e trabalhador ante a moça de sua escolha, as irmãs logo chacoteiam: "Gente! Que milagre foi este?" As máscaras não resistem!

É na vida de família que os candidatos devem ser observados. Como vivem com os seus, como se adaptam ao ambiente doméstico, como reagem ante os inevitáveis atritos de uma convivência diuturna, como tratam os pais, irmãos e parentes. Não pode haver ilusão. Assim se portarão eles no lar que fundarem.

A paixão força agora para o namorado um trato gentil, um ânimo cordato, condescendência, nobreza, obsequiosidade. Mas isto passa como uma fase de lua — a famosa lua de mel. Depois o homem volta a ser o que era na casa de seus pais. Quem não trata com amor e carinho aos irmãos, gerados do mesmo sangue, à mulher que lhe deu o ser e por ele se matou de mil cuidados, como tratará a uma estranha, quando o fogo fátuo da paixão passar?

Só na vida de família somos naturais: aí devemos ser estudados pelos que nos quiserem conhecer como realmente somos. Os pretendentes que não fizerem esta experiência farão outra muito mais difícil e muito mais perigosa.

TAL COMO É...

Se antes do matrimônio a prudência recomenda todas as exigências com relação ao cônjuge, aos casados aconselha moderação e tolerância mútua. Agora é a vida comum que deve prevalecer, a segurança do lar, a estabilidade da união, e melhor se garante com condescendência do que com intransigências. O cônjuge não tem o direito de se impor ao outro *tal como é*: ao contrário, procure, cada dia, corrigir-se e progredir moralmente, a fim de tornar sua convivência amena e desejável. Mas tem o dever de aceitar o outro *tal como ele é*, embora procurando também sua correção e elevação espiritual. Uma é, pois, a atitude consigo, outra a atitude para com o cônjuge. Ah! se todos compreendessem isto!

* * *

Mesmo em face da Religião, seja o cônjuge piedoso e condescendente com o outro — mau católico, ímpio ou herético. Há pontos em que não pode ceder: os deveres graves — Missa de preceito, Confissão e Comunhão da Páscoa, todos os Mandamentos. Não ceda, tranquila e obstinadamente inflexível. E, por princípio, aja às claras, como quem cumpre um dever sabido e notório. Nada escondido, como se fizesse um crime. Não! O terreno é da consciência — sagrado, inviolável.

Não sendo cousa essencial, é melhor ceder, em favor da paz — e desde que não haja perigo de perda da graça, pois a frequência aos sacramentos pode ser moralmente necessária ao estado de graça. De mil modos se serve a Deus e se realiza a santidade — e às vezes mais como as circunstâncias o ditam do que como nós o preferíamos.

Se os temas religiosos dão lugar a discussões aborrecedoras, evite discussões. Mesmo em face de ataques injustos à Igreja, cale ou desconverse. A discussão constitui geralmente mais uma satisfação a nós mesmos que à verdade injuriada. Quando, em tom calmo, com espírito conciliador, no desejo de esclarecer ou informar for necessário expor a verdade, mostre-lhe as razões, etc., faça. Mas recue, se a conversa tomar rumo irritante. Isto exige tal domínio de si que impressiona mais ao adversário que uma cerrada argumentação. E melhor alcança o almejado fim.

Há muitas maneiras de um cônjuge piedoso influenciar o não praticante ou ímpio. A influência da própria vida, com o dever rigorosa e alegremente cumprido, com a prática da caridade onímoda, com a paciência, o espírito de Cristo enfim. As leituras, num casal ajustado e unido, terminam sendo comuns, como tudo o mais na vida. Excelentes oportunidades!

Diante de qualquer progresso católico do cônjuge, dar mostra de satisfação... Mostrar o regozijo, mas não falar do motivo. Quando muito, insinuá-lo. Os homens pouco religiosos têm um tremendo respeito humano: não gostam nem que se lhes elogie a melhora! (30)

(30) Você hoje, meu filho, tem o direito de exigir tudo — dizia a mulher piedosa ao marido sem religião, e saía da sala a conter as lágrimas. Ele me explicou entre constrangido e satisfeito: "É porque eu fui hoje à Missa." Era a primeira Missa de domingo que ele ouvia.

Ante exigências descabidas, em situações difíceis, consulte o diretor espiritual, para evitar transigências impossíveis ou intransigências inúteis e irritantes. Ele sabe melhor o que se deve fazer no caso.

O cônjuge tem o dever de cuidar da salvação e santificação do outro — e a oração, a penitência, a própria santificação serão o melhor meio de bem realizar esta missão. Se teve a leviandade de escolher um espírito pouco cristão, vá suportando-o tal como ele é, trabalhando e rezando para vê-lo um dia tal como deve ser...

* * *

Em tudo o mais, é esta a grande regra para os casados: “tal como é”...

É a diferença de idade. Foi-se o tempo da escolha. Agora é o da aceitação integral. O velho com seus reumatismos, suas implicâncias; a menina com sua alegria, seu gosto por festas e passeios. Vão-se contendo e aperfeiçoando, para agrado do outro, e... suportando-se tais como são. No que é possível a correção do outro, a influência do cônjuge será igualmente moderada e paciente. Se o velho não pode deter o artritismo, pode ser menos carinhoso em público. Se ela não pode assumir modos de velha, será menos ruidosa e passeadeira. E ambos significarão os seus desejos. Mas sem queixas.

É a saúde. Se falta, já basta a desgraça desta ausência. Não se agrave o sofrimento com recriminações. Ao doente trata-se com desvelo e dedicação, suporta-se com paciência, compensa-se com a caridade da alegria. Não vale lastimar, pois não remedeia. Só a conformidade tem aqui cabimento. O doente procure aliviar a situação sem lamúrias e sem exigências, do-

minando-se quanto puder, para não ser pesado além das imposições da moléstia. Aos cônjuges cabe, como dever mais imperioso talvez que aos solteiros, cuidar da própria saúde, por serem chefes de família. Se, por força das taras, nascerem filhos anormais, empreguem desde cedo os recursos de que já dispõem a medicina e a pedagogia — em vez de, por uma vaidade contraproducente, procurar esconder as anomalias.

No terreno da cultura, procurem ajustar-se como for possível. O cônjuge inferior vá se esforçando, e o superior vá influenciando, oferecendo meios, criando facilidades. Contentem-se com pouco — aquele mínimo indispensável à compreensão, para a vida em comum. Se nem isto for possível, seja o “tal como é...” Poumam-se irritações, sempre prejudiciais. Também o inverso se pode dar. É um cientista unicórdio, um devorador de livros, dos que dão por perdido todo o tempo “roubado” à sua faina. Nada o arranca do laboratório ou da biblioteca. A mulher se conforme e se orgulhe dele.

Se a queixa for por falta de inteligência, ah! então, sim, a situação, por mais amarga que seja, é irremediável. Não há outro jeito: é pedir a Deus muita paciência e resignação, porque o “tal como é” não depende da vontade — vai até a morte.

* * *

Há outros pontos mais delicados, em que o cônjuge não pode conformar-se.

O marido não permitirá que a casa viva acéfala. E a esposa não deve trabalhar para manter o marido indolente. Mas exigências enérgicas nem sempre dão outro resultado, além de maior desentendimento, distanciando as almas. É preguiça? Desordem? Falta

de hábito? A educação dos adultos é muito mais difícil. Obra de paciência e de amor, de moderação e método, de compreensão e estímulo, requer um mundo de tacto e um mínimo de exigências. Contentar-se com os pequenos progressos é grande virtude. Nos casos em que o marido faz de zângão, a comer o mel que a abelha produz, se a situação se torna penosa — principalmente quando, além de comer, ainda desperdiça — é melhor não agir sem aconselhar-se com sacerdote experimentado e prudente.

Delicada é também a situação, quando as famílias dos cônjuges não se dão bem. Ou quando um dos cônjuges não se dá com a família do outro. Muito melhorariam as relações, se cada qual se dispusesse a corrigir-se e suportar os outros tais como são. Perdurando as dificuldades, frequentem-se menos, fechando os olhos sobre os desagradados e, sobretudo, evitando comentá-los. Tornando-se intolerável a convivência com a família, a harmonia do casal tem precedência. Mas seria de lastimar que isto se desse, principalmente entre cristãos cujo característico o próprio Cristo disse que deve ser caridade (Jo. 13. 35). Se a dificuldade for por motivo de condição, cor, etc., não se pode queixar (pois *viu* antes de casar) nem se deve lastimar: arroste corajosamente as consequências.

No tocante à educação, em que a adaptação é muito mais lenta do que o cônjuge superior deseja — toda reeducação é difícil — aconselhamos a mesma prudência, moderação, paciência e método que indicamos para o amor ao trabalho. A matéria é das que melindram profundamente. Só com muita delicadeza pode ser versada a contento.

* * *

Poucos não terão tido esta ou aquela decepção no casamento. Alguns levaram-na à desilusão. Outros chegaram ao desespero. É que vai grande diferença do sonho dos namorados à realidade das fraquezas humanas. O eterno romantismo, alimentado por uma literatura artificial e mesmo por providenciais esperanças, enfeita de ouro e azul o “doce lar”. E depois os Quintinos Bocaiuvas do matrimônio lastimarão: “Não era este o casamento de meus sonhos!” Pois não sonhem tanto. Não esperem do matrimônio aquilo que ele não pode dar. Contem com imperfeições, dificuldades e tropeços. Abram os olhos sobre o que se passa em redor: observem os casais amigos e os vizinhos; conversem com colegas que casaram; vejam; julguem. Não pensem que não lhes acontecerá o que aconteceu aos outros: por que lhes abriria a vida esta exceção? Calquem-se na realidade, e o casamento não lhes trará decepções.

Disponha-se cada qual a viver com o seu cônjuge “tal como ele é”...

* * *

No mais, não se deixem vencer por temores vãos. A grande força do matrimônio é o amor, o verdadeiro amor. Ele é capaz de descobrir qualidades que ninguém vê, e de disfarçar defeitos insuportáveis a quem não ama. O brocardo diz que “quem o feio ama, bonito lhe parece”. E assim é. O que de ninguém suportaríamos a peso de ouro, é-nos prazer quando amamos. Cultivem os casados o seu amor, bem firmes no amor de Deus: e o resto lhes será dado por acréscimo. Por isto é que dizia Santo Agostinho: “Ama e faze o que quiseses”.

Noivado

“Os futuros esposos apresentem-se ao matrimônio bem dispostos e bem preparados, a fim de que possam mutuamente confortar-se nas alegrias e tristezas da vida e mais facilmente conseguir a salvação eterna.”

(ENCICLICA)

FEITA a escolha dentro dos critérios estabelecidos, realizado o estudo das qualidades gerais, atravessado o estágio de pre-adaptação do namoro, encarada com seriedade a possibilidade do casamento, decidiram o noivado. Período de grande responsabilidade, cheio também de perigos, vai pesar imensamente sobre a boa ou má constituição do futuro lar, e requer, por isso, um sério exame.

Pensando em pessoas bem intencionadas, vamos examinar a finalidade e a duração do noivado, as atitudes dos noivos dignos e a maneira por que se devem conduzir até o matrimônio.

FINALIDADE

Com uma convivência mais íntima, os noivos têm em vista saber *se poderão viver juntos*. A vida em comum, estabelecida pelo matrimônio indissolúvel exige este prévio e cuidadoso exame. Os problemas comuns vão ser estudados à luz das idéias, dos sentimentos, da filosofia da vida dos dois. Os caracteres se

manifestam, favorecendo o recíproco conhecimento, realizando paulatinamente a adaptação indispensável ou revelando a sua impossibilidade.

Para isto os noivos se encontram com frequência, conversam sòzinhos ou nos grupos sociais que frequentam, vão a reuniões e festas, deliberam questões, traçam pequenos ou grandes projetos, discutem os acontecimentos, etc. E deste modo experimentam como lhes será a vida no lar, quais as idéias que os dirigem, como se portam na sociedade, como encaram a vida, que capacidade de tolerância ou exigência revelam, como reagem em face das dificuldades e das alegrias. De grande importância é a convivência com a família do outro, pelos motivos já estudados.

É, portanto, o noivado um período de conhecimento mútuo, de adaptação, um ensaio, afinal, para saberem os noivos se poderão ser felizes, casando-se.

LONGO OU BREVE?

Deve ser suficiente para alcançar seu fim. Há casamentos felizes feitos com um noivado relâmpago. Há casamentos desastrosos, após longo noivado. A prudência, porém, adapta os meios ao fim.

Curiosas pesquisas de Terman como de Burges e Cotrell acharam que os noivados longos possibilitam maior adaptação conjugal — o que, aliás, parece evidente. Enquanto os noivados de mais de dois anos deram cerca de 65% de boa adaptação, 25% de adaptação regular e 10% de má, os de menos de três meses deram 25% de boa, 25% de regular e 50% de má.

Às vezes, o prévio conhecimento que de si tinham os noivos — parentes, amigos, vizinhos, famílias entrelaçadas — dispensa maior prazo para o necessário conhecimento e a adaptação. Outras vezes, uma duração maior, principalmente em nossos tempos, resvala para perigos, que se devem, a todo custo, evitar. Um ano parece tempo mínimo desejável; dois anos, o que só excepcionalmente deve ser ultrapassado. Isso, normalmente. Porque condições especiais ditam soluções singulares.

ATITUDES

Os noivos devem mostrar-se tais quais realmente o são. Não dêem ao outro motivo de futuras queixas. A primeira atitude é, pois, de lealdade e franqueza. Sinceridade em tudo; nas idéias e nas atitudes. Principalmente no que se refere ao matrimônio, à vida de família, às questões básicas: religião, número de filhos, etc.

Ponto sumamente importante é a saúde. A exigência obrigatória do exame prénupcial nada resolve de prático. Não faltam inescrupulosos que queiram iludir, nem médicos sem consciência para atestados falsos. Mas a honestidade, a elevação moral, o próprio amor exigem que os noivos sejam francos neste ponto, revelando as moléstias graves que padeceram ou padecem, ou as taras de família. Amanhã, estarão a coberto de qualquer queixa ou acusação da outra parte. Aqui, pois, mais vale a franqueza do que a reserva.

Sendo um período de adaptação, procurarão naturalmente ajustar-se um ao outro — a seu temperamento, a suas razoáveis exigências, a seus gostos, a suas

idéias, a seu caráter — naquilo em que for possível ceder, tornando a convivência mutuamente agradável. Começa, pois, o trabalho árduo de *conhecer-se* também, de saber a própria capacidade de adaptação, de resistência, de renúncia. Vendo que certas atitudes secundárias — do essencial não abre mão — são penosas à outra parte, cada qual trata de *corrigir-se*, eliminando e substituindo o que desagrade, procurando viver de modo a dar prazer. Cada qual tem o dever de tornar-se o mais agradável possível ao outro, e, ao mesmo tempo, de suportar o outro tal como ele é. A correção é cada um que a faz em si, sem pretender impô-la à outra parte. É, porém, natural que a influência recíproca se exerça: é a lei da convivência. Dá-se uma espontânea transfusão de idéias, sentimentos, reações.

Este estudo de si e da outra parte é sério, não é fácil nem rápido. Por isso ninguém repete o noivado um tempo de brincadeiras, divertimentos e leviandades. É, ao contrário, um tempo de observação, de vigilância, de reforma de vida, de oração.

Se, ao termo de tudo, chegar à conclusão de que a convivência não é fácil, seja por que motivo for, rompa o noivado. Sem mais consideração. Nada há neste mundo comparável à felicidade. Rompa sem olhar para baixo — onde estarão todos os outros motivos. Será talvez necessária uma violência ao coração. As recompensas são tantas que vale a pena o gesto de renúncia. E não avance pelo caminho que anteviu penoso, e em cujo termo as dificuldades são tremendas e o arrependimento, tardio.

INTIMIDADE

Em que sentido se permite intimidade aos noivos? No sentido do próprio noivado. Já se tendo dito da necessidade de bem se conhecerem e reciprocamente se estudarem, conclui-se que é indispensável conversarem com franqueza de seus futuros problemas domésticos, mesmo de natureza reservada. São pontos essenciais à vida do casal, e importa saber o que pensa cada qual dessas questões.

Não é para estranhar que noivos troquem sinais de seu recíproco amor. De estranhar seria que este amor não se manifestasse. É inútil descer a pormenores satisfazendo aos que infantil ou calculadamente querem saber se é permitido andar de mãos dadas ou quando o beijo é pecado mortal... Se falamos a pessoas sérias e prudentes, a cristãos que amam o estado de graça acima de todos os bens deste mundo, basta dizer-lhes: "Seja sincero, consigo mesmo. Ouça o que lhe diz a consciência esclarecida, e não o que pedem os sentidos famintos".

O resto é fácil. Todos sabem qual é a justa medida nas demonstrações do afeto de noivos. A natureza, sensível como um barômetro, indica o que é excitação perigosa e o que é amor puro. O que o moço não quer para sua irmã deve poupar à noiva. O que a moça censuraria em outra evite em si. O pudor é um sentimento instintivo e dispensa mestres. Quem não sabe o que o fere, ou não atingiu ainda o uso da razão ou já o perdeu.

O que mais importa aos noivos é manter o respeito mútuo. Toda demasiada intimidade diminui o respeito que se devem os próprios cônjuges. E entre noivos enfraquece a confiança — embora eles digam

e pensem o contrário. Quando a noiva não se faz respeitar, não merecerá mais nunca a inteira confiança do noivo, mesmo depois de casados. O terrível ciúme que tortura certos casais nasce daí. "Ela que, em virgem, me concedeu tantas liberdades, mais facilmente agora...", eis o pensamento secreto de maridos a quem a mulher não deu outros motivos para serem ciumentos.

Quando — o que é fácil acontecer — um se exceder, detenha-lhe a expansão a prudência do outro, ou tácitamente negando-se, ou expressamente advertindo, se for o caso. E não ceda. Os motivos invocados são antes a voz dos sentidos excitados que da consciência esclarecida.

Mais do que em outros pontos da preparação para o matrimônio, é necessária aqui uma orientação segura. Os noivos católicos a terão no confessor, a quem abrirão a consciência para receberem a norma tranquilizadora.

O QUE É PECADO

1. Tendo Deus dado aos homens o apetite sexual, a fim de garantir a perpetuidade do gênero humano, e esta tendo sido organizada no matrimônio uno e indissolúvel, a função procriadora só pode ser usada no matrimônio. É, pois, pecado mortal usá-la contra a ordem natural.

Violam a ordem natural:

a) os solteiros que praticarem atos que produzam o prazer sexual, quer o façam com outrem, quer sòzinhos;

b) os casados que usarem do matrimônio empregando meios para evitar a procriação.

2. Os pecados contra a castidade podem ser:

a) consumados — se produzem a completa satisfação dos sentidos;

b) não-consumados — se produzem alguma satisfação sexual, mas não total.

3. Esses atos podem ser procurados:

a) diretamente — quando o que neles se quer é o prazer sexual;

b) indiretamente — quando a intenção se dirige a uma cousa lícita, que pode levar à impureza.

4. Todo ato que procure diretamente o prazer proibido é pecado mortal mesmo que em si não seja um ato mau.

5. Quando não se procura diretamente a cousa impura, e ela vem sem intenção do sujeito que praticava, aliás, um ato lícito, então este ato pode não ser pecado, pode ser pecado apenas venial ou pode ser mesmo pecado mortal — conforme as razões que se tenham para praticar este ato.

6. Os atos não-consumados (beijos, abraços, tactos, vistas, etc.) são pecados mortais, veniais, ou não são pecado algum.

São *mortais*:

a) se feitos com a intenção direta de procurar prazeres ilícitos;

b) se feitos mesmo com outra intenção, mas provocam notavelmente à impureza.

São *veniais*, se praticados por leviandade, curiosidade, produzindo apenas ligeira excitação.

Não são *pecado algum*, se feitos por necessidade, conforme os costumes e sem nenhum risco de impureza.

* * *

Há outras considerações a fazer sobre estes atos não-consumados.

Podemos considerá-los:

a) em si mesmos;

b) em razão do fim;

c) em razão do perigo.

1. *Em si mesmos*, eles podem ser:

a) *indiferentes* — e portanto lícitos; ou

b) *perigosos* — tanto à própria pessoa que os pratica (em vista da fraqueza humana em si ou das condições peculiares da pessoa), como por causa do escândalo que possam conter ou da cooperação no pecado alheio.

2. *Em razão do fim*, eles podem ser praticados:

a) por *motivo justo* — como a necessidade, a utilidade e conveniência — e não são pecado;

b) por *leviandade ou brincadeira* — e são pecado venial, se trazem consigo algum perigo; ou não são pecado, se nenhum perigo contém;

c) por *deleite sensível* (mas não libidinoso): produzem apenas agrado da sensibilidade, mas não excitação erótica;

d) por *intenção impura* — e são pecado mortal, ou, no mínimo, ocasião voluntária de pecado mortal.

3. *Em razão do perigo*:

a) se produzem grande excitação com perigo próximo de satisfação sexual (mesmo que esta não se dê), são pecado mortal;

b) se a excitação é ligeira, e o perigo é remoto, são pecado venial.

Aqui se deve ter em toda a consideração a diferenciação psicológica: o mesmo ato deixa a um indiferente e acende fogueiras em outro.

* * *

Diante desta doutrina (que é a da teologia católica), as pessoas sensatas, razoáveis e tementes a Deus saberão orientar-se.

Ninguém irá dizer que tocar em partes decentes de pessoa de outro sexo — mão, braço — seja, por si, um pecado. Se produzir alguma sensação libidinosa, há de ser leve, sendo então pecado venial. Em geral, a sensação é de simples agrado sensível, lícito.

Mas também ninguém irá dizer que seja inocente tocar em partes por si excitantes. É pecado mortal entre noivos, dada a impura intenção com que evidentemente o fazem e a excitação produzida.

Beijos decentes, por amizade, sem afeto libidinoso, sem comoção sensual, são lícitos, mesmo entre noivos — embora a prudência aconselhe cautela e vigilância, porque é a matéria de si resvaladia.

Beijos repetidos, demorados, cheios de sensualidade são geralmente pecado mortal, por causa da grande excitação que produzem ou do afeto impuro de que procedem. Aliás, eles não exprimem amor, mas concupiscência. (31)

SACRIFÍCIO DO AMOR

Por sua natureza, o amor conjugal procura a posse sexual da pessoa amada, sendo, pois, especificamente diferente de todo outro amor humano. Os noivos já se amam assim, com a intenção voltada para a união física. Esta, porém, não lhes é ainda permitida. A cir-

(31) Muito séria é a doutrina das ocasiões de pecado na teologia católica. Quem se coloca em ocasião próxima e voluntária de pecado não pode receber a absolvição. A bem dizer já está em pecado e, se não quer evitar a ocasião não quer, praticamente, deixar o pecado, mesmo que o prometa por palavras. Pesem os noivos esta circunstância, tanto para sua própria vida como para compreender a atitude do confessor, que é obrigado a negar-lhes absolvição.

cunstância aumenta-lhes ainda mais o desejo — que deve ser contido a toda força, pelo domínio dos sentidos, pela guarda do coração, pela vigilância espiritual. Sentir esse impulso e não poder realizá-lo, aguardando um dia que circunstâncias obrigam a recuar; ou nem poder exprimir este amor como se desejava, com medo de corrompê-lo — constitui um verdadeiro sacrifício, que os noivos cristãos oferecerão a Deus, em vista de sua futura felicidade no lar e no céu. O Senhor receberá este sacrifício aceitável e lhes restituirá em graças e bênçãos centuplicadas as alegrias de que se privaram.

Não lhes faltará também como demonstrar e fomentar o amor que os liga. Os seus carinhos serão muito mais demonstração de afeto que de luxúria. O coração lhes falará mais alto que os sentidos.

Ele, que se conhece, julga preferível abster-se de certas expansões a precipitar-se por caminhos que levam aos abismos: sabe ser prudente. Ela prefere ser reservada, pudica e delicada, certa de que as flores, uma vez crestadas, nunca mais se refazem. Virão os dias de ilimitada confiança, da indulgência e despreocupação amorosa. Agora é o tempo da moderada severidade e da prudente reserva. Ambos serão cuidadosos para não turvar a água que vão beber, nem assanhar a abelha que lhes vive no coração.

Sirva-lhes esta mais estreita convivência para a mútua santificação. Vão identificar-se num só todo: “dois numa carne” (Mt. 19, 5). Os destinos se ligarão para o tempo e para a eternidade, porque “o amor é forte como a morte” (Cant. 8. 6). Querem ser o menos possível difícil e pesado um ao outro. Desejam entender-se da melhor maneira. Desde agora, todos os esforços serão poucos para adquirir as virtudes de que precisam para fazer a felicidade do outro.

Longe de ser um tempo de leviandade, de escândalos e de impureza, o noivado lhes será um estímulo para o progresso espiritual, base de toda a harmonia entre os homens. Serão mais piedosos. A felicidade vem de Deus e não pode ser prêmio de pecados e imprudências. Não há de ser ao termo de uma série de ofensas a Deus que encontrarão a sonhada ventura; mas a misericórdia do Senhor se derrama sobre gerações seguidas daqueles que o temem (Lc. 1.50), como nos assegura a mais pura mulher, a mais feliz esposa e a mais digna mãe que já existiu na terra.

O CASAMENTO

Os que estão convencidos da santidade do matrimônio aproximar-se-ão dele com a preparação espiritual que exige a recepção de um sacramento. Compreende-se que o casamento seja uma festa para a família; não se compreende que seja uma parada de mundanismo, sem outra preocupação além da exibição. É natural uma certa preocupação com a parte material, mas não somente com ela. Do renascimento espiritual de que somos agentes, beneficiários ou testemunhas faz parte a restauração da celebração cristã do matrimônio — parte integrante e expressiva da restauração total do próprio matrimônio.

É preciso acabar com os casamentos à noite, em casa, com damas-de-honra, marcha nupcial de Mendelssohn, cumprimentos na igreja, fortunas desperdiçadas em tolices, convidados e curiosos excitados numa demonstração de frivolidade indigna do ato e do lugar sagrados.

Os nubentes cuidem de *instruir-se* sobre o matrimônio, seus deveres e responsabilidades, estudando-o

durante o noivado, a fim de melhor se compenetrarem de sua grandeza. Tratem dos papéis *pessoalmente*, e não por intermediários, quaisquer que sejam, procurando para isto o *pároco da noiva*. Levem-lhe as *certidões de batismo* de ambos, dois meses antes do casamento, a fim de tudo realizar-se segura e tranquilamente. Submetam-se às *exigências da Igreja* em relação ao processo, pois são sábias e acauteladoras. Intensifiquem a vida de piedade, à medida que o grande dia se aproximar. Aos noivos piedosos um recolhimento espiritual ou mesmo um retiro seria aconselhável, como a todos.

Em vez de casamento "mundano", celebrem-no *na Missa*, tendo o cuidado de marcá-lo com boa antecedência com o vigário. Dando-lhe um caráter de piedade, os próprios convidados sentem-se no dever de encarar com respeito as cerimônias sagradas.

É louvável o costume de distribuir aos presentes o texto da Missa nupcial, em cuja capa se pode mandar imprimir os nomes dos nubentes, data, local, etc. como lembrança. A Missa seja em boa hora, porque os nubentes *devem comungar na Missa*, depois da Comunhão do celebrante. (32) É natural que, num ambiente assim preparado e vivido, as duas famílias se sintam no dever de acompanhar os noivos à mesa da Comunhão. Mesmo os convidados menos religiosos, acompanhando as orações da Missa, sentindo a grandeza daquela celebração, afastar-se-ão da leviandade que inspira a dissipação dos casamentos frívolos. Aliás, estes textos sagrados podem servir de estudo e reflexão aos noivos, em sua preparação imediata.

(32) Erram, pois, os que querem Missa às 10 ou 12 horas, e vão comungar cedo. A Missa se torna em moldura do mundanismo.

Tudo realizado neste ambiente e neste espírito, a festa do casamento, aliás muito natural, será digna do grande Sacramento. Os convidados, as famílias e, sobretudo, os noivos não se dissiparão em frivolidades, mas se alegrarão no Senhor, como convém a cristãos.

SOMOS FILHOS DE SANTOS”

Só os noivos que tiverem dado à preparação do casamento o espírito acima desejado compreenderão esta página. Os que se conduziram pelo sopro da paixão, não souberam conter-se nos devidos limites durante o noivado, arderam nos impulsos do instinto, os que não puseram mais alto sua mira até zombarão dela — com isto desmerecendo-se, em vez de desmerecê-la.

O amor conjugal consuma-se na união dos corpos. Ela faz parte de sua natureza, entra nos seus mais legítimos desejos, realiza seu vínculo definitivo. Só quem mantém o amor na sua dignidade, guardando o mútuo respeito e conservando o pudor, compreende a elevação e delicadeza desta primeira união. Só esses, ao se acharem sós, senhores mútuos e exclusivos pela doação recíproca abençoada por Deus, sentirão, antes de tudo, a necessidade de, juntos, agradecer ao Senhor o dom que lhes quis fazer.

Ao entrar no quarto nupcial, Tobias exortou a esposa à ação de graças e à prece: “Sara, levanta-te, e façamos oração a Deus, e depois viveremos juntos em nosso matrimônio”. E deu esta razão, que deve tocar profundamente aos bons cristãos e doer aos maus como uma chicotada: “porque somos filhos de santos e não devemos juntar-nos como os gentios, que não conhecem a Deus”. Rezaram. Depois de bendizer

ao Senhor, o jovem esposo declarou ao próprio Deus: “E tu sabes, Senhor, que não é para satisfazer meu apetite que tomo por esposa a esta minha irmã, mas só por amor dos filhos que louvarão o teu nome pelos séculos dos séculos”. (33)

Felizes os que puderem usar desta linguagem, participar destes sentimentos e proceder desta maneira. Poupano-se dissabores, decepções e amarguras, conciliarão as bênçãos que se reservam aos que sabem viver como filhos de Deus.

(33) Ver capítulo VIII do livro de Tobias.

★

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRÁFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., A RUA
CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO,
PARA A

LIVRARIA *JOSE OLYMPIO* EDITORA,
RIO DE JANEIRO,
EM MAIO DE 1955

★